



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia

MIGUEL ANTONIO DOS SANTOS FILHO

**A CONFORMAÇÃO DE UMA *SOCIEDADE CIVIL* E A CONSOLIDAÇÃO DA
*VIOLENSIA DOMESTIKA***

Faces da transposição da modernidade em Timor-Leste

Brasília, DF

2016

MIGUEL ANTONIO DOS SANTOS FILHO

**A CONFORMAÇÃO DE UMA *SOCIEDADE CIVIL* E A CONSOLIDAÇÃO DA
*VIOLENSIA DOMESTIKA***

Faces da transposição da modernidade em Timor-Leste

Monografia apresentada como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Antropologia pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Daniel S. Simião

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Daniel S. Simião (DAN/UnB)

Profa. Dra. Carla Costa Teixeira (DAN/UnB)

Profa. Dra. Kelly Cristiane da Silva (DAN/UnB)

Brasília, DF

2016

Aos meus pais

A Timor-Leste

À Vida

AGRADECIMENTOS

Realizar a pesquisa etnográfica que originou este trabalho não teria sido possível sem uma série de sujeitos aos quais eu muito tenho a agradecer. Nesta vasta lista de sujeitos, organizações, instituições, parceiros e dádivas aos quais tenho que agradecer, devo iniciar reconhecendo a preciosidade da vida que me foi dada. Agradeço pelo ar que passa por minhas narinas e pela capacidade que tenho de senti-lo. Agradeço por enxergar (mesmo que com todos os percalços que os problemas de visão, os tratamentos e as cirurgias têm me causado) e por poder ver. Agradeço a cada capacidade motora e sensorial que tenho. E agradeço àqueles que me deram vida.

Jamais teria chegado aonde cheguei – o que não é nem a metade do quão longe pretendo chegar – se não fosse pelo esforço, pelo trabalho, pela dedicação, afeto e exemplo de meus pais. Não somente deles, de toda a minha família, tanto os Augusto quanto dos Santos, partes de minha mãe e meu pai, respectivamente. Obrigado pai por enfrentar todos os desafios que se colocaram em sua vida e por não ter se entregado... Obrigado, principalmente, por não ter nos entregado ou desistido de nós.

Obrigado mãe por todo o seu esforço e trabalho durante todos os anos desde que me entendo por gente para não nos deixar faltar nada. Mais do que isso, obrigado por, mesmo com tanto trabalho, sempre ter tido tempo para ensinar o caminho da humildade, da honestidade e do esforço. Obrigado pelo exemplo. Também não posso deixar de agradecer às mulheres da minha família que foram sempre minhas primeiras inspirações de perseverança, de garra e de como ser “dura”, por mais dura que a vida seja. Obrigado a todas as mulheres trabalhadoras. Tenho o dever de reverenciar e agradecer toda a classe trabalhadora que, assim como meus pais, seguem fazendo da vida o melhor possível mesmo com toda a exploração sistêmica.

Obrigado aos meus irmãos e sobrinhos por me mostrarem que sempre temos para quem voltar.

Obrigado aos meus professores e professoras do ensino médio, do fundamental e da escola classe. Apesar de não ter as melhores memórias do período de escola reconheço o carinho e a atenção das professoras que me despertaram a vontade de ensinar: Erny, Karla, Cristiane, Fátima e Edilene. Mesmo que vocês não se lembrem de mim, eu me lembro de vocês e expresso aqui a minha gratidão por tudo o que me

ensinaram. Aos professores do ensino fundamental e médio, agradeço a todos em nome de Osvaldo, meu eterno *teacher* e Tatiane Ferreira, que me inspirou ao pensamento crítico sobre as relações de gênero, ao estudo da cultura, das diferenças, do pensamento LGBTTT(AQI). Esta última será lembrada como minha melhor professora de sociologia de todos os tempos.

Já na UnB, obrigado ao PIBID por me proporcionar a experiência da docência e à Haydée por ser uma orientadora tão boa. Obrigado aos meus alunos do ensino médio no CEM Paulo Freire e à equipe do colégio.

Aos professores do Departamento de Antropologia da UNB, em especial à Kelly Silva pelos imensuráveis ensinamentos na disciplina de métodos e técnicas em antropologia, meu muito obrigado. Obrigado Rosa Virgínia por nossa curta, porém rica interlocução. Obrigado professora Carla Costa Teixeira que tanto contribuiu para a construção da versão final deste trabalho após suas valiosas considerações e críticas feitas a ele na avaliação da banca. Meus mais sinceros agradecimentos.

Igualmente, agradeço aos professores do Departamento de Sociologia desta Universidade. Obrigado professoras Lourdes Bandeira e Tânia Mara. Christiane Girard por me apresentar ao mundo do adoecimento no trabalho, muitíssimo obrigado. Obrigado professores Gusmão, Eurico e Edson por todos os ensinamentos. Obrigado professor Sérgio Tavoraro. Obrigado a todos os professores pela inspiração, mais até do que os ensinamentos.

Obrigado ao meu orientador Daniel Simião que durante o processo de orientação da pesquisa e da escrita se tornou mais que um professor, um mestre a quem passei a admirar. Obrigado por ver potencialidade no meu trabalho até onde eu não conseguia enxergar. Obrigado por ser tão honesto comigo.

Obrigado aos colegas do grupo de estudos sobre Timor. Obrigado a minha dinda Andreza por toda a paciência e todas as trocas. Posso dizer que você foi quase minha “coorientadora”, não só na monografia, mas na vida acadêmica. Obrigado caro Lucas por ter estado comigo em Timor.

Obrigado à SPM e à equipe do Observatório Brasil da Igualdade de gênero que foram, em parte, responsáveis por me despertar o interesse em estudar a violência

doméstica a partir de uma perspectiva antropológica. Obrigado à comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

Obrigado aos meus amigos, eternas vodcas. Obrigado João Paulo por me ensinar o valor do respeito e da compreensão numa amizade. Obrigado Hirole e Hiago por continuarem comigo e acrescentarem tanto para mim desde os tempos em que eu não me conhecia e vocês me ajudaram a mudar isso. Obrigado Lipe por ser sempre aquele que está disposto a uma conversa descontraída e um drink. Espero que você e o Ti floresçam. Por último, mas não menos importante, obrigado Elton por ser como um irmão, alias, obrigado por ser um irmão. Devo agradecer-lhe de forma mais detida por ter partilhado com você mais do que memórias de festa e bons momentos. Compartilhei com você momentos difíceis, momentos ruins. Você me viu crescer como pessoa e sempre acreditou em mim, até mesmo quando eu não o fazia. Hoje acredito em mim, em você e em nós.

Obrigado amigos, seus loucos.

Obrigado Ismene, Samara, Catherini, Jhonata (Jonatas para os íntimos) e David por nos enxergamos isolados na Universidade e ainda assim termos um ao outro. Obrigado pelas coisas que vivemos. Vocês são mesmo muito especiais (e eu ainda sou carrancudo e mal humorado com o coração doce e continuo contando com vocês para não contarem ao mundo). Obrigado Samara por ter me mostrado certos limites e por ter me ajudado a amadurecer. Te admiro.

Obrigado aos amigos de quem guardo boas lembranças nos EUA na George Washington University e na Indonésia. Obrigado à vida por ter me permitido guardar as boas lembranças dos dias que passei naqueles lugares com aquelas pessoas.

Obrigado à Universidade de Brasília, ao RU, à BCE e aos seus funcionários. Obrigado ao sistema de transporte público, que mesmo com suas falhas e ineficiências me permitiu frequentar as aulas e superar os quase 50km de distancia (geográfica) que me separam da Universidade. Obrigado especialmente aos motoristas e cobradores, mesmo com todo o mau humor causado pelo esgotamento do trabalho. Obrigado até aqueles dos quais senti tratamentos hostis por razões N. Agradeço a eles enquanto classe trabalhadora.

Obrigado a todos aqueles que me desejam coisas boas. Obrigado também aos que me desejaram coisas ruins, apesar de terem tornado minha jornada mais difícil, ter chegado até aqui passando por tudo aquilo, me fez mais forte. Obrigado aos percalços que tive e aos impasses que tive de enfrentar.

Obrigado aos bons colegas da UnB. Obrigado também aos colegas e amigos do ensino médio, infelizmente não nomearei a todos para não correr o risco de esquecer algum nome e ser injusto. A consideração que tenho por vocês é a mesma.

Por último, mas jamais menos importante, obrigado Timor-Leste para o qual eu dediquei este trabalho. Agradeço a cada pessoa timorense com quem estabeleci contato e mesmo às quais eu não o fiz. Obrigado por cada olhar que me apontava enquanto malai e que fazia cara de espanto pela nossa diferença de altura (me deixando desconfortável). Obrigado por ser tão lindo e por me ajudar a me encontrar no mundo.

Timor, hau hadomi o Obrigado às *mana* queridas da FOKUPERS: Marília, Judite, Eliza, Doroteia, Mize, Mika, Mada, Angel, Augustina, Lili, Zinha e sua pequena filha Milagrina. Obrigado *maun* Xavier, Marino, Mito, João, Antonio e o querido tio Chico.

Obrigado Gayle do TLPDP por toda a ajuda e por me ensinar na prática que nem sempre os interlocutores em campo estarão disponíveis para tanta conversa o que exigirá do antropólogo, como exigiu deste projeto que vos escreve, muita agilidade mental e organização em campo. Obrigado Chris por ter me feito chegar até ela e por ser tão doce e companheiro. Ainda no time australiano de contatos em Timor, não poderia deixar de lembrar do meu querido Stuart que dispensa o registro de mais palavras já que estará sempre em minha memória. Por último nesse time, obrigado ao meu parceiro Tim que mesmo com toda a sua rabugice e nossas discussões estava sempre pronto, como um irmão mais velho, a me auxiliar.

Obrigado aos amigos da AMKV, Zenato, Zé Fernandes, Baltazar e Aimeu que foram tão atenciosos e com os quais tanto aprendi, não só em campo, mas na vida. Obrigado ao Kiko e a toda a sua família pela hospitalidade em Lospalos. Também em Lospalos paro para cumprimentar meu amigo de Baucau, orgulhoso *Makassae* Rogério, que me recebeu tão bem junto de sua querida família quando estive em Titilari. Obrigado Dihno por ter me apresentado aos *fataluku*, às suas brigas de galo e a todo o

universo de sua *kultura*. Obrigado às pessoas que me permitiram participar de suas conversas com Kiko e Serê durante as entrevistas sobre a *kultura fataluku* em dezembro de 2015 e fazer alguns dos registros fotográficos que guardo com mais carinho sobre os últimos dias que passei em Timor-Leste.

Obrigado Natto, Bobby, Aval por terem me mostrado o outro lado de ter que se lidar com certos “tabus sociais” e a olhar com outros olhos as “liberdades” que reivindicamos do lado de cá. Os momentos de diversão e conversas nas praias e nas festas serão sempre lembrados por mim. Obrigado Armando e sua família por me levarem para conhecer Ermera e me tirarem por algum tempo do calor de Dili que tanto nos castigou na seca daquele ano.

Obrigado chefe Pedro em Ogues, Suai, por ter me recebido e ter sido tão receptivo e paciente, mesmo que eu demonstrasse algumas dificuldades em aprender regas de decoro e éticas locais. Cresci muito enquanto projeto de antropólogo naqueles três dias que passamos juntos. Saiba que fiquei muito triste com a morte de seu filho caçula e imagino que Alin também tenha sentido. Infelizmente demorei bastante tempo a fazer chegar até sua casa a foto que tirei dos meninos na estação de petróleo. Obrigado também ao chefe Joaquim em Rasa, Lospalos, por ter sido tão aberto, assim como seu irmão amais velho cujo nome me escapa à memória, mas que sempre recordo do quão simpático fora e do quão interessante foram nossas conversas nos dias em que estive entre vocês.

Obrigado mana Paula do Forum tau Matan e seu marido Rui por todo o auxílio nos primeiros dias em Dili. Obrigado a Zélia Fernandes do FTM por compartilhar suas memórias. Obrigado, por terem me permitido “iniciar os trabalhos” em campo. Obrigado a cada por menor da vida em Dili, pelos contatos, pelas trocas, pelas vivências. Obrigado a cada por do sol, obrigado por me fazer me conhecer e crescer tanto.

Obrigado à Capes e à UNTL. Obrigado a Fundação Oriente em Dili. Obrigado maun Floriano e mana Isabel por sua atenção naquela Fundação.

Se você leu isso procurando uma menção direta ao seu nome, mas não encontrou, não se chateie. Acredite, se de alguma forma você fez parte da minha vida/história, tanto para mal quanto para bem, pode se sentir agradecido, pois eu o sou a

você. Obrigado. Muito já ouvi a meu respeito, uma das únicas coisas capaz de me chatear profundamente seria a tacha de ingrato. Espero ter agradecido e honrado a todos vocês, meus queridos.

RESUMO

No Timor-Leste contemporâneo, passados quatorze anos desde o restabelecimento da independência em 2002, estão em curso projetos que visam erradicar as agressões cometidas em âmbito intrafamiliar, que são denominadas como *violensia domestika*. Este trabalho acompanha etnograficamente rotinas de diferentes organizações não governamentais (ONGs) atuantes no combate à *violensia domestika* e que são responsáveis por formar um campo organizacional e institucional (junto com setores do Estado leste-timorense) entorno de tal questão naquele país. A atuação deste campo, formado pelas ONGs comprometidas com a eliminação desta violência e com a propagação das ideias da igualdade de gênero, se dá por meio de atividades e projetos que visam promover os direitos das mulheres, sua autonomização, a defesa e a aplicação da lei que coíbe atos de *violensia domestika* e a reorientação de comportamentos considerados como violentos. Argumenta-se que, ao empreenderem tais atividades e projetos, essas organizações atuam enquanto mediadoras de sentidos modernos ao mesmo tempo em que permitem reconhecer processos de consolidação de uma esfera de participação política entendida como sociedade civil em Timor-Leste.

Palavras-chave: violência doméstica, Timor-Leste, modernidade, sociedade civil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Composição dos participantes de atividade da AMKV em Ogues, Suai.....	79
Figura 02 – Banner <i>Violensia estraga família</i>	84
Figura 03 – Banner <i>Feto Fantastiku</i>	85
Figura 04 – Capa do Manual de treinamento para policiais reproduzido por Simião.....	93
Figura 05 – Cena do spot de televisão “ <i>Feto Fantastiku: stopping gender based violence</i> ” 1.....	93
Figura 06 – Cena do spot de televisão “ <i>Feto Fantastiku: stopping gender based violence</i> ” 2.....	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALFeLa – Assistensia Legal Ba Feto no Labarik

AMKV – Assosiasaun Mane Kontra Violensia Domestika

ETWAVE – East Timor Women Against Violence

FALINTIL – Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste

FDTL – Forças de Defesa de Timor-Leste

FF – Feto Fantastiku

FOKUPERS – Forum Komunikasi Untuk Perempuan

FNUAP – Fundo das Nações Unidas para as Populações

FRETILIN – Frente Revolucionário de Timor-Leste Independente

FTM – Forum Tau Matan

GIZ - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit

GPI – Gabinete para Promoção da Igualdade

JSMP – Judicial System Monitoring Program

LKVD – Lei Kontra Violensia Domestika

MM – Mane Matenek

OCAA – Oxfam Community Aid Abroad

OMT – Organização da Mulher Timorese

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OPMT – Organização Popular da Mulher Timorese

PDPTL – Programa de Desenvolvimento da Polícia de Timor-Leste

PNTL – Polícia Nacional de Timor-Leste

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RDTL – República Democrática de Timor-Leste

SEM – Secretaria de Estado para apoio e promoção socioeconômica da Mulher

SEPI – Secretaria de Estado para Promoção da Igualdade

TLPDP – Timor-Leste Police Development Program

TVTL – Rede de Televisão de Timor-Leste

UDT – União Democrática Timorese

UNTAET – United Nations Transitional Administration in East Timor

UN Women – United Nations for Women

UPV – Unidade de Pessoas Vulneráveis

VPU – Vulnerable Persons Unit

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	04
Resumo.....	10
Lista de figuras.....	11
Lista de abreviaturas e siglas.....	12
Introdução.....	16
Capítulo 1 – A construção da LKVD, a invenção da <i>violensia domestika</i> e a consolidação da sociedade civil: diálogos sobre modernidades.....	25
1.1 – O campo das ONGs – Da gestação à consolidação de uma sociedade civil.....	27
1.2 – As organizações da sociedade civil no campo discursivo do gênero.....	32
1.3 – Construindo a LKVD e a inventando o <i>problema</i>	34
Capítulo 2 – A construção do campo e o Campo institucional de ações e interlocuções das ONGs em Timor-Leste.....	44
2.1 – A busca pelo campo (de interlocuções).....	45
2.2 – O PDPTL e a Polícia Federal Australiana: campos de cooperação.....	46
2.3 – Construindo aproximações, diálogos e redes.....	48
2.4 – A AMKV: cotidiano, grupo e projetos.....	50
2.5 – FOKUPERS: rotinas e mediações.....	53
2.6 – O campo das ONGs e suas articulações: alguns acontecimentos.....	62
2.7 – Considerações finais.....	66
Capítulo 3 – ONGs em mediações e transposição de sentidos com as comunidades locais.....	69
3.1 – Mane Kontra a violensia e a favor da igualdade.....	70
3.2 – Estabelecendo relações com as comunidades locais: do chefe de suku ao <i>focal point</i>	77
3.3 – Ba Futuru e a Feto Fantastiku.....	82
3.4 – Considerações finais.....	88
Capítulo 4 – A Uma Mahon: encontros de <i>mitra</i> , encontros de trajetórias.....	95
4.1 – A Uma Mahon.....	95
4.2 As <i>mitra</i> : quem são e o que contam? A <i>violensia domestika</i> vista por elas.....	97
4.3 – Como e onde se cruzam essas histórias.....	115

4.4 – Considerações finais.....	122
Capítulo 5 – FOKUPERS: transpondo sentidos e assegurando alguns direitos.....	124
5.1 – As <i>mitra</i> sob os cuidados da FOKUPERS.....	124
5.2 – Reintegração para a família: dilemas e tensões nas mediações de sentidos.....	133
5.3 – Considerações finais.....	142
Conclusões.....	146
Referências.....	159

INTRODUÇÃO

Timor, ilha situada no sudeste asiático, é dividido entre uma das 33 províncias da Indonésia, chamada de Nusu Tenggara Timur, e Timor-Leste, pequeno e jovem país localizado no lado ocidental da ilha que reconquistou sua independência em 2002 após um longo período de colonização e resistência. Foi em Timor-Leste que se construiu a etnografia aqui registrada em forma de monografia de conclusão de curso. Ao longo da dissertação serão discutidas, mais especificamente, algumas características de um campo de práticas e discursos que se organizam em torno da *violensia domestika* enquanto fenômeno responsável por mobilizar diferentes atores de múltiplas instituições e organizações em Timor-Leste.

Quando cheguei a Timor-Leste, em setembro de 2015, o projeto que me motivava e que construía o meu olhar primário sobre o campo baseava-se nas tensões envolvidas na aplicação da *Lei Kontra Violensia Domestika - LKVD (7/2010)* que completava, naquele ano, meia década desde sua promulgação. Àquela altura me interessava entender, comparativamente à experiência brasileira com a lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), como vinha sendo aplicada a lei leste-timorense que enquadra enquanto crimes de *violensia domestika* os atos de uso da força física cometidos em âmbito conjugal e/ou intrafamiliar. Interessava-me saber quais as questões que surgiam de sua aplicação num contexto onde tão recentemente havia surgido o debate público e político sobre aquele tipo de violência e tão logo se estabeleceu uma medida legal para prevenir e punir tais atos. Quais os resultados dos julgamentos e os impactos que a aplicação de tal medida penal tinham, não apenas estatisticamente, mas para a vida das pessoas que recorriam a ela para resolver conflitos de ordem conjugal? Deste modo, me preparei para dialogar com operadores do direito positivo naquele país, fazer levantamentos sobre a aplicação da LKVD a partir de relatórios produzidos por organizações que se dedicavam a acompanhar o curso de aplicação dessa medida legal e, principalmente, recuperar o histórico das demandas para a produção daquela lei para entender a vida social de tal legislação.

Alguns dos objetivos iniciais foram possíveis de serem observados e acompanhados em campo. Alguns até foram sistematizados em relatórios de pesquisa, mas deverão ser tratados em outro trabalho, por fugirem do escopo desta dissertação. Isso se deve ao fato de que, no decorrer da pesquisa, outras questões – algumas que precediam ou que se faziam mais emergenciais que as tensões causadas pela aplicação

da LKVD em sua esfera última (os tribunais) – se mostraram mais pertinentes para serem discutidas no âmbito de uma monografia de conclusão de curso. Não teria tempo nem vários dos recursos necessários (das mais diferentes ordens) para tratar de tal questão com a competência exigida pela complexidade do campo com o qual me deparei. Foi posto em prática, portanto, uma reorientação das questões que mobilizam a discussão do presente trabalho. Aqui tratar-se-á sobre o próprio campo de atores que cobra pela aplicação da LKVD ou que desenvolve diversas ações que convergem, junto de tal lei, no objetivo de erradicar a *violensia domestika* e atingir a igualdade de gênero. Sendo assim, a questão central em torno da qual gira toda a discussão a seguir se mantém: a *violensia domestika*. O que se reconfigura nesta dissertação é o foco que será abordado em relação a esta forma de violência, ou melhor, desta *violensia*, e de alguns outros elementos que ela suscita.

Algumas notas sobre o campo

O idioma oficial daquele país é o português que divide espaço com o tétum¹ - idioma local mais popular falado pela maioria dos habitantes de Timor-Leste – o que pode fazer com que o leitor se questione sobre essa grafia para a *violensia domestika* que, num primeiro momento, pode parecer equivocada ou um tanto estranha. Afinal, por que não utilizar a expressão “violência doméstica” como em sua forma lusa e recorrente em Portugal e no Brasil? A resposta para tal questionamento deve ser dada pela justificativa de uma escolha metodológica e etnográfica. Trata-se de conferir a um fenômeno (e à categoria que o nomeia) o sentido mais adequado: o sentido local. Busco, assim, manter a expressão timorense para determinado fenômeno em toda a sua complexidade. Trata-se de garantir que o sentido atribuído à categoria seja aquele dado por atores timorenses, em sua expressão e forma locais, para o que é considerado ato de violência ou não. Trata-se, por fim, de reproduzir analiticamente a categoria conforme é mobilizada pelos agentes e pessoas que com ela se envolvem. Poderia ter optado pela escrita em português do Brasil, mas acredito (e não estou sozinho nisso) que manter a forma como é mobilizada localmente a categoria parece o mais adequado.

A categoria *violensia domestika* com a grafia em tétum passou a ser mobilizada desde o início dos anos 2000 logo que foi estabelecido o Gabinete para Promoção da

¹ Língua crioula que combina elementos do tétum terik (língua nativa de um grupo etnolinguístico leste-timorense), do português de Portugal, da língua indonésia e da língua inglesa.

Igualdade² (GPI) ainda durante a administração transitória da Organização das Nações Unidas no país (UNTAET) após a retirada da Indonésia quando do fim de sua ocupação em território leste-timorense. Desde então, a essa categoria foi atribuído o significado negativo que passava a se construir sobre as relações conjugais e familiares nas quais se recorria ao uso da força física como possibilidade de empreender pedagogias comportamentais. A esse respeito, muito foi explorado na etnografia produzida por Daniel Simião (2015) em Timor-Leste entre 2002 e 2003, que acompanhou como inicialmente era mobilizada a categoria *violensia domestika* para justificar a criação de uma arena judicial no país (ainda em construção após a retirada Indonésia) que tratasse desse fenômeno através de uma lei específica, a *Lei Kontra Violensia Domestika* (LKVD).

Neste processo, em “As donas da palavra, gênero, justiça e a invenção da violência doméstica”, o autor demonstra que a criação da LKVD era – antes de dar origem a uma legislação em si – uma maneira de fundamentar os problemas enxergados pelas elites locais por trás da prática de se empreender castigos e agressões físicas em ambiente doméstico. Colocava-se em prática, naquele período, a disponibilização local da categoria e a invenção da *violensia domestika* para enquadrar os atos de uso da força física entre casais ou familiares enquanto atitude de violência, empreendendo o processo criativo das condenações morais (e legais) para aquele tipo de prática. O que Simião mostra é que, ao mesmo tempo em que se criava a lei e a esfera considerada a adequada para se lidar com aquele fenômeno, criava-se o problema por trás da *violensia domestika* enquanto expressão ou consequência tida como inadmissível para os conflitos relacionais.

De 2003 até 2015 muito foi transformado nessa arena discursiva sobre a *violensia domestika*, e evidencia-se, para além da consolidação do reconhecimento social local desta categoria, uma maior articulação entre os atores e agentes que se envolvem institucional e organizacionalmente em Timor-Leste com tal questão. Alguns dos principais agentes que atuam no combate à *violensia domestika* compõem o que pode se chamar de sociedade civil, já que são, majoritariamente, organizações não governamentais (ONGs) atuando em parceria com o Estado leste-timorense e com parceiros nacionais e internacionais. A esse último conjunto de organizações, as internacionais, atribui-se grande e expressiva participação no financiamento de esforços

² A apresentação detalhada do GPI é feita no primeiro capítulo desta monografia.

de organizações leste-timorenses no combate à *violensia domestika*. No plano nacional, os grandes responsáveis por promoverem apoio e suporte necessário às ONGs que atuam nessa seara, são o Ministério da Solidariedade Social (MSS) e a Secretaria de Estado para apoio e promoção socioeconômica da Mulher (SEM). Esta é uma Secretaria vinculada ao poder executivo de Timor-Leste, cujo objetivo principal é o de promover a cultura da igualdade de gênero através da justiça, da garantia dos direitos humanos das mulheres e do fim da discriminação. O MSS visa promover a proteção e a justiça social, garantindo para isso assistência social para toda a população. Esses dois órgãos do Estado leste-timorense são expressivos para indicar como a temática da *violensia domestika*, desde que passou a integrar os interesses públicos (no sentido político-estatal), tem aumentado sua influência e seu campo de ação, fazendo com que tais instituições públicas tenham de estreitar laços (de forma muito perceptível) com organizações da sociedade civil leste-timorense. Ao longo dos capítulos desta dissertação, retornaremos esta questão das parcerias, dos financiamentos e das relações estabelecidas entre diferentes atores e organizações que se comprometem com a erradicação dessa forma de violência e com a promoção da igualdade de gênero.

É importante, já neste ponto, deixar claro para o leitor que os grupos que são denominados e que se reconhecem enquanto “sociedade civil” em Timor-Leste, principalmente as ONGs, ganham destaque nas ações de combate à *violensia domestika*, razão pela qual essa sociedade civil e seus componentes também ganharão destaque na discussão que será desenvolvida ao longo desta dissertação. Apesar de tratar extensamente desse grupo pensado e auto reconhecido como sociedade civil leste-timorense, não pretendo fazer uma genealogia de tal categoria nem (re)conceituá-la. Neste trabalho ela ocupará as posições de categoria tanto nativa quanto analítica, a depender do ponto em que estará sendo empregada. Se faz nativa do ponto de vista dos agentes que mobilizam tal categoria para se representar ou para representar o campo formado majoritariamente por ONGs que atuam na esfera de participação política para além do Estado e de modo complementar a ele. Deste modo, pode-se falar em sociedade civil na medida em que meus próprios interlocutores defendem tal esfera de participação, de disputa e de fomento de políticas públicas, como os próprios agentes das ONGs e de alguns órgãos do Estado o fazem. Sociedade civil aparece ainda enquanto analítica quando a tomo como base para refletir sobre a consolidação dela enquanto essa esfera de participação política dentro de uma estrutura de Estado moderno. Deste modo, o campo de governo passa a ser composto por Estado e

sociedade civil, que participam politicamente e permitem falar em processos de construção e organização modernos da vida social.

Estrutura da monografia

Ao longo dos capítulos que se seguem, conheceremos as rotinas, as atividades e os projetos de diferentes ONGs, as relações de colaboração que elas estabelecem com seus parceiros e as formas que utilizam para interagir com os principais públicos aos quais se direcionam seus projetos: comunidades locais de diferentes lugares em Timor-Leste e grupos de mulheres em situação de violência. Nos aproximaremos ainda dos discursos oficiais dessas ONGs e de seus membros, das histórias e situações que compõem o cotidiano dessas organizações e ainda dos relatos de pessoas (tanto vítimas quanto agressores) que se misturam às ONGs no campo de combate à *violensia domestika* naquele país.

Por essas organizações figurarem enquanto membros fundamentais na construção do campo discursivo e prático de combate à *violensia domestika*, é preciso retomar alguns aspectos da formação desses atores que se projetam como sociedade civil leste timorense. Isso é feito, mesmo que de forma breve, com o objetivo de indicar como foram construídas as primeiras associações de atuação civil e política no país, o que implica na recuperação de alguns dos momentos marcantes desde a história do Timor-Leste colônia de Portugal até sua independência da Indonésia em 1999, sem que desconsideremos o período de administração transitória da ONU até 2002³. À essa incursão superficial na história recente de Timor-Leste, agrego reflexões referentes aos processos de construção da modernidade (enquanto categoria sociológica) que foi sendo posta em curso no país à medida que iam se enfraquecendo alguns aspectos de uma “sociedade tradicional” e se construíam sociabilidades modernas. Portanto, no primeiro capítulo retomo uma literatura com a qual dialogo sobre a produção de modernidades e de indivíduos modernos, o que tem se mostrado um processo contínuo, mas que ajuda a

³ Período no qual se apresentaram as primeiras associações politicamente mobilizadas entre timorenses em resposta aos regimes político-administrativos que se estabeleceram em sua história de colonização. Não apenas as associações políticas que marcaram o fim da colonização portuguesa e que foram fundamentais para a construção da sociedade civil, mas os próprios fluxos migratórios de timorenses no território que hoje compreende o país, desde o início de colonização lusa, podem ser entendidos como a construção de associações entre indivíduos (coletivamente organizados ou não), pressuposto de um projeto de modernidade (A esse respeito ver HUNT 2004 e JANISSA 2005).

compreender como vem se construindo aquilo que pode ser entendido como uma sociedade civil leste-timorense desde as suas primeiras expressões⁴.

Ao finalizar a caracterização de algumas categorias centrais para a construção de vários dos argumentos que aparecerão na dissertação no que se refere à ideia de modernidade, apresento, no segundo capítulo, dois campos que ganham considerável atenção na discussão. Refiro-me a campos, no plural, para designar, primeiramente, a esfera de atuação de diversas organizações e instituições que atuam no combate à *violensia domestika* em Timor-Leste, de modo que acabam por compor este *campo da violensia domestika* ou de seu combate. A outra aplicação que dou para a palavra campo, refere-se ao fato de que, também no segundo capítulo, apresento a inserção deste projeto de antropólogo em seu campo de pesquisa, no qual foram produzidas as interlocuções que originaram as reflexões etnográficas aqui registradas.

No segundo capítulo, descrevo os processos de construção das redes que permitiram minha entrada nas ONGs em que me fixei para fazer os acompanhamentos de rotina; apresento os atores que compõem as organizações às quais me juntei. Após a apresentação de alguns atores e de algumas organizações não governamentais no campo do gênero e do combate à *violensia domestika*, parto para algumas reflexões referentes às atuações das ONGs e aos efeitos de modernização de sujeitos e de condutas que são encaminhados junto com os discursos e as práticas dessas organizações no sentido de erradicar a violência. Em suma, busco refletir a partir das descrições concentradas aqui, como a atuação de organizações da sociedade civil em seus projetos acaba por colocar em curso processos de transposição da modernidade (SILVA, 2014).

Adenso a reflexão referente aos objetivos daquelas ONGs que esbarram em práticas de transposição da modernidade – no sentido de objetivarem integrar ideologias modernas (tais quais a igualdade de gênero e a domesticação de determinados comportamentos tidos como “inadequados” ou “violentos”) às práticas locais cotidianas – quando analiso, no terceiro capítulo, projetos de duas organizações em particular e as formas através das quais elas recorrem a pedagogias para orientar novas condutas da

⁴ A incursão analítica sobre a categoria de modernidade não poderá ser esmiuçada ou densamente abordada nesta dissertação, fazendo desta uma das limitações deste trabalho. Mais do que aprofundar na caracterização da modernidade ou da tradição a partir de um vasto e denso referencial teórico disponível nas ciências sociais, o objetivo aqui ao tratar de modernidade, é perceber como essa categoria sociológica pode contribuir para pensar alguns processos em curso em Timor-Leste no que diz respeito à construção da realidade social em toda a sua complexidade. Ao falar em modernidade, trabalho com noções mais básicas sobre construção de indivíduos e individualismos/individualidades em maior ou menor grau, bem como sobre as problemáticas envolvidas nos processos que visam garantir/construir a existência dessa modernidade.

população em Timor-Leste. Também é neste momento que trago para o debate algumas das concepções e da linguagem de que essas organizações se utilizam para qualificar formas locais de sociabilidade, de ser e de estar no mundo, e que expressam um choque entre diferentes cosmologias, mais ou menos modernas.

Os capítulos 4 e 5 atentam para as reflexões oriundas da experiência com a FOKUPERS, organização responsável por administrar uma casa abrigo em Dili para mulheres em situação de *violensia domestika*, na qual recebi permissão para conhecer a rotina e dialogar com mulheres que lá estavam durante um período da pesquisa de campo. Primeiramente, no capítulo 4, busco caracterizar a experiência delas, as histórias de *violensia domestika* contadas por elas, bem como alguns dos sentidos dados por aquelas mulheres às suas trajetórias e às suas relações com a(s) ONG(s) da(s) qual(is) receberam assistência para diferentes modalidades de necessidades. O quinto capítulo tem a função de retomar o debate sobre a mediação ou transposição de sentidos levados por agentes e rotinas das organizações não governamentais timorenses que visam reorientar práticas e sujeitos em linguagens modernas sobre justiça, relações de gênero e *violensia domestika*. É nele também que podemos adentrar com mais precisão no universo daquela organização entendendo algumas dinâmicas estabelecidas entre ela e as mulheres às quais oferece assistência.

Não pretendo aqui adiantar ao leitor qualquer eventual conclusão que o presente trabalho tenha. Mais que isso, o objetivo é levantar os questionamentos que serão explorados ao longo da discussão, mesmo aqueles que não serão (nem poderiam ser) esgotados no escopo desta dissertação. Adianto, de forma provocatória, o eixo através do qual a discussão se seguirá, que são as tensões estabelecidas no campo da *violensia domestika* em Timor-Leste, campo este no qual se encontram diferentes organizações que põem em curso projetos de transposição da modernidade e, ao fazê-lo, evidenciam a consolidação de uma esfera de ação política que tem oposição por excelência ao Estado: a sociedade civil. Diante disso vários elementos se misturam, dando a tônica do que se verá nos capítulos seguintes: em que medida as organizações da sociedade civil se configuram enquanto agentes modernizadores ou se projetam enquanto tal? Como e quais são as relações que estabelecem com seus parceiros, sendo eles do Estado ou não, mas, principalmente, com aqueles que “necessitam” ser reorientados a partir de diferentes atividades como as de socialização e campanhas de conscientização? Quais as leituras que se produzem sobre as formas locais de socialidades tidas como tradicionais ou culturais e sobre aqueles que as reproduzem? Quais as concepções e entendimentos

modernos pretendem se criar sobre *violensia domestika* e sobre as relações de gênero nas pessoas daquele país? Como se dá o recurso à LKVD (feito por ONGs) enquanto instrumento moderno que canaliza muitos dos discursos sobre a condenação da *violensia domestika*, do uso da força nas relações conjugais e das relações de gênero? O que a criação dessa legislação permite pensar sobre a construção ou consolidação de uma esfera judicial para resolver conflitos que, bastante recentemente, passaram a ser vistos, qualificados e condenados enquanto forma inadmissível de violência?

Para explorar essas questões, buscou-se através de uma incursão em campo junto a ONGs locais, entender como atuam as organizações da sociedade civil orientadas por seus interesses em disseminar/propagar sentidos que visam construir agências pautadas na igualdade, no respeito ao direito positivo, na autonomização das mulheres etc., em diferentes esferas de interlocução. Tanto por recorrer à LKVD pressionando, portanto, por sua efetiva aplicação, quanto por realizarem campanhas e atividades de conscientização sobre a *violensia domestika* e sobre outras questões de gênero com a população no país, ONGs nesse setor da sociedade civil se estruturam em torno da *violensia domestika*, compondo, juntamente de seus parceiros, um campo ou um governo sobre tal questão. Argumenta-se que no empreendimento desta meta de erradicar tal forma de violência, contribuindo para a promoção da igualdade entre homens e mulheres, várias organizações colocam em curso projetos de modernização (de sujeitos) à medida que estabelecem em seus projetos atividades e trabalhos que visam reconfigurar concepções e comportamentos tidos como inadequados, violentos e desiguais.

Percebe-se que dois conjuntos de fenômenos pertinentes para se pensar a construção de um projeto de modernidade timorense vêm se construindo numa via de mão dupla guiada pela “sociedade civil”: evidencia-se sua própria consolidação enquanto esfera de participação política num Estado democrático diante do cenário de modernização em curso em Timor-Leste, ao mesmo tempo em que produz-se (ou projeta se produzir) a modernização de condutas, agências e sujeitos.

Por último devo adiantar que, além de me esforçar no sentido de refletir e analisar os processos de modernização que estão envoltos na combinação “sociedade civil e combate à *violensia domestika*”, será também ao longo desta dissertação que registrarei as abordagens metodológicas de que me utilizei para construir as relações com meus interlocutores em campo e levar a cabo a pesquisa etnográfica aqui

registrada. Optei por esta forma para dar caráter mais orgânico e afetivo à escrita ao invés de separar um capítulo sobre metodologia e inserir nele, exclusivamente, toda a construção do campo. Deste modo, o leitor poderá perceber como as relações foram se construindo gradativamente a medida que vou construindo a narrativa registrada na dissertação.

Capítulo 1

A construção da LKVD, a invenção da *violensia domestika* e a consolidação da sociedade civil: diálogos sobre modernidades

Desde Julho de 2010 vigora em Timor-Leste uma lei que enquadra as agressões cometidas no âmbito conjugal enquanto crimes de violência doméstica, ou *violensia domestika* como é mobilizada localmente a categoria. As previsões dessa lei reconhecem ainda que outras formas de interações interpessoais/intrafamiliares entendidas como atitudes de violência, que não se restringem ao uso da força física – como agressões morais ou psicológicas, restrição de bens e recursos econômicos – sejam igualmente enquadradas nessa categoria criminal e punidas de acordo com as especificidades contidas no texto da lei. Essa medida legal, nomeada *Lei Kontra Violensia Domestika* – LKVD (Lei 7/2010), foi pensada, construída e instituída após um longo processo de mobilização de atores de diversas frentes e organizações da sociedade civil, apoiadas por instâncias de governo estatal, desde o início da UNTAET - United Nations Transitional Administration in East Timor e após a independência e restauração da República Democrática de Timor-Leste – RDTL. Diferentes setores das elites timorenses foram mobilizados por um amplo debate sobre a pertinência da adoção dessa medida legal e sobre o formato mais adequado para ela.

O processo de construção e promulgação da LKVD se deu concomitantemente ao período de invenção da *violensia domestika* enquanto categoria que passou a dar e orientar novos sentidos para os atos de uso de força nas relações conjugais e intrafamiliares. Fala-se em novos sentidos porque, mais do que criar uma legislação e consolidar uma arena judicial do Estado para tratar aqueles atos entendidos como atitude de violência, era preciso antes colocar essa categoria (e os sentidos que ela agrega) à disposição dos atores locais, o que foi feito, em grande medida, a partir e desde as ações empreendidas pela administração da ONU no país, que tinham forte embasamento na categoria “gênero” (ou *gender*, como se consolidou localmente essa categoria) para instituir na política e na esfera pública local pressupostos do igualitarismo moderno entre homens e mulheres (SIMIÃO, 2015).

Apesar do suporte oferecido pela UNTAET – que criou, inclusive um Gabinete para Promoção da Igualdade (GPI) – as mobilizações no sentido de instituir a categoria da *violensia domestika* e a lei adequada para tratar dela, iniciadas logo no início dos anos 2000, tiveram participação expressiva de uma sociedade civil que vinha se construindo e se consolidando no cenário político local. A discussão ao longo dessa seção tem exatamente o objetivo de caracterizar a participação das organizações da sociedade civil, e seus pertinentes diálogos com outras instâncias no país, em seu objetivo de construir e promulgar uma lei de combate à *violensia domestika*. Para isso, considero importante caracterizar algumas das organizações envolvidas nesse empreendimento, seus papéis, contribuições e demandas para “inventar” a violência doméstica no contexto timorense e justificar a necessidade da institucionalização e efetiva aplicação dessa medida legal⁵.

Antes de caracterizar algumas dessas organizações que tiveram forte participação na promulgação da LKVD e na construção da *violensia domestika* enquanto *problema* de ordem público-judicial, busco traçar um histórico do que Jannisa (2005) chamou de expressões *embrionárias* da formação da sociedade civil. Essa é uma discussão muito pertinente ao debate aqui desenvolvido, uma vez que indica como formas de discursos essencialmente modernos – baseado na categoria “gênero”, nas ideias de igualdade entre homens e mulheres e na defesa de seus direitos inerentes, como os direitos humanos, entre outras, puderam ganhar a capilaridade e a dimensão que ganharam em Timor-Leste. Isso só pode ser pensado a partir da construção de indivíduos autônomos, o que passa pela construção ideológica de uma organização social (mais ou menos) moderna ou que, pelo menos, se oriente por projetos de modernidade.

A tarefa que se coloca nesta seção é pensar como a constituição desse campo da sociedade civil se deu de forma conjunta com o desenvolvimento de sujeitos que passavam a se encaixar em alguns pressupostos de lógicas modernas ao mesmo tempo em que se construía a ideia de comunidade imaginada de uma nação: Timor-Leste, ou Timor Lorosa'e. O ponto que nos trará até a discussão presente que se coloca sobre a

⁵ Para esse debate, além da recuperar a literatura em antropologia referente ao tema e os relatórios produzidos por algumas dessas organizações, recorrerei aos diálogos produzidos durante a pesquisa de campo, majoritariamente com a diretora executiva da FOKUPERS. Adiante retomo a construção do campo e a melhor caracterização dos atores com quem mantive diálogo no período de quatro meses que estive em Timor-Leste entre 2015 e 2016.

criação da LKVD se refere ao campo da sociedade civil leste timorense – formado a partir de condições de existência bastante particulares – que toma papel central nas discussões e mobilizações pela criação da lei e, posteriormente, para sua efetiva aplicação, produzindo, como alguns dos efeitos mais claros, processos de transposição da modernidade⁶.

1.1 – O campo das ONGs – Da gestação à consolidação de uma sociedade civil

As primeiras expressões que podem ser entendidas como sendo “embrionárias” para a formação da sociedade civil em Timor-Leste estão espalhadas em sua história de colonização e ocupação por Portugal (entre os séculos XVI e meados do século XX) e o período de ocupação empreendida pela Indonésia entre 1975 e 1999 (JANNISA, 2005). Entre a chegada portuguesa e a retirada indonésia, ocorreu uma série de eventos chave para a formação do que hoje se entende por sociedade civil, isto é, eventos que vão desde a autonomização ou individualização de sujeitos de algumas das lógicas “tradicionais” que organizavam suas vidas localmente, considerando as migrações dentro do território (nas quais pessoas de diferentes distritos se direcionavam para a capital, Dili) e para fora dele (estudantes da elite local que iam a Portugal estudar); a formação de “coalizões” entre diferentes grupos etnolinguísticos; as revoltas organizadas contra o sistema colonial português; a formação dos primeiros partidos políticos a partir das reuniões de pessoas da elite de Dili ainda durante o período colonial português; e todos os processos de organização de resistência contra a ocupação indonésia, que vão desde o aumento da adesão ao catolicismo à formação das primeiras ONGs nacionais, processo intensificado após a chegada de ONGs e organizações internacionais pós 1989 (Idem).

Esse conjunto de eventos foi fundamental para fomentar alguns dos processos de transformação do tecido social vigente em Timor-Leste e, assim, possibilitar a construção do tipo de representação de arena de ação política usualmente chamada de “sociedade civil”. Pensar a sociedade civil implica, antes, que existam condições adequadas para construção desse campo. Uma das condições é a existência (ou, pelo

⁶ Utilizo a expressão nos mesmos termos de Silva (2014) para se referir aos processos pelos quais práticas baseadas em ideologias modernas vão se integrando às práticas locais e conferindo sentidos modernos que transformam, refundam ou ressignificam algumas sociabilidades em Timor.

menos, os processos de “criação”) de indivíduos minimamente autônomos que possam atuar numa esfera entendida como pública, a partir de sua livre associação, frente a um Estado moderno (Idem). As formas de organização social dos múltiplos grupos etno-linguísticos habitantes da parte da Ilha de Timor, hoje entendida como Timor-Leste, não configurava uma nação antes da chegada portuguesa – nem configurou durante muito do tempo em que aqueles europeus formaram colônia no território. A existência dos diversos grupos lá existentes não se configurava enquanto uma comunidade homogênea que partilhasse de sentimentos de pertença nacional.

Um dos primeiros indicativos levantados por Jannisa (2005) que permitem pensar a união de nativos timorenses, para além de suas comunidades ou grupos etnolinguísticos imediatos, foi o levante instigado por Dom Boaventura, régulo de Manufahi, em 1911/1912. O que aconteceu naqueles anos foi uma reação ao imposto por capitação, determinado pela administração colonial, e que evidenciou e intensificou algumas divergências entre grupos que eram mais ou menos simpáticos à presença portuguesa no território. Aqueles que estavam mais a leste apresentavam maior contrariedade à administração portuguesa e se autodenominavam *Firaku*. Ao oeste, região mais próxima a Dili e Ermera, onde se concentraram as primeiras plantações de café, estavam os *Kaladi*, mais favoráveis à presença lusa no território.

Com essa identificação polarizada que reuniu, através de interesses comuns, pessoas de diferentes grupos etnolinguísticos, o autor indica um caráter organizatório embrionário para a sociedade civil em oposição ao governo colonial. Diferentes grupos antes marcados fortemente pela distinção tinham agora uma característica que os unia (a concordância ou o desacordo à presença colonial), chamando a atenção para o fato de que a identificação daquelas pessoas enquanto grupos maiores (não delimitados por consanguinidade ou laços de parentesco) se dava na medida em que eles se diferenciavam e repeliam os invasores europeus.

Outro movimento significativo para a construção da ideia de uma sociedade civil foi a migração de pessoas de distintas partes do país para a capital, Dili, o que possibilitou maior contato e aproximação de indivíduos que construíram um tipo particular de sociabilidade, bastante distinto do de algumas das realidades nas quais viviam em seus reinos ou distritos de origem. Essa migração, no que diz respeito à contribuição para a construção da sociedade civil, foi potencializada pela migração

internacional de pessoas da elite, mestiços portugueses e timorenses. Tratavam-se de jovens estudantes que iam estudar nas universidades em Portugal ou que estudavam em escolas portuguesas em Timor-Leste, tendo contato com professores que poderiam ser críticos ao regime colonial. Lá essa juventude teve contato com movimentos e com reflexões críticas a respeito do governo colonial português em território africano. Esses dois novos fatores foram responsáveis, segundo Jannisa (2005), por qualificar a leitura crítica das pessoas daquelas elites a respeito da presença portuguesa em Timor, originando uma nova postura em relação a eles próprios, enquanto timorenses, como que portadores de uma nova identificação, talvez, nacional.

Esse grupo nascido por volta de 1940 e que compunha uma elite timorense sediada, em grande medida, em Dili, retornara de Portugal empreendendo discussões políticas que culminaram, em 1974, na criação dos três primeiros partidos nacionais: UDT, FRETELIN e APODETI.

Nesse momento já é possível perceber a construção de indivíduos minimamente autônomos, pressupostos para a existência e organização da sociedade civil (JANNISA, 2005). A discussão deste autor nos leva até o momento da consolidação da FRETELIN enquanto partido político que chegou a ocupar o governo do país, passando a chamá-lo Timor Lorosa'e. Porém é durante a ocupação do território timorense pela Indonésia que se pode falar mais propriamente da conformação desse grupo entendido por sociedade civil e suas organizações.

A resistência iniciada a partir de dezembro de 1975, ano da execução da Operação Comodo que teve como objetivo ocupar Timor-Leste e anexá-lo enquanto 27^o província Indonésia, foi um grande marco que, em diferentes frentes, construía e (re)afirmava algumas noções da eminente nação timorense enquanto comunidade imaginada (ANDERSON, 2008), “rompendo” com algumas das lógicas de sociedades tradicionais baseadas no *Gemeinschaft*⁷ (JANNISA, 2005 p.251). Nos anos da resistência vigoraram algumas estratégias que indicavam a expansão e até o rompimento com algumas das visões marcantes de sociedades pré-modernas.

⁷ Categoria, cunhada por Ferdinand Tonnies, para se referir às comunidades que têm como característica fundamental a sociabilidade a partir das relações de parentesco e tradição. Os indivíduos são amigáveis com seus familiares, companheiros de vila e membros dos clãs e mostram-se hostis aos inimigos ou indivíduos fora dessa pertença. Aqui a falta de confiança é uma questão séria, vital, e crucial para a sobrevivência fora de sua vila de origem. É um tipo de sociabilidade marcada pela dicotomia entre a amizade e confiança “entre nós” e a hostilidade para com “eles” (JANNISA, 2005 pg. 251).

A massiva adesão à religião católica⁸, mesmo que tenha se dado como consequência a uma imposição feita pelo governo indonésio, configurou uma interessante resposta da população timorense a um invasor cuja religião oficial era o Islamismo. Junto a significativa adesão religiosa, o apoio da população local às Forças Armadas de Liberação Nacional Timor Lorosa'e - FALINTIL da FRETILIN, foi igualmente significativo para construir a noção de uma comunidade imaginada e de um nacionalismo no país. A resistência foi, de certo modo, fundamental para esse movimento moderno de construir a nação e o nacionalismo timorenses, que já se mostravam potenciais desde as primeiras revoltas que envolviam pessoas de diferentes reinos e grupos etnolinguísticos no país, como a comandada por Dom Boaventura em 1911/12 (Idem).

Esse apanhado tem uma importante função: indicar como se deu a construção das primeiras expressões de uma “sociedade civil” em Timor-Leste, o que está ligado aos processos de autonomização e individuação (ELIAS, 1994) circunscritos nas lutas de resistência timorense durante os períodos coloniais empreendidos por Portugal e pela Indonésia. Isso tem particular relevância se considerarmos que ao mesmo tempo em que se matizava a exclusividade da pertença dos indivíduos aos grupos etnolinguísticos locais, surgindo indivíduos autônomos, pensados a partir de uma lógica moderna, preparava-se o caminho para a livre associação destes. A identificação dessas pessoas e dos diferentes grupos que coexistiam no território timorense, que como bem aponta Jannisa (2005), se identificavam enquanto *mambai*, *makasae*, *fataluku* etc. e que passaram a adotar a pertença enquanto timorenses, era um processo no qual se forjavam a consciência ou imaginação de uma comunidade e de indivíduos a ela pertencente.

Norbert Elias (1994) aponta que o afastamento dos indivíduos em relação aos pequenos grupos – sejam feudos ou tribos – faz com que a coesão seja perdida, rompida ou minimizada, fazendo com que se enfraqueçam as funções protetoras e de controle dos grupos sobre eles. Passa a fazer parte da experiência desses indivíduos a mobilidade, tanto espacial quanto social uma vez que se deslocam no que se refere ao envolvimento familiar ou dentro das relações restritivas de parentesco. Ali, por mais que não tenham sido eliminados os reconhecimentos de pertença referentes aos grupos

⁸ Frente às determinações impostas durante o regime indonésio, o que incluía a obrigatoriedade de as populações do país aderirem a uma das “religiões dos livros” – catolicismo, judaísmo, islamismo – a adesão católica se sobressaiu às demais de forma significativa (JANNISA, 2005).

sociais imediatos, baseados nas tribos, nos grupos etnolinguístos e nas relações de parentesco, dava-se lugar a criação de um coletivo mais abrangente, o nacional.

Jannisa (2005) por fim propõe que a produção de indivíduos autônomos (modernos) só é possível quando se produz a quebra de algumas limitações produzidas pelas lógicas sociais pré-modernas, baseadas em tradições e na identificação estrita aos grupos familiares, de sangue e parentesco, o que marca profundamente a vida nas aldeias. Algumas das limitações referentes a tais lógicas de sociabilidade, como as que ocorriam em Timor, foram sendo rompidas ou minimizadas na história de resistência do país, desde o período colonial português com as primeiras junções políticas, partidárias e de formação de um senso abstrato de timorenses em oposição à anexação do território por parte da Indonésia.

A centralidade dessa discussão deve ser percebida pelo fato de que, à medida que se iniciou o desenvolvimento de algumas expressões de indivíduos “autônomos” no país, particularmente durante a ocupação indonésia, foi se intensificando e tornando-se mais factível a possibilidade de que organizações da sociedade civil timorense se constituíssem. As associações políticas timorenses iniciadas a partir de 1974, cujos debates se centravam na situação colonial empreendida há séculos por Portugal, se reconfiguraram após 1975, indicando novas formas e necessidades de organizações para a resistência. Nesse período, com o mais acentuado e perceptível desenvolvimento das individualidades e autonomias modernas, é que algumas ONGs timorenses começaram a surgir, expressivamente a partir dos anos 1990 – denunciando o momento político do país e os abusos cometidos pelo governo provincial. Como antecedente a isso, em 1989, destaca-se o aumento no afluxo de ONGs internacionais para Timor-Leste, principalmente à medida que o regime lá imposto pelo governo indonésio ganhava notoriedade midiática. Nesse contexto, começaram a atuar em Timor organizações como a Cruz Vermelha e a Care Internacional, o que fomentou, inclusive, a formação das primeiras ONGs locais a partir da década de 1990, das quais destacam-se organizações mobilizadas pela juventude e por estudantes, além de duas grandes organizações de mulheres: a OPTM (Organização Popular das Mulheres Timorenses, vinculada à Fretilin) e a OMT (Organização das Mulheres Timorenses, uma dissidência da primeira) (HUNT, 2004).

1.2 – As organizações da sociedade civil no campo discursivo do gênero

Ao lado das missões da ONU e de ONGs internacionais, as organizações da sociedade civil de Timor-Leste tiveram papel expressivo na reconstrução de várias das instituições públicas, além da própria estrutura física do país, que foram quase totalmente destruídas na retirada indonésia após o referendo em 1999, que decidiu pela independência do país. Organizações não governamentais que atuaram na reconstrução de escolas, sistemas de água e incremento de ações nas zonas rurais do país para a erradicação da pobreza se multiplicaram – tanto em termos numéricos quanto no que se refere às áreas de atuação – logo nos primeiros anos de governo da UNTAET (HUNT, 2004).

O campo de atendimento emergencial em relação a necessidades mais básicas não foi, entretanto, o único em que essas ONGs atuaram de forma expressiva. Várias delas ganharam destaque por suas atuações com temáticas relacionadas à defesa aos direitos humanos. Nesse rol entravam as preocupações de organizações empenhadas com as questões de gênero, em particular às situações de violações dos direitos humanos das mulheres. Havia organizações locais que pensavam, desde antes da retirada indonésia do território timorense, questões referentes à participação da mulher na sociedade, como o caso da OMT e da OPMT.

Como já foi dito, fazia parte das preocupações da UNTAET instituir a pauta da igualdade entre homens e mulheres no país (SIMIÃO, 2015), mas algumas questões referentes a esse campo discursivo sobre gênero já figuravam localmente entre as preocupações de organizações da sociedade civil, antes mesmo do fim da ocupação indonésia. Isso é evidenciado pelo fato de, desde 1997 já existirem no país, organizações da sociedade civil, como a FOKUPERS - Forum Komunikasi Untuk Perempuan (HUNT, 2004), que tinha como algumas de suas ações o acolhimento e o abrigo para mulheres que tivessem vivenciado casos de violência doméstica ou sexual. A existência de ONGs e organizações como a FOKUPERS, a OMT e a OPMT indicam que aquele campo sobre as questões de gênero (guiado por questões como as desigualdades e vulnerabilidade das mulheres em relação aos homens) já tinha uma face local que, mais tarde, foi somada à administração da UNTAET com seus esforços de reconstrução e modernização no/para o país.

Outras organizações não governamentais que direcionavam suas atuações no que se refere às práticas de combate à violência baseada em gênero, deram origem a uma organização maior que as reunia, unindo forças para atuar de forma integrada naquele campo. Essa “superorganização” foi denominada *Rede Feto* (Rede Mulheres), ou simplesmente Rede, que reúne, ainda nos dias de hoje, as organizações da sociedade civil de Timor-Leste que se empenham nas questões concernentes às mulheres⁹. J. Hunt (2004) destaca que, dado o grande número de organizações da sociedade civil leste timorense pós-ocupação indonésia, esses espaços de discussão de diferentes ONGs ganhava proporções significativas. Além do destaque dado por ela à Rede Feto, a criação do Fórum de ONGs é outro bom indicativo para dimensionar essas articulações de maneira geral. Atribui-se à Rede Feto, por exemplo, duas grandes contribuições no que se refere à pauta do gênero logo nos primeiros esforços de reconstrução de Timor-Leste: a primeira delas foi a garantia, na assembleia constituinte, que 27% das cadeiras do parlamento fossem ocupadas por mulheres nas primeiras eleições democráticas do país (HUNT, 2004). A segunda grande contribuição foi a realização do Primeiro Congresso Nacional de Mulheres em 2001¹⁰. Esse evento reuniu, segundo a autora, mais de 500 mulheres, representantes de ONGs, líderes comunitários e representantes da igreja para discutir variadas questões pertinentes às condições de vida das mulheres, identificando-se particularidades referentes à sua situação, pensadas à luz do debate emergente sobre gênero.

Essa segunda articulação promovida pela Rede e viabilizada pelo então Gabinete para Promoção da Igualdade – GPI¹¹, indicava a consolidação do campo da sociedade civil e da disseminação do discurso sobre gênero, ou “*gender*” como aparecia

⁹ A Rede tem se envolvido majoritariamente no treinamento de organizações e agentes multiplicadores, além de oferecer cursos de capacitação em gênero e apoiar a produção e a disseminação de conteúdo referente ao combate à violência contra as mulheres. Ela funciona também como um espaço de articulação entre as diferentes ONGs e seus membros. Apesar de trabalhar em parceria com a SEM e com representantes do Ministério da Solidariedade Social (MSS), a Rede Feto é essencialmente um espaço de interlocução entre organizações da sociedade civil (Comunicação pessoal).

¹⁰ Precedido por uma mesa redonda nos anos 2000 que assinalava a necessidade de se promover o debate público mais amplo sobre a situação da violência doméstica, que já se adiantava enquanto preocupação de várias ONGs. Essa mesa redonda reuniu organizações não governamentais, mulheres de Dili, lideranças locais e representantes da Igreja, segundo Marília Alves, atualmente diretora da FOKUPERS. (Comunicação pessoal).

¹¹ Quando a Administração Transitória da ONU foi estabelecida em Timor-Leste ainda em 2000 foi criado o GPI com o objetivo de servir como assessoria do Primeiro Ministro para a promoção da igualdade entre homens e mulheres na reconstrução do país. O GPI ficou responsável, por exemplo, por levar adiante as demandas do Primeiro Congresso Nacional das Mulheres timorenses, evento de onde se saíram as primeiras demandas para a criação de uma lei contra as violências baseadas em gênero (SIMIÃO, 2015, p. 95-96).

localmente (SIMIÃO, 2015) nas discussões políticas da, ainda em formação, República Democrática de Timor-Leste. Foi a partir desse encontro e das demandas da sociedade civil que se entendeu como fundamental a instituição de uma medida legal que tratasse dos casos de violência doméstica. Iniciava-se ali, da combinação de demandas da sociedade e dos próprios interesses do Estado, o longo processo que culminaria, em 2010, na promulgação da *Lei Kontra Violensia Domestika* (LKVD).

Até aqui foi possível acompanhar como se construía e em cima de quais questões se conformava essa arena da sociedade civil desde o início da formação do Estado leste timorense. Uma dessas questões era, certamente, a categoria moderna de “gênero” e as implicações que ela suscitava. Daqui em diante a discussão deve se orientar para o protagonismo dessa sociedade civil, em suas múltiplas faces, nos esforços de promover a promulgação e a aplicação da *Lei Kontra a Violensia Domestika*. Parte fundamental de uma análise antropológica sobre esse processo é entender as tensões surgidas nesse processo e em que medida elas se relacionam com disputas e divergências de interesses e reconhecimentos mais ou menos modernos sobre as questões em jogo naquele momento – muitas delas se reverberam ainda nos dias de hoje, como busco demonstrar nos capítulos seguintes.

1.3 – Construindo a LKVD e inventando o *problema da violensia domestika*

Os esforços de organizações da sociedade civil ao lado do Estado em Timor-Leste, no sentido de cobrar pela instituição da LKVD, vieram acompanhados de iniciativas que ajudavam a dimensionar e objetificar¹² a *violensia domestika* enquanto um problema que necessitava ser combatido na esfera jurídica do Estado. Para além da instituição da medida legal foi fundamental a construção de um discurso que desse sustentação e que justificasse a criação da lei, utilizando-se para isso dos instrumentos adequados. Diversas organizações nacionais e internacionais se mobilizaram, ao longo dos dez anos em que se constituiu aquela disputa, para mostrar como a *violensia domestika* se estruturava e em que medida era um fenômeno prejudicial particularmente às mulheres e aos seus direitos.

¹² Utilizo a categoria “objetificar” no sentido de construir o objeto-problema da *violensia domestika*, o que inclui sua caracterização e dimensionamento enquanto fenômeno socialmente condenável. Objetificar, deste modo, faz parte de construir o problema “inato” da *violensia domestika*.

Em um relatório avaliativo sobre a violência doméstica a FOKUPERS justificava a necessidade da criação da LKVD para que se regulassem e prevenissem tais atos, mostrando que aquele fenômeno não devia ser visto com naturalidade¹³, mas era, na verdade, uma forma de “vírus social” que impactava de forma negativa o desenvolvimento humano das mulheres (FOKUPERS, 2012a)¹⁴. Esse mesmo relatório indica que quando levados à justiça, os casos de violência doméstica, que ainda não eram objeto de lei específica, levavam muito tempo até serem julgados, isso se fossem alvo de apreciação nos tribunais. Casos de severas agressões físicas são trazidos para indicar a gravidade do problema e da situação daquelas mulheres frente à inabilidade do sistema de justiça em reconhecer aqueles fatos de maneira adequada, enquanto formas de violência que merecem ser reparadas.

Imagens de mulheres queimadas, mutiladas, com graves escoriações e hematomas se intercalam a relatos de mulheres como Telma:

Eu vivenciei várias formas de violência de Joni. Joni me socava, estapeava e me chutava em nossa casa, na rua ou qualquer lugar. Joni me chutava na barriga até que eu caísse no chão e então rasgava minhas roupas, me arrastando pelo chão [...]. Por causa do comportamento violento de Joni eu me tornei doente do estômago e do peito. Quando durmo a noite sempre tenho pesadelos e acordo assustada a noite. (FOKUPERS, 2012a p. 12)

No esforço de dimensionar e qualificar as agressões cometidas contra as mulheres dentro de suas relações conjugais segundo a categoria da *violensia domestika* em suas expressões mais alarmantes, é recorrente que diferentes organizações em seus relatórios reportem-se ao “Timor-Leste’s Demographic Health Survey” de 2009 - 2010 (ASIA FOUNDATION, 2012; JUSTICE SYSTEM PROGRAM, 2013). Essa pesquisa indicava que 38% das mulheres timorenses maiores de 15 anos já haviam sofrido agressões físicas dentro de casa, o que fazia desses dados, argumentos para caracterizar o fenômeno da *violensia domestika* no país como uma pandemia.

¹³ No processo de sensibilização para a gravidade do problema, há referência constante a um dito popular pelo qual as agressões domésticas seriam naturais e inevitáveis, como o bater da colher no prato durante uma refeição. A expressão em tétum para isso é “Bikan ho kanuru mak baku malu”, ou seja, a agressão doméstica seria como a “colher e o prato que se chocam”. É expressão que, pelo sentido usual e pela imagem utilizada, se aproxima da nossa “Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”.

¹⁴ Esse relatório agrega todo o intervalo entre 2007 e o ano de lançamento referenciado.

A esse respeito, Simião (2015), que acompanhou o processo da primeira consulta pública para elaboração do projeto de lei, escreveu:

Rede, Fokupers, ETWAVE, GPI, todas estas instituições reproduzem, em seus discursos, a violência como algo factual, prontamente quantificável por estatísticas de atendimento e queixas prestadas. É raro encontrar algum documento que, buscando caracterizar um cenário geral da *violensia domestika* em Timor-Leste, não faça recurso aos números para sustentar a idéia de que o país vive uma avassaladora presença deste problema. Entre os dados comumente citados estão os atendimentos feitos pela Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL). Entre eles, os casos de violência doméstica ocupavam o quinto lugar em 2001, representando 8% das ocorrências em todo o país. No ano seguinte esta participação praticamente dobrou, chegando a 15% e empatando com “furto” no segundo lugar do ranking de ocorrências policiais” (SIMIÃO, 2015, p.117-118).

A FOKUPERS (2012a) ainda foi responsável por fazer um levantamento dos casos ocorridos entre 2007 e 2012. Para aquele período foram registrados em suas bases 521 casos, sendo o ano de 2008 o que apresentou a maior quantidade: 120. Numa outra pesquisa – essa com o objetivo de indicar de que formas o sistema de prestações matrimoniais (*barlake*) se relaciona com a violência doméstica, considerando contextos de casamentos *kaben sai* ou *kaben tama* – foi feita uma discussão sobre os índices mais altos e mais baixos para os casos de violência doméstica em diferentes municípios timorenses. Respondendo a pergunta sobre já terem experienciado violência doméstica no município¹⁵ de Manufahi, 75,6% das mulheres entrevistadas deram respostas positivas. Naquele mesmo município 63,3% das mulheres disseram ter vivenciado situações de agressão nos 12 meses anteriores à pesquisa. Já em Covalima, 57% das entrevistadas disseram ter sofrido agressões nos 12 meses anteriores à pesquisa (FOKUPERS, 2012b).

Essa objetificação da *violensia domestika* através do embasamento estatístico foi importante no período no qual se deram as pressões para a promulgação da lei e

¹⁵ Tramita no congresso timorense a lei da municipalização para o país. Atualmente o território é dividido em treze distritos e o objetivo é que estes passem a ser denominados como municípios. Cada distrito é composto por subdistritos, *sukus* e aldeias. Apesar de a lei ainda não vigorar, vários agentes no campo da sociedade civil e mesmo do Estado já se referem aos distritos como municípios. Por ter sido a nomenclatura adotada por vários dos meus e de minhas principais interlocutoras/es em campo, me referirei também às frações territoriais do país, que são oficialmente “distritos”, enquanto municípios.

posteriormente para sua aplicação. Era a partir desses dados e das interpretações referentes a eles que cresciam as pressões para que a LKVD fosse instituída. Mesmo atualmente, o recurso a esses dados é recorrente para dimensionar o problema e embasar pressões tanto para desenvolver projetos na área quanto para cobrar a aplicação da lei. Na medida em que se construía o discurso da sociedade civil sobre a *violensia domestika* e que ela ganhava o apoio necessário para produzir a lei que deveria combater aquele fenômeno – entendido como um problema de grandes proporções – iniciou-se o processo que daria origem ao corpo da lei.

Em etnografia realizada em Timor-Leste entre 2002 e 2003, Daniel Simião (2015) acompanhou alguns dos importantes movimentos que compuseram a primeira consulta pública que tinha como objetivo a construção do projeto da *Lei Kontra Violensia Domestika* a ser levado para votação no Parlamento e no Conselho de Ministros. Como ele bem ressalta, todo o processo de consulta era promovido pelo governo leste timorense através do convênio celebrado entre o GPI e o Fundo das Nações Unidas para as Populações (FNUAP), o que, posteriormente, incluiu a participação de uma ONG internacional, a OXFAM Australiana (Oxfam Community Aid Abroad – OCAA), responsável por realizar a consulta a nível nacional quanto ao documento que orientaria o projeto da LKVD (SIMIÃO, 2015).

Promover as consultas públicas foi parte fundamental naquele processo uma vez que dava os ares de uma participação democrática incluindo a sociedade, de modo mais amplo, na construção de um projeto de lei que certamente alteraria significativamente algumas das dinâmicas das relações sociais no país. Utilizando como metodologia a realização de grupos focais, definiu-se que seriam realizadas reuniões com autoridades locais, representantes da polícia, grupos de mulheres etc. em cada um dos cinco municípios/distritos selecionados: Baucau, Maliana, Ainaro, Oecusse e Dili. Daquele processo, levado a cabo pela OCAA, construiu-se o corpo do projeto de lei que previa significativas mudanças tanto no reconhecimento quanto no tratamento dado aos casos de agressões cometidas contra mulheres e crianças nas relações intrafamiliares (SIMIÃO, 2015).

Dois movimentos centrais se colocavam. Por um lado despertava-se a sensação de participação na população que era consultada e ouvida. No entanto, o que aquele processo participativo permitiu evidenciar foi: (i) algumas das tensões que estavam em

jogo entre a criação de uma lei, com reconhecimentos próprios de sistemas modernos (referentes a sujeitos, direitos, violências) a serem transplantados para um contexto em que se construía tanto uma Nação pretendida moderna, quanto a própria noção de indivíduos, e (ii) os reconhecimentos locais sobre formas de violência e usos da força física nas relações conjugais, que divergiam fortemente das visões contidas no documento apresentado pelo grupo de especialistas, que baseava a consulta e a construção do próprio projeto de lei. Por outro, para além de produzir a ideia de participação nas populações ouvidas, assegurava-se a construção e a disseminação daqueles reconhecimentos sobre violência doméstica que orientavam a criação da medida legal, ou seja, reconhecimentos fundamentados na ideia de indivíduos portadores de direitos que eram violados pelas atitudes de violência contra elas/eles infligidas.

Referindo-se ao processo, Simião percebia que:

“[...] importava menos o que viesse das comunidades para o centro e mais o que a consulta levava do centro às comunidades: a sensação de estarem sendo ouvidas. [...] A consulta apresentava as pessoas dos distritos selecionados a um sistema classificatório que lhes era estranho e pedia a elas que se posicionassem, dando-lhes a sensação de que ocupavam um lugar naquele mundo. Assim, mesmo que entendessem os termos daquele sistema em sentidos completamente diversos, aquelas pessoas contribuía para legitimar o discurso do documento em uma arena política mais ampla” (2015, p. 212).

Em 2003 foi apresentado para o Conselho de Ministros o projeto de lei produzido por uma equipe de especialistas jurídicos (contratados pelo GPI) antes mesmo que fosse finalizado o relatório originado a partir da consulta pública feita pela OCAA (Ibid., p. 212). Aquele projeto apresentado pela equipe de juristas acabou sendo reprovado no ano seguinte. O entrave que fez com que o projeto não fosse aprovado pelo Conselho foi a desatualização e a desarmonia com o Código Penal que vigorava em Timor-Leste à época: o código penal indonésio. Seria inviável aprovar a lei naquelas circunstâncias. Notava-se em Timor-Leste um forte pluralismo de textos jurídicos. Apesar de terem funcionado, durante a ocupação do território pela Indonésia, um sistema de justiça com tribunais, muitos deles foram destruídos após o plebiscito que recusou a proclamação de Timor-Leste como província Indonésia. Isso somado à falta

de profissionais capacitados para operar no sistema de direito positivo, colocava o desafio, desde a administração da UNTAET, de instituir um sistema judiciário. Poderiam ser mobilizadas tanto as legislações portuguesas (por Portugal ter oficialmente domínio sobre o território até 1975), quanto as indonésias, vigentes até 1999 e ainda as da ONU (Ibid., 220-234).

O novo código penal só foi aprovado e instituído em 2009 e apenas a partir dele que foi oficialmente revogado o código penal indonésio. Antes disso, novas movimentações importantes à criação e implementação da LKDV estavam sendo feitas, principalmente as que ocorreram na reestruturação do Governo em 2007. O GPI foi extinto em 2007 dando lugar a SEPI (Secretaria de Estado para Promoção da Igualdade), uma Secretaria para as questões concernentes às demandas políticas de sensibilização para a igualdade de gênero, participação paritária na vida econômica e o combate a todas as formas de discriminação e violência contra a mulher (TIMOR-LESTE, Decreto 7/2007).

Segundo a Diretora Executiva da FOKUPERS, a criação desta Secretaria levava o lobby, os processos de consulta popular e campanhas de divulgação a um novo patamar, pois o que antes consistia num “gabinete para conselheiras” passava a ser centralizado “numa figura exclusiva, num cargo mais elevado, o da Secretária de Estado”. A atuação dessa Secretaria indicava que o lobby no parlamento e no Conselho de Ministros era levado mais a sério, atuando com mais influência e representação para que o parlamento fosse favorável à criação da lei.

Após a criação da SEPI foi iniciado o segundo processo de consulta pública que gerou o projeto de lei, agora em acordo com o Código Penal de Timor-Leste promulgado em 2009. A LKVD foi finalmente aprovada em julho de 2010, por meio da lei nº 7/2010, trazendo consigo uma série de mudanças que impactaram fortemente tanto o cenário jurídico-legal quanto a vida social em Timor. O caráter de crime público, a responsabilização do Estado timorense em promover campanhas de conscientização a respeito da violência doméstica e dos direitos das mulheres, a proibição oficial da resolução desses casos por formas outras que não nos tribunais (como as formas de mediações desempenhadas por ONGs e pela dita justiça “tradicional” ou da *kultura*¹⁶), o

¹⁶ A grafia da palavra “*kultura*” será utilizada conforme o tétum timorense enquanto categoria nativa para a qual circundam significativas disputas sobre o que sejam os traços tradicionais e culturais no país. Intensas reflexões a esse respeito são feitas por Kelly Silva (2014). É importante ressaltar que o sentido

compromisso de abordar o tema na educação básica e, por último, a criação do Plano de Ação Anual em Violência Baseada em Gênero são apenas algumas das mudanças propostas com a promulgação da lei (TIMOR-LESTE, 2010). Juntamente com a aprovação da lei as ações da sociedade civil leste timorense foram redirecionadas para o combate à *violensia domestika* baseadas agora na legalidade fundamentada naquele aparato jurídico. Um novo artifício passava a compor a fundamentação discursiva dos atores naquele campo e, como veremos adiante, algumas ONGs passaram a organizar parte considerável de suas rotinas de trabalho na aplicação da LKVD, como é o caso da FOKUPERS e de outras que fazem monitoramento de casos nos tribunais em Timor-Leste.

Antes de prosseguir com a discussão, é preciso chamar a atenção para um fato que impactará na caracterização de outro agente expressivo neste campo da *violensia domestika*. A SEPI, a partir de alterações na estrutura de governo da República Democrática de Timor-Leste, passou a ser chamada pela sigla SEM, uma vez que foi reestruturada e renomeada para Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção Socioeconômica da Mulher. Deste modo, é à SEM que passo a me referir quando tratar do órgão do poder executivo leste-timorense que coordena as políticas públicas de combate à *violensia domestika* e para a promoção da igualdade de gênero no país¹⁷.

Como percebido por Simião (2015), muito do que estava em jogo ao se criar uma legislação para combater os atos de *violensia domestika* dizia respeito a construir o problema em cima dos atos de uso da força nas relações intrafamiliares. O que se colocava em conflito eram interpretações de uma sociedade civil/Estado que buscavam consolidar um discurso moderno, centrado no indivíduo, descolado de suas relações e obrigações relacionais, e os entendimentos que baseavam os discursos de uma população mais ampla, mais próximos dessas últimas ideias e mais afastada dos pressupostos que guiavam os interesses por trás da construção da LKVD. Em outras

de cultura e ainda de fenômenos culturais que aparecem durante o texto será sempre utilizado em concordância com o uso nativo de tal categoria, *kultura*.

¹⁷ O documento oficial mais recente que trata das atribuições da SEM é a Orgânica da Secretaria, publicada através do Decreto-Lei N.º 8/2016 de 4 de maio do mesmo ano. Disponível em <https://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2016/serie_1/SERIE_I_NO_17.pdf> . Acesso em 28 de Julho de 2016.

palavras, o que se colocava em conflito eram as perspectivas e os sentidos dados às agressões por esses atores. Opunham-se lógicas orientadas em diferentes graus por entendimentos modernos quanto ao recurso à violência naquelas relações e sobre os impactos que eles causavam, sobre as ofensas que produziam.

Algumas das percepções locais a respeito do que seria ou não uma atitude de violência não corroborava com o discurso oficial que se construía sobre o termo *violensia domestika*. Nas definições de um grupo focal em Baucau durante a primeira consulta pública, por exemplo, as definições do que seria violência, configurando um problema grande, se limitavam a “bater até sangrar, bater até aleijar, ameaçar com facão, estuprar e adultério”. Por oposição, a definição do grupo entendia como problemas menores, não crimes – como propunha o documento de orientação da consulta – “ameaça verbal, marido bater para educar [...]” (SIMIÃO, 2015 p.194).

Do ponto de vista local, era tanto aceitável quanto justificável que o marido batesse na esposa para corrigir um comportamento considerado inadequado. Aquilo, se feito na medida era uma atitude legítima e não configurava *violensia domestika*. Questionava-se, inclusive, a categorização das mulheres agredidas enquanto vítimas, uma vez que, por terem sido agredidas para ter seu comportamento regulado, o marido poderia ter sido vitimado pelas ações prévias dela (Ibid. p. 187).

A Asia Foundation, discutindo com os dados do “Timor-Leste Demographical and Health Survey”, aponta para a consideração de que 86% das mulheres e 80% dos homens acreditavam que é justificável o marido bater na esposa por negligenciar as tarefas domésticas, as crianças ou se recusar a ter relações sexuais (ASIA FOUNDATION, 2012 p. 3). Essa discussão fornece bons insumos para refletir sobre a aplicação da categoria *violensia domestika* naquele contexto no que se refere, particularmente, aos reconhecimentos locais, tanto de homens quanto de mulheres, para o que deve ser entendido como violência.

Poderia ser entendido como um ato muito mais sério e ofensivo, do ponto de vista local, que não se respeitasse a vontade da mulher em questões como tomar uma segunda esposa, por exemplo. Essa foi uma situação possível levantada também no grupo focal em Baucau, na qual um ex-guerrilheiro diz: “Se eu estupro alguém, o chefe de aldeia pode decidir que eu devo me casar com esta pessoa. Vamos supor que eu já seja casado e minha esposa não concorde que eu tome uma segunda mulher. Então, se

eu obedecer ao chefe de aldeia, isto pode ser uma violência contra a minha própria esposa!” (SIMIÃO, 2015 p.187).

Situações como essas trazem para o debate a necessidade, entendida por algumas organizações e agentes no campo da sociedade civil e do governo, em “mudar mentalidades” e concepções das pessoas a respeito da violência doméstica. Do ponto de vista deles é injustificável que se recorra às agressões físicas para adequar o comportamento das mulheres.

Considerando toda a discussão sobre a categoria de gênero e sobre a violência doméstica enquanto questões orientadas por valores modernos é importante reconhecer que alguns dos esforços envolvidos na criação (do problema) e promulgação da lei de combate da *violensia domestika*, configuram esforços de transposição da modernidade¹⁸ em curso em Timor-Leste. E se configuram dessa forma na medida em que se desenvolvem mecanismos de diferentes naturezas para transformar concepções e reorientar práticas e discursos a partir de ações civilizatórias, modernizadoras de comportamentos e pensamentos. No que tange à *violensia domestika*, a questão suscitada pela criação da LKVD é a de proteção (e reconhecimento) do indivíduo enquanto valor. Esse indivíduo vem descolado das “obrigações” impostas pelos “costumes” e pelos papéis de cuidado designados, em particular às mulheres.

Um dos efeitos da LKVD, aliado às ações e atividades das ONGs que atuam nesse campo discursivo de gênero, é justamente o de disseminar ideais marcados por pressupostos modernos de agências e de indivíduos. Os *direitos das mulheres, as práticas que as agridem especificamente*, os efeitos produzidos pelas agressões (*traumas*), são todos indicativos de que os atores desse campo empreendem ações que reconfiguram os sentidos atribuídos a determinadas formas de interação.

Ao mesmo tempo em que se cria um discurso oficial e uma medida legal do direito positivo para coibir e punir atos de violência doméstica, cria-se a moralidade discursiva sobre o tema, produzem-se os efeitos de verdade desejados para justificar a disciplina (FOUCAULT, 1999, p. 27-48) e domesticação (SILVA, 2014) de condutas que passam a ser consideradas inadequadas. A questão que se colocava ao pressionar pela implementação da lei era sobre a necessidade de transformação de condutas, no sentido de (re)orientá-las, de adestrá-las, da mesma forma como deveria ser feito com os

¹⁸ A esse respeito ver SILVA e SIMIÃO (2012) e SILVA (2014).

reconhecimentos acerca dos atos de uso de força ou de castigos físicos entre cônjuges. Criava-se a esfera legal, burocrática do Estado e a moralidade que (deveria) passar a encobrir e dar sentido a *violensia domestika*. As demandas do campo da sociedade civil timorense que culminaram nos esforços de criação da LKVD, levantam questões acerca dos movimentos de produção de individualidades e projetos de transposição da modernidade. São demandas que agregam sentidos de transformações de condutas e reconhecimentos centrados no indivíduo enquanto valor, apoiadas em instituições do estado e do governo modernos para orientar as práticas dos sujeitos, promovendo domesticação de corpos e condutas.

A partir dessa caracterização inicial sobre como atuaram alguns setores e organizações da sociedade civil leste timorense, no sentido de instituir reconhecimentos e medidas de combate à *violensia domestika*, apresentarei, baseado em descrição etnográfica, o que percebi e vivenciei em campo e que me permitiu analisar a consolidação desse campo da sociedade civil que atua nas questões de gênero tendo como um dos efeitos de sua atuação a contribuição para processos de transposição da modernidade. Para isso descrevo rotinas e eventos que marcam e constituem o campo ou governo da *violensia domestika* a partir de uma experiência localizada em algumas ONGs, observando as atividades que elas realizam e os projetos que põem em curso.

Esse grupo de ONGs que compõe o campo da sociedade civil leste timorense de modo mais consolidado – em relação ao período entre 2002 e 2003 como acompanhado por Simião (2015) – é responsável (a partir de suas parcerias institucionais) por operar na difusão de ideologias individualistas através de suas múltiplas práticas de mediação entre as comunidades pelo país e as políticas públicas, como as de combate à *violensia domestika*.

Capítulo 2

A construção do campo e o Campo institucional de ações e interlocuções das ONGs em Timor-Leste

A presente descrição etnográfica, baseada em pesquisa de campo realizada no período entre setembro de 2015 e janeiro de 2016, discute formas e campos de atuação de diferentes ONGs leste timorenses em suas interações entre si e com instituições nacionais ou internacionais comprometidas com o combate à violência doméstica e questões de gênero, como trabalhos e campanhas de conscientização em Timor-Leste.

O objetivo que me levou a buscar tais interlocuções dentro das ONGs em campo era o de investigar o histórico político de demandas e cobranças sobre a *Lei Kontra Violensia Domestika* – LKVD 2010, que partiu, em grande medida, da sociedade civil em processos de formação no país no início dos anos 2000 (SIMIÃO, 2015). Em campo, entretanto, esses objetivos foram reorientados pelas questões que se colocavam em primeiro plano e se faziam emergentes naquele cenário. Apesar de ter-me sido possível recuperar brevemente algumas das demandas que levaram à criação da LKVD – a partir do contato com agentes das ONGs atuantes naquele período – as questões que surgem com sua promulgação se mostraram mais potentes para reflexões, no sentido de entender melhor algumas práticas, significados, relações e conflitos que surgem ou se intensificam a partir de julho de 2010, quando passa a vigorar tal medida legal. Refiro-me a conflitos relacionados, principalmente, aos diferentes entendimentos e valores atribuídos à adoção de uma medida do direito positivo, além da criação de uma nova arena para mediar os casos de *violensia domestika*, das novas moralidades atribuídas aos atos de uso de força nas relações conjugais e de novas concepções sobre sujeitos, direitos e individualidades – o que difere, muitas vezes, nas visões de organização da sociedade civil, de organismos do Estado e de concepções locais das pessoas no país.

Esse conjunto de questões que se fizeram mais aparentes vêm fortemente guiadas pela atuação de ONGs que orientam suas práticas no combate a *violensia domestika*. Essas organizações com as quais pude me envolver permitiram-me pensar, como apresento aqui, a conformação de um campo de ação da sociedade civil, construído a partir de uma série de relações e parcerias que se apresentam enquanto tal

de maneira mais consolidada do que há uma década, como já sugeria Simião (2015) ao descrever os primeiros esforços de promulgação da LKVD e da criação da arena legal para mediar os conflitos de *violensia domestika*.

2.1 – A busca pelo campo (de interlocuções)

Iniciei meus esforços de interação com agentes e organizações não governamentais em Dili, capital timorense, em setembro de 2015, no auge da seca e do calor que assolavam o país. Apesar de trazer, ao longo desta dissertação, experiências com atores em diferentes municípios de Timor-Leste, as organizações e instituições com as quais dialoguei de forma mais profunda são todas sediadas na capital. Minha primeira abordagem se deu com duas representantes de uma ONG local, a partir de informações que tinha recebido de que uma delas, figura atuante nas questões de gênero e combate à violência doméstica no país. Logo no primeiro contato com ela – Paula – por telefone, soube que a mesma não estava mais envolvida com a organização em que havia atuado até bem recentemente. Naquela época ela estava trabalhando como diretora executiva no *Forum Tau Matan*, ONG cujo principal foco de atuação se dá sobre direitos humanos de crianças e adolescentes, a partir da própria colaboração deles nos treinamentos que tem como objetivo formá-los enquanto multiplicadores daquelas concepções¹⁹. Essas informações me foram passadas durante o primeiro encontro que tivemos na sede da ONG em Caicoli, *suku* da capital, Dili. Naquela oportunidade conversamos, eu, Paula e Zélia Fernandes, que também trabalhava no *Forum*²⁰ e que coordenava a articulação com os jovens.

Claramente o escopo de trabalho da ONG fugia bastante aos interesses que orientavam o meu problema de pesquisa, mas a conversa rendeu bons frutos. Ambas as ativistas têm recordações do processo de negociações e esforços que antecederam a promulgação da LKVD. Zélia, por exemplo, trabalhou como voluntária na FOKUPERS, ONG que teve expressiva atuação nas articulações que pressionaram para a promulgação da lei. O Forum, naquele momento, não estava com nenhum projeto que

¹⁹ Na mesma linha dessas atividades de disseminação de concepções sobre os direitos humanos estavam os trabalhos de socialização da *Lei Kontra Violensia Domestika* nas quais o *Forum* se envolveu anteriormente.

²⁰ Ao me referir ao *Forum Tau Matan*, utilizei a grafia conforme o tétum e não como seria em português brasileiro “fórum”.

dialogasse narrativas dos direitos humanos a questões relacionadas com a *violensia domestika* ou igualdade gênero, nem mesmo atividades direcionadas para as mulheres. Em seu horizonte, naquela altura, estava apenas uma consulta pública, para produzir dados sobre grupos de jovens envolvidos em conflito, o que deveria ocorrer em meados de novembro apenas. Obtive com elas, ao final de nossa conversa, uma importante ajuda – além de ter estabelecido meus primeiros contatos em campo e ter podido entender a dinâmica de funcionamento e atuação daquela ONG. Elas me indicaram contatos diretos de diretoras de três organizações locais ligadas ao combate à violência doméstica.

Aqueles contatos foram muito significativos para que eu começasse a me localizar entre os agentes daquele campo da sociedade civil. Fiz contatos com ALFeLa (*Assistencia Legal ba Feto no Labarik*), Rede Feto e FOKUPERS. Por questões de agenda (delas) não pude me encontrar com nenhuma representante dessas organizações. As diretoras da FOKUPERS estavam em Jacarta para um congresso, a Rede começava a se organizar para uma campanha que articularia todas as ONGs que a compunham, o que inviabilizava qualquer possibilidade de receber um estrangeiro para um encontro ou entrevista naquele período. Por último, na ALFeLa, não havia agenda disponível, assim como na Rede.

2.2 – O PDPTL e a Polícia Federal Australiana: campos de cooperação

Começava a sentir algumas dificuldades em construir uma rede à medida que o tempo passava. Minhas primeiras interações diretamente relacionadas ao tema da *violensia domestika* vieram de um programa de cooperação internacional, mais especificamente com a Polícia Federal Australiana. Por intermédio de um amigo policial, conheci Gayle, líder do *Gender Team* (Equipe de Gênero) no Programa de Desenvolvimento da Polícia de Timor-Leste²¹ - PDPTL.

Pude encontrar Gayle algumas vezes durante a rotina de campo, entretanto sentamos para conversar pessoalmente apenas no dia que fui até seu escritório na sede do PDPTL, que fica no Bairro Pité, mais afastado da região central de Dili. Gayle me

²¹ Em inglês, Timor-Leste's Police Development Program, que é um programa de cooperação entre a PNTL e a Polícia Federal Australiana, cujo objetivo é treinar e capacitar a polícia timorense. Gayle não me informou muito sobre o programa em geral. Nossas conversas limitaram-se a alguns aspectos do treinamento oferecido aos policiais timorenses sobre formas de abordar e tratar os casos de violência doméstica e sexual.

falou sobre os objetivos do programa de cooperação e sobre a rotina de trabalho dela enquanto chefe do grupo que coordena os trabalhos de capacitação de gênero para os policiais timorenses, em especial para aqueles e aquelas que trabalham nas UPVs²². Segundo ela:

The aim of the TLPDP Gender Equity and Equality team is the overall improvement of the gender equality environment within the Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) including nurturing the PNTL's current Vulnerable Persons Unit (VPU) through a collaborative approach between the PNTL, Non-Government Organisations (NGOs) operating in Timor-Leste and the Timor-Leste Police Development Program (TLPDP) with input from other stakeholders operating in the Law Enforcement/Justice Sector in Timor-Leste.

This is achieved by:

- Supporting the development of the PNTL Vulnerable Persons Units and increase the capacity of staff in those areas
- Supporting the development of the PNTL Gender Section and increase the capacity of PNTL Women's Focal Group throughout the PNTL
- Conducting extensive mentoring, liaison, consultation and cooperation with relevant stakeholders including Police, Non-Government Organisations, International Organisations and the Government of Timor-Leste. (Entrevista pessoal concedida em outubro de 2015).

O esquema de trabalho do grupo é o de desenvolver workshops com os policiais, tanto no modelo de aula, como no de grandes eventos. São “treinados” desde grupos entre 15 e 30 policiais até públicos maiores de 150, entre homens e mulheres. Sobre os treinamentos, ela avaliava estar indo muito bem o desenvolvimento de capacidades dos policiais nesses temas, tanto no que se refere à forma com a qual eles tratam as vítimas quanto ao trabalho de conscientização que eles têm nas comunidades por todo o país onde são realizados os treinamentos²³.

²² As UPVs – Unidades de Pessoas Vulneráveis, comumente referenciadas, mesmo por timorenses, na forma anglofona, VPU – Vulnerable Person Unit, são unidades policiais destinadas ao atendimento de demandas de mulheres (referentes a abuso sexual e violência doméstica) e crianças.

²³ Uma das razões de eu ter encontrado Gayle apenas uma vez para conversarmos de forma mais detida, foi o fato de ela estar em fase de preparação para uma série de atividades em outros municípios, o que

Sobre a cooperação com os parceiros levantados por Gayle, chama a atenção sua fala em relação às ONGs. Apesar de a equipe de gênero trabalhar diretamente com os/as policiais que participam das atividades de formação, o trabalho com as ONGs é importante pois algumas delas fornecem suporte em termos de investigação forense, abrigo e assistência legal para as vítimas. Essas parcerias com as ONGs são estabelecidas com a polícia e incentivadas pelo programa por se entender que as ONGs são importantes agentes nesse campo de combate à violência doméstica. Gayle elencou quatro delas que atuam de forma integrada com a polícia no que ela chama de grupo de referência:

- Casa Vida (Victim support/life skills);
- PRADET (Forensic support);
- ALFeLa (Legal support); e
- FOKUPERS (Victim support, safe houses, counselling, conflict resolution).

A atuação das ONGs em relação com as mulheres envolvidas em casos de *violencia domestika* ia se fazendo mais clara quanto mais eu “entrava” em campo. Alguns nomes eram recorrentes ao se referirem aos serviços prestados por essas organizações às mulheres. FOKUPERS e ALFeLa apareciam novamente, após terem sido indicadas por Paula e Zélia no Forum Tau Matan. Dessa vez era Gayle que indicava o papel importante que elas desempenhavam para o atendimento e apoio às mulheres tanto na assistência legal, quanto na providência de abrigo. Eu já aguardava contato delas há alguns dias quando tive oportunidade de conhecer uma delas. Havia sido convidado não por uma pessoa do staff, mas sim por uma amiga timorense que já conhecia o trabalho de uma dessas ONGs. Fidélia, uma jovem timorense que conhecera em Dili se dispôs, juntamente com sua amiga Aliança, a me levar até a FOKUPERS, me ajudando a me localizar na cidade em que eu pouco conhecia o território e o idioma, tétum.

2.3 – Construindo aproximações, diálogos e redes

encerraria seu ciclo de atuação no país. A última vez que a encontrei, no escritório da FOKUPERS, em dezembro, ela estava em sua última semana de trabalho em Timor-Leste.

Fidelia era estudante de comunicação social na Universidade Nacional Timor Lorosa'e e frequentava a FASIPOL, mesmo prédio em que eu tinha as aulas previstas no programa de mobilidade acadêmica que me levou a Timor-Leste. Ela fizera uma série de entrevistas com algumas representantes de organizações não governamentais locais para complementar uma disciplina de seu curso, cujo objetivo era recuperar algumas das ações empreendidas para promover a igualdade de gênero, o que fez com que conhecesse muitas das organizações que desenvolvem ações de combate a violência doméstica e suporte às mulheres que vivenciavam esse tipo de experiência. Foi através dela que fui pessoalmente até a sede da FOKUPERS, no bairro do Farol em Dili.

Fidelia me acompanhou à FOKUPERS num dia de manhã, e me apresentou como estudante brasileiro interessado em pesquisar violência doméstica. Conversando em tétum com o responsável pela logística da ONG ela me disse que eu deveria escrever uma carta de apresentação encaminhada à diretora executiva da ONG. Na carta eu deveria explicitar quem eu era e quais eram os meus interesses para marcar um encontro. Estava confiante de que teria bons resultados ali.

Antes de voltarmos para casa, ainda na rua da FOKUPERS, no bairro Farol, passamos pela frente do escritório de outra ONG sobre a qual já havia ouvido falar. Tratava-se da AMKV – *Assossiasaun Mane Kontra Violensia* (Associação Homens Contra a Violência). Aquela não tinha sido uma das ONGs que Fidelia conheceu enquanto fazia sua rotina de entrevistas, mesmo assim quis conhecer e ela e Aliança foram comigo. Ao entramos na sala do pequeno escritório fomos recebidos por dois jovens homens que estavam na primeira das três salas que compõem o espaço físico da *Assossiasaun*.

Na AMKV fui apresentado por Fidelia da mesma forma que ela fizera na FOKUPERS, mas lá algo diferente aconteceu. Zenato, diretor executivo da ONG veio se apresentar e conversar comigo naquele mesmo momento. Para minha surpresa ele falava português. Começamos a conversar em português e fomos descobrindo muitas coisas em comum, a afinidade com as ciências sociais era uma delas. Seu bom português devia-se ao fato de seu pai, timorense nascido em Lospalos, ter sido motorista de autoridades portuguesas até 1975, o que fez com que ele crescesse ouvindo um pouco de português em Lospalos, no município de Lautém, de onde vinha sua família. Zenato foi estudar sociologia na Indonésia e posteriormente retornou para estudar

Direito na UNTL, em Dili, vivendo aqui com seu irmão e cunhada. Ele era engajado com o movimento político e cultural da Luta Hamutuk (Luta Unida, em tradução livre) e começou a trabalhar na AMKV em 2013, tendo se tornado recentemente diretor executivo, o que lhe atribuía a responsabilidade por coordenar o staff responsável pela comunicação, execução financeira e execução de projetos.

Minhas recém-descobertas boas afinidades com Zenato se intensificaram quando expliquei do que se tratava minha pesquisa. Ele se mostrou bastante interessado em me receber, me convidando para retornar no dia seguinte pela manhã, momento em que estariam presentes os demais membros da equipe que não se encontravam naquele momento. Conhecendo eles eu poderia entender melhor como se organizavam as atividades das diferentes equipes que compunham a ONG, acreditava Zenato. Firmamos o combinado e a partir do dia seguinte passei a frequentar assiduamente, de segunda a sexta, o escritório da AMKV.

2.4 – A AMKV: cotidiano, grupo e projetos

A AMKV é uma ONG local fundada em 2002 cujo objetivo é construir uma sociedade livre da violência doméstica através da promoção de atividades de conscientização sobre a igualdade de gênero, discriminação contra as mulheres e violência baseada em gênero (violência doméstica e sexual). Muito do que conheci da AMKV deve-se a minha permanência na sede da ONG, fosse durante os diálogos com o staff ou através dos materiais que eles distribuem durante suas campanhas. Hunt (2004) faz uma observação sobre a formação de algumas ONGs no período pós-retirada Indonésia, no qual várias ONGs locais se formaram através do contato com organizações internacionais. A AMKV, segundo Hunt, é uma dessas organizações surgidas através de diálogos estabelecidos com representantes de uma ONG de Manila, formada por homens que se comprometiam com o combate à violência doméstica em seu país.

Na AMKV conheci, além do diretor executivo, Zenato, os demais membros da equipe. O diretor geral, George, é de Uganda e atuava antes na ONU Mulheres em Timor. Abaixo dele e de Zenato na estrutura hierárquica da ONG estava Zé Fernandes, responsável pela gestão financeira da *Assosiasaun*. Ele cuidava dos recursos destinados

ao pagamento da equipe, dos montantes referentes a cada atividade e administrava, juntamente com dois voluntários, toda a verba que circulava na ONG. Kiko e Jader eram do Grupo de Estudos Feministas e davam apoio na formulação de projetos e relatórios a serem submetidos para os doadores. Baltazar e Aimeu eram os responsáveis por operacionalizar toda a rotina no escritório, numa espécie de apoio administrativo, além de estarem na linha de frente de apoio logístico e “cerimonial”, organizando as atividades desenvolvidas pela ONG. Aquele foi o staff que se manteve fixo no período em que frequentei a AMKV²⁴.

As atividades da AMKV são realizadas a partir das propostas submetidas a doadores que, em caso de aprovação, disponibilizam fundos para que ela promova seus programas, o que se dá majoritariamente nas comunidades pelo interior do país. Esses doadores são, em geral, organizações ou instituições internacionais como a Embaixada da Finlândia em Jacarta, UN Women, a Oxfam e a GIZ - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (Agência Alemã para Cooperação Internacional). Parcerias com o Estado leste-timorense, com outras ONGs e instituições como a Asia Foundation são também frequentes no cotidiano da AMKV, entretanto os principais projetos que ela tem desenvolvido se dão a partir dos recursos disponibilizados por essas agências internacionais.

Os programas que a *Assosiasaun* desenvolve têm o interesse em promover conscientização sobre os direitos humanos das mulheres, sobre o valor da igualdade de gênero, o empoderamento e a autonomia – econômica - das mulheres para que diminuam sua dependência em relação aos maridos, impactando, dessa forma, na diminuição dos casos de *violensia domestika*. A AMKV buscava fazer com que as comunidades “entendessem” sobre essas questões, para que pudessem então “enfrentar”, a *violencia domestika* que elas vinham encarando. Como descrevo brevemente, a seguir, Isso é posto numa das propostas submetidas à Embaixada da Finlândia em Jacarta.

No projeto intitulado “*Man reduce violence against women and children*”, executado entre 2011 e 2012, o objetivo era “promover a igualdade de gênero e prevenir

²⁴ Me recordo de três membros daquele staff que deixaram as atividades enquanto estava em campo. Várias pessoas, como Aimeu e Baltazar, entram na ONG como voluntários na expectativa de passarem a atuar sob remuneração quando alguém deixar um posto remunerado. Esses três membros que me recordo de terem saído eram voluntários. Em dezembro outras duas pessoas já tinham entrado para fazer parte da equipe.

a violência doméstica contra mulheres e crianças, enquanto pessoas mais vulneráveis”. Segundo o plano estratégico da AMKV para o triênio 2009 – 2012, cujo foco era o acesso às comunidades através da advocacy e de workshops, discussão e reflexão sobre como prevenir a violência contra as mulheres e as crianças, sua meta para o tal projeto era fomentar atividades e seminários intitulados “Homens como parceiros para a igualdade de gênero” em alguns subdistritos de Covalima e Bobonaro.

A tônica do projeto era conscientizar as comunidades do papel dos homens para promover a igualdade de gênero, prevenindo a violência doméstica. Com os seminários, ao longo daquele ano, foram atingidas 1.231 pessoas nos dois municípios, que saíram “conscientizadas”, ou que “aperfeiçoaram/aumentaram seus conhecimentos” sobre igualdade de gênero, assim como reconheceram a importância do Focal Point (pessoa de referência da comunidade, devidamente treinada pela AMKV) em responder os assuntos sobre violência baseada em gênero que ocorressem nas comunidades.

Envolver-me com a AMKV permitia participar das atividades que eles desenvolviam, o que foi importante para que eu tivesse acesso (e entendesse) a algumas possibilidades de ações de combate à violência doméstica promovidas em Timor-Leste, para além da aplicação da medida penal. No caso da AMKV, tratava-se da atuação na prevenção ou conscientização frente a punição instituída na lei. É importante não perder de vista que, por atuarem em diferentes municípios timorenses, eu poderia conhecer as relações que eles têm com as lideranças locais pelo país, o que seria bom para me aproximar de diferentes sensibilidades jurídicas e reconhecimentos sobre uma questão tão dinâmica que é a *violensia domestika*.

Ia para a AMKV de segunda a sexta entre 08h30min e 12h e ficava junto de Zenato²⁵, hora ajudando em questões de língua portuguesa, hora falando sobre violência doméstica em Timor e no Brasil. Assim fui me envolvendo na rotina de atividades diárias da *Assosiasaun* e mantendo contato com os materiais disponíveis: folders, publicações que eles usavam para preparar as atividades, relatórios dos programas realizados, projetos que eles pretendiam desenvolver propostas que foram e a serem submetidas para doadores e outros arquivos disponíveis.

²⁵ Algumas vezes almoçávamos juntos no restaurante chamado “Produtos locais” que era parte do projeto Haburas, dedicado ao estímulo a pequenos produtores rurais. Nesse restaurante conhecia pessoas de outras organizações e instituições, além de estreitar minhas afinidades com Zenato.

Minhas atividades iam aumentando e passados alguns dias fui chamado para colaborar na atividade de um projeto de envolvimento de mulheres na economia comunitária em Suai, no município de Covalima; em dezembro fui com o Grupo de Estudos Feministas (Kiko, Jader e Zenato) para Lautém, onde fizemos uma série de entrevistas para uma pesquisa sobre a participação e lugar das mulheres na *kultura fataluku*. Assim fui construindo uma rede de boas relações e interlocuções na AMKV, e acedendo ao seu universo de atuação que, assim como o de outras ONGs, é fortemente baseado em concepções e práticas modernizadoras de agências, condutas e sujeitos. Suas atividades são orientadas e orientam formas modernas de identificar e agir nos grupos da sociedade timorense. Isso ficará mais claro – e será demonstrado – quando tratar de outros programas desenvolvidos por eles e das relações estabelecidas com as comunidades de diferentes municípios timorenses.

2.5 – FOKUPERS: rotinas e mediações

Voltei ao escritório da FOKUPERS poucos dias após ter iniciado minhas atividades na AMKV. Dessa vez estava lá a chamada da diretora executiva, Marília, ou *mana* Nona, como era conhecida por sua equipe. Mostrando-se bastante apressada, a diretora veio até mim na sala de espera com a carta que escrevi nas mãos. Sentamos à mesa e começamos a conversar em inglês, pois eu não dominava o tétum nem ela o português, então encontramos um meio termo para que eu fizesse minha apresentação. Naquele encontro reiterei meus interesses e pedi permissão para conhecer o atendimento às vítimas, acessar alguns dados e relatórios, entender a criação da LKVD e, se possível, acompanhar as atividades de assistência prestadas pela ONG às mulheres nos processos judiciais.

Marília começou dizendo que seria difícil termos uma rotina de diálogos sobre a criação e implantação da LKVD, uma vez que ela estava muito atarefada e as outras diretoras (Mika, do setor financeiro e Judite da administração do abrigo), estavam em Jacarta, ainda em razão do congresso que impediu que eu as encontrasse anteriormente. Seria possível que eu acessasse os relatórios e até alguns dados, desde que não expusesse as vítimas com as quais elas lidavam diretamente. Dessa forma o meu acesso ao abrigo, que é oferecido para as mulheres em situação de violência doméstica ou sexual seria negado.

Contudo, acertamos que eu poderia acompanhar e ter contato com as ocorrências que fossem chegando à ONG, caso acompanhasse o trabalho do setor de Assistência Legal. Aquilo pareceu muito pertinente para entender como se dava a relação entre aquela ONG e as mulheres assistidas por ela, assim como para acompanhar as relações e as tensões existentes com os grupos familiares daquelas mulheres. Aceitei e no dia seguinte minha rotina passou a estar composta – além da parte da manhã dispendida na AMKV – com a tarde indo à FOKUPERS diariamente.

O setor de Assistência Legal era formado por um Advogado (Dr. Marino), duas bacharéis em direito (*mana* Lili e *mana* Augustina) e uma estudante, também de direito, que já atuava na ONG mesmo antes de iniciar os estudos na área, *mana* Luiza, ou Zinha²⁶. Dentro da estrutura da FOKUPERS, as responsabilidades do setor de Assistência Legal são de tirar dúvidas, prestar esclarecimentos, receber as mulheres que chegam tendo sofrido agressões por parte de seus companheiros ou familiares, encaminhá-las para a Polícia caso a denúncia não tivesse sido feita, acompanhar e auxiliá-las durante todos os procedimentos e o processo no tribunal. Em suma o trabalho era dar orientações e “guiar” as *mitra* que tivessem processo em curso, estando ou não no Abrigo, a Uma Mahon.

Mitra é o termo indonésio para parceira, e era usado pela FOKUPERS para se referir às mulheres atendidas por seus serviços de suporte, sejam orientações nas atividades de *advocacy*²⁷ e aconselhamento, seja no abrigo. O termo é usado para diminuir a “distância” entre a ONG e seu staff em relação às mulheres às quais usualmente se referem como *vítimas*. A FOKUPERS adota o termo *mitra* desde o início de sua atuação em 1997, durante o período de ocupação indonésia, para determinar uma relação de parceria ou companheirismo entre a mulher e a ONG²⁸. Evita-se o termo *vítima*, principalmente quando se fala diretamente com as mulheres nas atividades de interação no abrigo ou na sede da FOKUPERS. Há uma nova tendência pelo uso do termo *survivor*, (sobrevivente), que dá mais “poder” as mulheres que superam suas

²⁶ Ao longo da dissertação utilizarei termos como *mana* e *maun*, que são utilizados como pronome de tratamento em Timor-Leste. Esses termos são utilizados para se referir a alguém como irmã e irmão, respectivamente.

²⁷ *Advocacy* é o termo internacionalmente utilizado pelo campo da cooperação internacional para se referir a práticas de promoção e defesa de direitos. O uso do termo é feito em substituição a “lobby”, usualmente associado a práticas de promoção de interesses privados junto a instâncias de governação.

²⁸ A ALFeLa, outra ONG local, usa o termo “cliente” para designar a relação estabelecida com as mulheres às quais prestam assistência legal.

situações de *violensia domestika*, atribuindo a elas um status de ter vencido e superado tais situações, como justifica Marília²⁹.

Os procedimentos de “recebimento e acolhimento” das *mitra* são feitos pela equipe de Assistência Legal e acontecem numa sala de triagem, onde uma pessoa da equipe “entrevista” a mulher para saber do ocorrido e como foi a agressão que a levou até ali. Questiona-a sobre a denúncia ter ou não sido feita, se ela tem apoio de sua família e se precisa de alguma assistência por parte da FOKUPERS ou de seus parceiros³⁰. Desse procedimento de triagem desempenhado pela equipe, são feitas as denúncias caso não tenham sido registradas e a assinatura dos termos de entrada no abrigo, se for identificada essa necessidade por parte das *mitra*. Essa identificação é feita segundo critérios de segurança para aquelas mulheres ou para o caso de elas não terem a quem recorrer diante daquela situação. Dessa forma o que se avalia é se ela corre riscos ao retornar para casa após ter registrado a denúncia e procurado a FOKUPERS. Ela poderia ser novamente agredida ao retornar para casa? Sua família apoiaria na decisão de ter recorrido à polícia naquele caso? Se as respostas a esses questionamentos fossem sim e não, respectivamente, aquela mulher seria recebida nos abrigos.

O fato de *violensia domestika* ser um crime público em Timor-Leste faz com que qualquer indivíduo que tenha conhecimento de uma agressão cometida em âmbito doméstico/intrafamiliar esteja tanto autorizado quanto imputado de denunciar o ocorrido. A FOKUPERS adota isso no sentido de orientar as mulheres que a procuram relatando casos de agressão a recorrerem à Polícia para registrar a ocorrência. Entretanto a própria ONG registra a denúncia caso a *mitra* não queira fazê-lo. Esse é um cenário de *encaminhamento recíproco* uma vez que, assim como a FOKUPERS encaminhava mulheres à polícia para denunciar os casos, a própria Polícia (PNTL ou UPV) encaminhava as mulheres que já haviam denunciado e que não tinham condições de retornar a casa, para que FOKUPERS prestasse atendimento psicológico ou

²⁹ Tanto o termo *mitra*, quanto o termo sobrevivente, ou *survivor*, remetem a troca da expressão “mulheres vítimas de violência doméstica” por “mulheres em situação de violência doméstica” no Brasil, o que é bastante recorrente na linguagem usual de ativistas e instituições que se dedicam ao trato de tais questões.

³⁰ A FOKUPERS trabalha em cooperação com outras ONGs locais, como a Casa Vida que pode fornecer abrigo para moças que tenham sido sexualmente abusadas, ou para os filhos de mulheres que precisem frequentar a creche. Esses serviços são procurados em caso de a Uma Mahon estar sem capacidade de abrigar mais mulheres e a creche da FOKUPERS não poder receber mais crianças. Outra ONG local parceira a ser acionada em caso de necessidade é a Pradet, que atende mulheres agredidas produzindo relatórios de perícia física, além de cuidados médicos.

acolhimento no abrigo³¹. Era um trabalho de parceria desenvolvido entre a Polícia timorense e ONGs locais, principalmente FOKUPERS e Casa Vida³². Já me referi a essas duas organizações quando tratei das parcerias estabelecidas entre a Polícia timorense e organizações não-governamentais para atender às necessidades emergenciais de mulheres que tenham vivido casos de *violensia domestika* ou violência sexual. Esse é um bom cenário para visualizar como se constroem algumas relações entre organizações e instituições leste timorenses para prestar atendimento às mulheres em situação de *violensia domestika*. Gayle se refere a esse tipo de integração de serviços como forma de melhorar as capacidades de atendimento às mulheres e promover a justiça e a igualdade.

Um dos mecanismos disponíveis para promover esse atendimento e responder às “necessidades” de proteção para as mulheres vítimas de *violensia domestika* (as *mitra*) são os abrigos administrados pela FOKUPERS. Uma vez que a denúncia tenha sido feita e a *mitra* tenha sido ouvida pela equipe de Assistência Legal, sua situação fica sob análise dessa equipe que decidirá (baseada em seu depoimento) se ela corre risco e se quer ficar na casa abrigo, a Uma Mahon. Para lá são levadas as mulheres (com ou sem filhos pequenos) que tenham sido agredidas fisicamente e/ou ameaçadas, o que configura uma situação de potencial risco à sua segurança.

Existem três abrigos sob administração da FOKUPERS: a Uma Mahon em Dili, o abrigo *Maria Tapô* em Maliana e a *Uma Transit* em Suai. Em cada um deles há uma administração específica e uma equipe responsável pelas rotinas diárias de manutenção do abrigo, atividades de orientação, atendimento psicológico (para lidarem com os *traumas* causados pelas violências sofridas), assistência legal e suporte nos processos judiciais, locomoção e segurança.

Os serviços prestados pela FOKUPERS agregam, além do abrigo e das atividades de orientação legal e psicoemocional, todos os meios necessários para garantir que as *mitra* tenham acesso ao processo judicial nos casos de *violensia domestika*. Para esses casos a FOKUPERS desempenha um papel importante em

³¹ Gayle, a policial do programa de cooperação com a Polícia Federal Australiana já havia utilizado esse termo para se referir ao encaminhamento das vítimas para os parceiros da rede de referência e por receber mulheres que deveriam prestar queixa por seus casos de *violensia domestika* ou sexual.

³² A Casa Vida é uma ONG que lida mais especificamente com casos de abuso sexual de menores, abrigando e oferecendo cursos profissionalizantes para jovens mulheres, que tiveram tais experiências. Há outras modalidades de serviços prestados, mas o que conecta a conecta à FOKUPERS é esse apoio dado a jovens mulheres vítimas de violência baseada em gênero.

garantir que suas parceiras se envolvam no processo legal nos tribunais, mediando para isso, tanto as questões de ordem prática quanto os *sentidos* da justiça oficial e do direito positivo. Para isso todo o conjunto de serviços prestados pela ONG tem o objetivo de inserir as *mitra* numa nova lógica de resolução de conflitos e de promoção de justiça.

Na relação de parceria estabelecida entre a FOKUPERS e as mulheres assistidas por ela, há diversas situações de interação que preveem atividades de mediação de sentidos do direito positivo. Acompanhei alguns desses momentos em duas oportunidades. O primeiro foi um treinamento coletivo com todas as *mitra* no escritório sede em Dili, no galpão de atividades da ONG. A segunda foi uma preparação individual, na sala de Assistência Legal, com uma *mitra* que teria de comparecer ao julgamento no qual era a parte lesada.

No primeiro caso, várias das *mitra* (cujos casos envolviam violência sexual, doméstica, incesto e/ou abandono) foram levadas do abrigo para o escritório sede. Também participavam algumas *mitra* que não estavam abrigadas na Uma Mahon, mas que eram atendidas pela FOKUPERS e tinham seus casos acompanhados pelo setor de Assistência Legal da organização. Ficamos reunidos por todo o dia numa atividade que se dividiu em duas sessões: primeiro, durante a manhã, lhes foi dado um workshop sobre direito, no qual Dr. Marino falou da LKVD, do código penal, do código do processo penal e sobre as formas adequadas de se lidar com situações de *violensia domestika*. Atendo-nos brevemente a atividade, o objetivo do advogado que dava o treinamento era ensinar como elas deveriam lidar com casos desse tipo não apenas quando ocorressem com elas, mas que elas estivesse “capacitadas” a levar aquelas concepções para suas realidades em seus municípios de origem, suas vizinhanças e famílias. Transcrevo algumas das perguntas que as *mitra* tiveram de responder ao final da atividade:

- 1 – Quando acontece caso de *violensia domestika*, o que vocês têm que fazer? Queixa.
- 2 – Pra quem? Polícia.
- 3 – Pode resolver o problema em Família? Pode ou não? Não pode.
- 4 – Por que não? Tem que procurar a polícia.
- 5 – Deve-se seguir o processo legal.

É preciso levar o processo à justiça. Essa era a tarefa principal do setor e da atividade ali desenvolvida, garantir que aquelas mulheres passassem a compartilhar de concepções oficiais, legais e, modernas, sobre os casos de *violensia domestika*.

Naquele dia à tarde *mana* Guiomar, que prestava apoio psicoemocional no abrigo, fez uma sessão coletiva de escuta e de aconselhamentos. Aquela era a segunda parte da atividade que durou todo o dia. As *mitra* tiveram espaço para compartilhar suas experiências com os perpetradores das agressões, com suas famílias, contar suas histórias e dizer como enxergavam a FOKUPERS, o que sentiam em relação a estar no abrigo.

Outra oportunidade que tive de acompanhar esse tipo de mediação foi durante as orientações referentes ao processo judicial, especificamente na preparação para o julgamento, ou o drama, como a equipe chama a atividade. Naquela ocasião preparavam Betânia para seu julgamento. Betânia chegara ao setor acompanhada de seu filho. Os dois vieram de casa, em um *suku*³³ de Dili. Seu caso não havia sido enquadrado como *violensia domestika* e sim como crime público. Não se tratava de uma agressão cometida no âmbito conjugal ou intrafamiliar. Tudo tinha iniciado com uma briga entre ela e seu vizinho. Betânia alega que, em respeito ao *Tara Bandu*³⁴ vigente no *suku* onde vive, é proibido fazer festas com música que atrapalhe ou perturbe a vizinhança. Seu vizinho, que não conheci, pois não fui ao tribunal acompanhar o julgamento do caso, fez uma festa que durou toda a noite e madrugada. Na manhã seguinte, Betânia foi até sua casa e reclamou da música alta, dizendo se tratar de uma séria infração ao código Tara Bando e que ela procuraria a polícia. O Homem, irritado, deu-lhe dois chutes, motivo que a levou a procurar a polícia. Após registrar a denúncia ela foi levada para a FOKUPERS.

Apesar da proximidade entre eles, a agressão não se caracterizava enquanto *violensia domestika* por não ter sido cometida por um membro familiar ou companheiro de Betânia. O acompanhamento da ONG se deu, entretanto, por acreditar que o vizinho teria a agredido por ela ser mulher e tê-lo contestado. Outro fator que fazia com que elas tomassem a agressão enquanto pauta a ser defendida por elas era o fato de que eles já se

³³ Unidade administrativa entre as aldeias e os subdistritos. Resumidamente, um *suku* é composto por um conjunto de aldeias. Juntos os *sukus* formam os subdistritos, que por sua vez, formam cada um dos treze distritos existentes em Timor-Leste.

³⁴ Os *tara bandu* (cortar e suspender/proibir) são práticas rituais vigentes desde o tempo colonial português por meio dos quais um *suku* (assim como uma família ou ainda o Estado nacional) estabelece um conjunto de proibições a serem observadas pelos seus habitantes. Pensados como prática da *kultura*, recentemente tais rituais têm sido apropriados pelo Estado timorense como estratégia de governação local (SILVA, 2014).

conheciam e tinham uma relação de proximidade. Na semana do julgamento, quando Betânia retornou ao escritório com seu filho, procedemos com uma atividade que visava orientar-lhe as ações e as posturas que deveria tomar no tribunal.

Para que ela “aprendesse” o que deveria fazer, encenamos o julgamento com ela, dramatizamos a situação na sala de Assistência Legal. Mana Zinha representava o defensor público do arguido, eu representava o Ministério Público e Augustina era a juíza. Tudo era encenado de acordo com os rituais no julgamento. Zinha orientava Betânia desde o levantar-se quando da entrada do Juiz, até a requerer o direito de fala quando o Juiz questionasse se ela gostaria de contar os fatos ou deixar que o promotor o fizesse. Enquanto atuava como promotor, eu fazia a leitura da acusação. A equipe tinha como objetivo explicar, ao passo que encenávamos, quem era quem naquele jogo. O juiz era a figura responsável por tomar a decisão sobre o caso. O Ministério público era quem acusava, baseado na queixa prestada por ela. Era o MP o responsável levar a questão para o juiz, “cuidar do interesse da *vítima*”. A defensoria pública estava lá para “defender o arguido”, dizia Zinha. O *arguido* era o vizinho, o que bateu em Betânia. E ela, por sua vez, seria referida no julgamento como a *lesada* do caso, aquela que sofreu com o ato infligido pelo vizinho.

Os próprios termos utilizados para se referir às partes são interessantes para serem pensados enquanto termos que *necessitam* ser explicados ou traduzidos pela ONG. A parte *lesada*, o *arguido*, ambas oriundos do vocabulário jurídico português, dividem espaço com expressões originais do universo anglofona mobilizado pelas ONGs, como *perpetrator* (perpetrador, em português) utilizado recorrentemente para se referir ao agressor nos casos de *violencia domestica*. Naquela relação Betânia era entendida como lesada, a que foi prejudicada, a que sofreu uma ação que lhe fez perder algo e isso precisava ser verbalizado, transposto para ela. Da mesma forma, o arguido é aquele sobre o qual recai uma acusação, é o que deverá ser questionado sobre o cometimento de um delito, por ter infligido regras. Tudo deveria ficar bem explicado.

Betânia era orientada a falar de forma clara, com tom de voz firme, contando o que aconteceu no dia, como foi a festa, se o som estava muito alto; dizer o tom de cordialidade com que ela interpelara o vizinho, contar os detalhes de como o homem a agrediu e de como ela se sentiu. Era importante construir a narrativa do acontecimento para expor ao juiz, se valendo de todos esses detalhes, inclusive do dia e da hora com precisão. Para a equipe de assistência era importante, ainda, fazer com que Betânia

desse, com exatidão, informações pessoais durante o julgamento, como, por exemplo, seu nome completo, sua idade e a data em que nascera.

Esse rito era repetido duas, três vezes se fosse preciso para assegurar que, no momento do julgamento, a *mitra* soubesse exatamente o que dizer e como dizer perante o juiz. Sua postura era treinada, talvez até construída para se adequar ao universo legal no qual ela seria inserida a partir daquele momento. Ao mesmo tempo ela aprendia o léxico/as categorias para entender aquele sistema, para entender o universo no qual estava se inserindo.

A assistência legal prestada às *mitra* não se encerrava na preparação para o julgamento, ou na explicação dos termos mais técnicos como exemplifiquei no caso de Betânia. O que a FOKUPERS fazia para garantir a participação delas e seu comparecimento nos julgamentos e nas audiências não se limitava a isso. Representantes do setor de Assistência Legal acompanhavam as *mitra* nos tribunais, buscavam-nas, juntamente com os motoristas a serviço da ONG em suas casas (em diferentes municípios) para levá-las ao tribunal. Tanto as vítimas quanto suas testemunhas são transportadas pela ONG³⁵. Desde o transporte até os lanches (já que as sessões nos tribunais podem demorar, principalmente pelos atrasos, não sendo raro terem de ficar a tarde inteiro por conta de um julgamento) são garantidos pela ONG.

Ainda no campo de mediações jurídicas produzidas pela FOKUPERS, é expressiva a sua atuação conjunta com o tribunal de Dili que permite à ONG entregar as notificações das audiências e julgamentos para as *mitra* e os arguidos assistidos por ela. O tribunal comunica o setor de Assistência Legal da existência de notificações a serem entregues e fica a cargo da FOKUPERS encaminhá-las às *mitra* que, muito provavelmente serão levadas por ela mesma ao tribunal na data designada na notificação.

O caso de Francisca³⁶, de Tibar em Liquiçá, agredida pelo marido em 2014 pode ilustrar essa conexão entre o tribunal regional de Dili e a FOKUPERS. Do escritório saímos Dr. Marino, Eliza e eu a caminho do tribunal para pegarmos as notificações no expediente da corte. A solicitação vem do próprio tribunal por saber que a ONG

³⁵ Num caso particular de violência sexual, a vítima já estava na Uma Mahon quando fomos buscar sua irmã na casa delas, numa vila nas montanhas do município de Liquiçá. O caso se tratava de um estupro cometido e a irmã presenciara a situação. A jovem testemunharia à favor da irmã dentro de dois dias, pela manhã, então ficaria abrigada na Uma Mahon para que, na véspera do julgamento, passasse pela preparação de drama e tivesse tempo o bastante para comparecer ao tribunal de Dili.

³⁶ Os nomes de todas as mulheres assistidas pela FOKUPERS, as *mitra*, serão fictícios neste trabalho a fim de proteger suas identidades e em respeito a suas histórias.

mantém relação de maior proximidade e acessibilidade em relação às mulheres por ela assistidas. Com as notificações em mãos, fomos levados por *maun* Antônio até Tibar, para entregar a notificação de que o julgamento daquele caso se daria dali a duas semanas. Tínhamos conosco, duas notificações. Uma era para Francisca, a lesada do caso, a outra era a do arguido, Benedito que na notificação constava como sendo seu marido.

Nos autos da notificação onde havia informações sobre o caso, estava posto que a lesada havia sido levada para a Uma Mahon após a agressão que teria sido causada por um desentendimento quanto ao dinheiro para comprar café da manhã. O marido se irritara com a cobrança por parte da esposa e a agrediu com fios, arrastando-a e ameaçando-a de morte. O caso gerou duas acusações, a primeira de agressão física simples, a segunda de ameaça. Foi a ameaça que fez com que Francisca tivesse sido levada para a Uma Mahon, motivo pelo qual a ONG passou a ser responsável por cuidar das notificações de várias de suas mitra, como no caso desta³⁷.

Ao chegarmos à casa de Francisca a vimos com uma menina de aproximadamente cinco anos e uma senhora idosa na varanda. Após ela se sentar com a filha no colo para ouvir Dr. Marino, um homem chegou e se sentou conosco. Não se apresentou, apenas cumprimentou a todos e se sentou próximo à Francisca. Aquele era seu marido, entendi isso quando o advogado da ONG entregou-lhe a outra notificação enquanto Francisca lia a sua própria. O advogado lhes disse que não havia razões para se preocuparem já que as coisas entre eles estavam em paz, razão pela qual o juiz teria motivos para suspender a pena que seria aplicada a Benedito, arguido do caso. Após Dr. Marino reafirmar a data do julgamento deixamos a casa e retornamos a Dili.

Ao mesmo tempo em que a FOKUPERS atuava, através da assistência prestada às *mitra*, enquanto organismo que promovia tudo quanto fosse necessário para garantir a participação das mulheres no processo judicial, ela criava ou estreitava laços institucionais através de parcerias chave. Da narração desses casos expostos aqui, mesmo que de forma breve e sucinta, pode-se ver como são mobilizados alguns de seus esforços para integrar as *mitra* no universo da justiça formal, da linguagem do direito positivo; para transpor uma lógica particular de interações na busca pelos serviços de justiça, esfera adequada para tratar de suas contendas de *violensia domestika*.

³⁷ A Uma Mahon fica em local sigiloso, por esse motivo, uma vez que as *mitra* sejam levadas para lá, cabe a comunicação, primeiramente, com a equipe da ONG para levar as notificações até as mulheres abrigadas.

Esses esforços passam pelo estabelecimento de relações institucionais que permitam a construção de uma rede consolidada entre diferentes atores nesse campo da *violensia domestika*, o que envolve a Polícia, os serviços da própria FOKUPERS e o tribunal. Isso não se dá, entretanto, sem a participação de outras ONGs que se envolvem nesse campo. Na verdade, o envolvimento entre diferentes ONGs que lidam com essas questões é tão expressivo quanto as articulações desenvolvidas entre ONGs e instituições de outras ordens, da esfera do Estado.

2.6 – O campo das ONGs e suas articulações: alguns acontecimentos

Neste campo da sociedade civil onde se localizam organizações como a AMKV e a FOKUPERS, atuam ainda uma série de outras ONGs que têm como objetivos o combate à *violensia domestika* e/ou a construção de uma sociedade mais igualitária entre homens e mulheres. Para a presente discussão, faz-se importante adensar mais algumas possibilidades de interação entre diferentes organizações nesse campo discursivo sobre a *violensia domestika*. Recorro a algumas situações e eventos expressivos da articulação entre ONGs leste-timorenses em interações entre si e com outras instituições/organizações.

Início trazendo um caso que foi o primeiro a me chamar a atenção a respeito da centralidade que as organizações da sociedade civil têm na vida e no caráter judicial/jurídico que os casos de *violensia domestika* passam a ter em Timor-Leste. Ao acompanhar uma mitra, juntamente com Dr. Marino ao julgamento de um caso de violência sexual, no Tribunal de Dili, enquanto esperava do lado de fora da corte conheci duas moças. Ambas eram staff da ALFeLa (*Assistência Legal ba Feto no Labarik*) e acompanhavam o julgamento. Elas não estavam ali para acompanhar a mesma mulher que nós, afinal, aquela em questão estava abrigada na Uma Mahon. Enquanto esperávamos do lado de fora da corte, iniciamos uma conversa.

Aquelas duas moças eram de uma unidade da ALFeLa em Oecusse, enclave leste timorense na parte indonésia da Ilha de Timor. Vieram a Dili resolver problemas burocráticos na sede da ONG e foram designadas para acompanhar o julgamento no tribunal. Fazia parte da rotina de trabalho de ONGs preocupadas com questões legais, como casos de *violensia domestika*, o acompanhamento de diferentes casos nos tribunais.

O tribunal de Dili dispunha de um quadro branco com um “calendário” de julgamentos e audiências, o que servia para orientar o público, e principalmente as ONGs, sobre quais tipos de casos seriam julgados naquele mês. Expressos pelos artigos em que se enquadravam no Código Penal do país, cada julgamento tinha sua data publicizada, mesmo que fosse uma sessão fechada, como era o caso daquele julgamento de violência sexual em que aguardava do lado de fora quando conheci as moças de Oecusse. Era possível, através daquele quadro, saber quando seriam julgados os casos de violência doméstica, de violência sexual, os de homicídio e todo o resto. Isso era muito importante para determinar as agendas de acompanhamentos desses casos, por parte das ONGs que enviavam seu staff para acompanhar os casos que eram de seus interesses.

Quando fui com Lili (uma das bacharéis do setor de Assistência Legal da FOKUPERS) acompanhar o caso de Francisca e Benedito, havia uma “plateia” presente na sessão. Aquelas pessoas não eram familiares ou amigos do casal que queriam acompanhar o julgamento de seus entes. Eram, em sua maioria, staff de ONGs que faziam o monitoramento dos casos no tribunal, exatamente a mesma coisa que as moças da ALFeLa, vindas de Ouecusse, faziam dias atrás. No julgamento de Benedito estavam presentes, além de Lili e eu, dois representantes do *Judicial System Monitoring Program* – JSMP (ONG que atua no acompanhamento do sistema judicial timorense), dois outros representantes da ALFeLa e um pesquisador timorense que fazia pesquisa de campo no tribunal.

Essa prática de monitoramento é o que permite que ONGs como a JSMP lancem seus relatórios de avaliação da aplicação da LKVD, pareceres sobre o sistema de justiça, que geralmente são anuais, mas servem ainda para indicar pressões feitas pela sociedade civil sobre o sistema judiciário. Em relatórios como o da JSMP de avaliação dos três anos de promulgação da LKVD, o programa faz uma série de recomendações referentes ao funcionamento do sistema de justiça. Entre as recomendações estão: a criação de “diretrizes de sentença” para que os juízes possam aplicar as penalidades adequadas aos casos de violência doméstica; e a preparação de ordens de compensação civil para as vítimas de casos de *violensia domestika*, para reparar as vítimas pelos desgastes emocionais e quaisquer perdas de rendimentos que tenham resultado das agressões sofridas (JSMP, 2013. p. 42).

Durante o período em que me voluntariei na FOKUPERS ela não acompanhava nos tribunais nenhum caso que não fosse de uma *mitra* assistida por ela. O acompanhamento das *mitra* pelo setor de Assistência Legal aos tribunais se limitavam aos casos em que elas se encontrassem na Uma Mahon ou por lá tivessem passado, como no caso de Francisca. Examinando os registros de resultados dos casos acompanhados pela FOKUPERS em anos anteriores, percebi que algumas informações diziam respeito a casos que a ONG assistia no tribunal e que não correspondiam às *mitra* por ela assistida³⁸.

Articulações entre ONGs e seu papel para o combate à *violensia domestika* podem ser pensados, para além de sua presença nos tribunais, nas ações em diferentes frentes empreendidas por elas em Timor-Leste. Um evento foi bastante expressivo para mostrar como esses atores recebem reconhecimento por parte do governo enquanto parceiros no enfrentamento a este problema. Trato a seguir de um encontro que reuniu diversas organizações da sociedade civil que, dias mais tarde, se espalhou pelo país levando seus projetos e discursos.

Os 16 dias de ativismo

Num encontro promovido pela SEM em novembro de 2015 na sua sala de reuniões, foram convocados os representantes das principais ONGs locais e alguns parceiros para discutir os “16 Days Campaign Events”, ou os 16 Dias de Ativismo Contra Violência Baseada em Gênero³⁹. Em volta de uma grande mesa oval e espalhadas em cadeiras por todos os cantos da sala, cerca de 50 pessoas, representantes de várias organizações se apresentavam e falavam seus propósitos. Uma a uma foram sendo apresentadas as organizações que compunham o evento. AMKV, ALFeLa, Alola Foundation, Asia Foundation, Casa Vida, FOKUPERS, Forum Tau Matan, JSMP, Rede, Ba Futuro entre outras.

Naquela ocasião os representantes compartilharam e discutiram suas expectativas de atividades a serem realizadas numa campanha que é mundial – fomentada pela ONU Mulheres – e que se espalharia por todo o país. As pautas de

³⁸ Há casos que constam nos registros da FOKUPERS aos quais ela não teve acesso ao resultado final. Tratam-se de casos acompanhados apenas no tribunal e que não foi possível posteriormente acessar o resultado final do processo, pois a equipe não compareceu no dia da leitura final da sentença.

³⁹ A campanha visa envolver diversas entidades para promover ações de conscientização e atividades em que sejam envolvidas a comunidade do país, abordando questões de gênero, igualdade e, principalmente, combate às formas de violência baseadas em gênero (doméstica, sexual etc.).

atividades propostas por aquelas ONGs eram bastante variadas e iam desde socializações da LKVD até campanhas de conscientização sobre assédios cometidos no transporte público.

Aquele foi, certamente, um espaço de discussão e compartilhamento de planejamentos individuais para aquela campanha, mas serviu também como uma oportunidade para o estreitamento de laços e parcerias entre os agentes que compõem a agenda do gênero. O encontro serviu como um fórum no qual a pauta principal eram as ações que seriam desenvolvidas por aqueles agentes, mobilizados em prol de uma causa comum, que tinham suporte em potencial vindo do Estado e que era a anfitriã daquilo tudo, a SEM. Ela viabilizou o que foi necessário para que as ONGs realizassem suas atividades. Por estar envolvido mais de perto com AMKV e FOKUPERS, sabia que nenhuma delas tinha uma agenda específica para os 16 dias de campanha, razão pela qual estavam lá mais enquanto representação do que enquanto proponentes. Entretanto as duas ONGs saíram com atribuições. A SEM garantiu à AMKV o transporte para levar um ou dois representantes de sua equipe para auxiliarem numa atividade de socialização da LKVD em Ossue, no município de Viqueque, que seria realizada pela SEM em parceria com a ALFeLa. A FOKUPERS se comprometeu, de forma autônoma a promover uma atividade de socialização em Ainaro, que seria feita pela própria diretora executiva, Marília.

As interlocuções e os entrelaçamentos estabelecidos entre as ONGs e as esferas de Estado (SEM, tribunal, Polícia) indicam, para além da grande participação desses agentes nas discussões sobre a *violensia domestika*, a consolidação do campo da sociedade civil leste timorense. Essa consolidação passa, em grande medida, pelas articulações entre elas e com o governo, como ressalta Celeste, uma de minhas interlocutoras na SEM. Pude conhecê-la por intermédio de um amigo que trabalhava na SEM, no setor de estatística, Armando. Eles tinham uma boa relação que vinha desde a época de faculdade quando estudaram juntos em Jacarta, Indonésia. Quando soube que eu já estivera na SEM em novembro, na reunião preparatória para o evento, Armando achou interessante que eu voltasse para conhecer o setor responsável por ter pressionado e promovido o *lobby* para que a LKVD fosse aprovada no Conselho de Ministros. Fui com ele até a Secretaria em dezembro, poucos dias antes de ser iniciado o recesso de fim de ano.

Celeste, chefe do Setor de Legislação da SEM, defende a parceria entre a Secretaria e outros órgãos do governo e entidades da sociedade civil para atingir a abordagem integral de gênero, alcançando a igualdade entre homens e mulheres e erradicando as formas de violência baseada em gênero, que atingem principalmente as mulheres. Essa abordagem integral passa pelo estabelecimento de compromissos com alguns ministérios chave e com ONGs, conforme destacado por ela⁴⁰. O entendimento de Celeste indica que várias ações multilaterais (combinando o Estado, a sociedade civil e seus parceiros) devem estabelecer a preocupação em equiparar as posições de homens e mulheres.

A despeito de sua insatisfação com algumas das ações – potencialmente – empreendidas pelos órgãos do Estado, a chefe do setor de Legislação da SEM destacou com muita empolgação o papel da sociedade civil, referindo-se exclusivamente às ONGs nessa empreitada. Ela ressalta que algumas dessas ONGs iniciaram suas atividades antes mesmo da criação do Gabinete para Assuntos de Gênero (durante e após a administração transitória da ONU) que virou a SEPI e depois a SEM. Por seus trabalhos e boas estratégias para alcançar a população do país, as ONGs são consideradas parceiras fundamentais para promover a conscientização e a sensibilização sobre a igualdade de gênero, além do combate à violência doméstica em todos os níveis de governo e sociedade: “sem as ONGs, a SEM não daria conta sozinha”.

As ações empreendidas pelas ONGs, que ganham destaque no posicionamento favorável de Celeste à integração e participação da sociedade civil nos procedimentos de combate à violência doméstica e promoção da igualdade de gênero, se devem em grande parte às abordagens dessas organizações e à sua presença ou acesso eficiente em todo o país. Como pude acompanhar, as ações das ONGs se dão Timor a dentro, promovendo campanhas, socialização da LKVD e discussões sobre a participação das mulheres na vida econômica e política, igualdade de direitos e combate à violência baseada em gênero.

⁴⁰ Durante nosso encontro falamos de forma atenta às parcerias estabelecidas com os ministérios e qual a importância deles para consolidar essa abordagem integral de gênero, capaz de mudar as percepções da sociedade sobre as desigualdades de gênero e eliminar as formas de violência contra as mulheres. Aqui não cabe aprofundar esse ponto da discussão, mas a participação dos ministérios se estruturaria em promover serviços de saúde, justiça, amparo (através de parcerias com o Ministério da Solidariedade Social), e educação, trazendo as questões de combate às desigualdades de gênero desde a infância através do material didático.

2.7 – Considerações finais

Muito disso que ganha destaque no entusiasmo de Celeste pela atuação das ONGs leste-timorenses, dá-se devido às interlocuções e parcerias firmadas entre as ONGs na medida em que se fortalecem e consolidam essa esfera da sociedade civil. As redes de referência e remissões, como as estabelecidas entre diferentes ONGs que operam em conjunto com o Estado – e as trocas operacionalizadas entre as próprias organizações – indicam a capilaridade que essas organizações ganham e a consolidação de um campo que atua de forma separada do Estado, mas não independente dele, nas questões referentes ao gênero e ao combate à *violensia domestika*.

Diferentes articulações e parcerias são firmadas entre as próprias ONGs a fim de “capacitar” umas às outras a se apropriarem do discurso sobre igualdade de gênero e otimizarem suas atividades e esforços nessa temática. Além de recorrer aos parceiros internacionais, como exposto anteriormente, AMKV em alguns dos seus projetos, por exemplo, recorria frequentemente a outras ONGs locais, como a JSMP, FOKUPERS e Alola Foundation, fazendo deles parceiros ativos, na preparação e aperfeiçoamento de seu próprio staff antes de partir para os municípios e realizar atividades de que visam empreender mudanças de concepções sobre papéis masculinos e femininos, sobre empoderamento das mulheres e sobre a *violensia domestika*. FOKUPERS também tinha relações próximas com a ALFeLa nos assuntos de assistência jurídica e em algumas situações recorria a parceira para entender os melhores procedimentos em casos específicos.

As interconexões estabelecidas entre ONGs e organismos do Estado orientados pelo discurso moderno de gênero e de entendimentos particulares sobre os *problemas* da *violensia domestika*, ajudam a reconhecer como se consolida e sobre que questões se estabelecem as atuações da sociedade civil em Timor-Leste. A conformação dessa rede de agentes e instituições, através de suas diferentes atividades, programas e projetos instaurados no país em diferentes instâncias não se dá, entretanto, sem o surgimento de conflitos e tensões. Discuto isso a partir de duas incursões mais atentas sobre as relações das ONGs com as mulheres e as comunidades a partir de etnografia produzida com AMKV e FOKUPERS.

FOKUPERS e AMKV, em suas respectivas atividades, foram o núcleo da minha pesquisa, sendo que os contatos, participações em eventos e outras interações que fiz se

deram, em geral, a partir do envolvimento primário com elas. Meu contato com uma rede mais ampla de atores e atrizes de outras organizações e instituições surgiu dessa construção diária e da minha participação na AMKV e na FOKUPERS. Mas foi a partir das relações com essas duas organizações, particularmente, que consegui interagir com as *mitra* da FOKUPERS – e conhecer seus casos – e entender as dinâmicas dos projetos modernizantes empreendidos nas comunidades timorenses pela *Assosiasaun*, dois campos interessantes para refletir sobre mediações de sentidos de modernidade e de modernização de condutas.

Capítulo 3

ONGs em mediações e transposição de sentidos com as comunidades locais

Até aqui discutiram-se alguns aspectos de organizações não governamentais que são atuantes no campo de práxis da *violensia domestika* e em seu enfrentamento, de modo que se pudesse perceber como essas organizações são expressivas tanto na criação dos problemas envolvidos nessa forma de *violensia* quanto na produção de discursos que pretendem modificar as práticas à ela relacionadas. Nesse sentido foram indicadas, de maneira superficial, algumas das práticas através das quais os agentes dessas organizações empreendem ações que modificam, ou visam modificar, condutas e concepções de sujeitos em Timor-Leste a fim de readequá-las a uma linguagem moderna que está em processos de implantação no país. No que diz respeito às condutas que se visam modificar, estão em jogo a transformação de determinados comportamentos e posturas tidas como inadequadas a um projeto igualitarista entre homens e mulheres por considerar-se estes enquanto sujeitos de direitos.

Este capítulo tem como objetivo descrever de forma mais densa e atenta ações de organizações não governamentais que atuam em processos de transposição de concepções mais ou menos modernas para a realidade timorense, o que permite interessantes reflexões sobre como se inserem, naquele contexto, linguagens (que se pretendem) globais sobre as relações de gênero, sobre violências e sobre comportamentos, posturas e visões de mundo que são consideradas as mais corretas e adequadas.

Antes de nos atermos aos projetos desenvolvidos por algumas ONGs timorenses cujos objetivos agregam a transformação de determinadas concepções e posturas locais em comportamentos e posturas “globais” a partir de uma linguagem modernizadora, é interessante recuperar alguns argumentos que justifiquem essa abertura para que tais organizações desempenhem esse papel. Como vimos no capítulo anterior, para a chefe do setor de Legislação da SEM – órgão do poder executivo de Timor-Leste que é responsável pelos assuntos referentes à promoção da igualdade de gênero – a participação da sociedade civil é termo fundamental para que se empreendam atividades que atinjam e sensibilizem a população sobre mudar determinadas concepções

culturalmente arraigadas em suas vidas, que colocam em situações desfavoráveis as mulheres. A partir de suas abordagens e sua facilidade em acessar diferentes partes do país essas organizações se tornam parceiras chave para disseminar valores modernizantes que visam empreender o projeto igualitarista entre homens e mulheres e erradicar a *violensia domestika* em Timor-Leste.

3.1 – *Mane Kontra a Violensia* e a favor da igualdade

Ao apresentar a *Assosiasaun Mane Kontra Violensia* (AMKV) no capítulo anterior, busquei caracterizá-la no roll das ONGs timorenses que se dedicam a promover programas e atividades de conscientização sobre *violensia domestika* e promoção da igualdade de gênero. Seu objetivo é, através de atividades de conscientização e mobilização, indicar para os/as participantes de seus projetos as formas de discriminação empreendidas contra as mulheres timorenses na esfera da *kultura* e dos costumes locais, visando modificar tais concepções e transformar alguns aspectos das realidades no país. Para a *Assosiasaun*, essa é uma tarefa fundamental para erradicar a *violensia domestika*, porque ao empoderar as mulheres, tornando-as mais independentes, elas seriam colocadas em pé de igualdade com os homens.

De início essas primeiras impressões do trabalho desenvolvido pela AMKV nos ajuda a reconhecer o envolvimento de diferentes agentes e organizações no campo da *violensia domestika* em Timor-Leste. O contato em campo com aquela organização foi muito privilegiado, pois, a partir dela, é possível indicar um cenário mais amplo de agências direcionadas ao combate à violência doméstica; um campo que é global e no qual se veem agências alemãs, australianas e até finlandesas envolvidas com o combate à violência doméstica e com a promoção da igualdade de gênero num pequeno país do sudeste asiático. As propostas submetidas a esse conjunto de doadores internacionais, o apelo a parcerias com o Estado e com outras ONGs locais, assim como as ações desenvolvidas no interior do país (o que pressupunha a criação e o estabelecimento de parcerias com autoridades locais) se mostraram bem expressivas da construção de um campo discursivo e prático produzido por essas organizações/instituições à medida que elas se debruçavam sobre a questão da *violensia doméstika*.

Boa parte das manhãs em que acompanhei e auxiliei no trabalho de rotina da AMKV ocupei meu tempo com a leitura dos relatórios produzidos a partir de projetos desenvolvidos em anos anteriores, conhecendo materiais utilizados nas campanhas como folders, informativos, panfletos, cartazes, fotografias e material de divulgação. Lia também os projetos que eles submetiam aos parceiros doadores a fim de angariar fundos para continuar desenvolvendo suas atividades. Abaixo trago observações sobre dois materiais referentes aos projetos desenvolvidos pela *Assosiasaun* por serem bons exemplos de como esta organização se orientava e construía seus projetos para abordar as comunidades por todo Timor-Leste.

O Plano estratégico da AMKV que vigorou entre 2009 e 2012 previa que o acesso às comunidades no interior do país deveria se dar através de ações como advocacy, workshops e atividades para discussão e reflexão sobre a prevenção da *violensia domestika* contra mulheres e crianças por considerar estes últimos enquanto grupos de “pessoas vulneráveis”. No último ano deste triênio foi desenvolvido um projeto intitulado “*Men reduce violence against women and children*” (Homens reduzem violência contra mulheres e crianças) e é sobre ele que iremos nos ater daqui em diante.

Este projeto, desenvolvido entre 2011 e 2012, foi financiado pela Embaixada da Finlândia em Jacarta, e tinha como objetivo, “promover a igualdade de gênero e prevenir a *violensia domestika* contra mulheres e crianças, enquanto pessoas mais vulneráveis”. A atividade a ser desenvolvida dentro daquele projeto era um conjunto de seminários com o título “Homens como parceiros para a igualdade de gênero” a serem realizados em alguns subdistritos dos municípios de Covalima e Bobonaro.

Nas discussões do projeto, visava-se conscientizar as comunidades daqueles municípios sobre a importância dos homens promoverem ações de igualdade em seus relacionamentos com as mulheres, prevenindo e evitando a *violensia domestika*. O intuito de garantir que os homens não recorressem ao uso da força física contra suas mulheres, ou seja, não recorressem a *violensia domestika* contra elas ou contra seus filhos, vinha no discurso empreendido pela equipe da AMKV nos seminários que envolviam as pessoas das aldeias e dos *sukus* por onde passavam.

Daqueles seminários, dos quais participaram 1.231 pessoas nos dois municípios, o objetivo foi o de promover conscientização sobre os efeitos negativos do uso da

violensia domestika contra mulheres e crianças. Aquelas pessoas, homens e mulheres de diferentes comunidades em Bobonaro e Covalima teriam, segundo o relatório da Assosiasaun “aperfeiçoado e aumentado seus conhecimentos sobre igualdade de gênero”, sobre a reprovação e a inadequação de se utilizar de força física para empreender castigos, e ainda teriam sido conscientizadas sobre a importância de se reportarem os casos dessa e de outras formas de *violensia basea ba jeneru* (violência baseada em gênero) às autoridades locais ou ao *focal point*.

O *focal point* é uma pessoa de referência da comunidade que recebe um treinamento específico da equipe da AMKV e que, portanto, passa a estar habilitada a responder em sua comunidade sobre os assuntos de *violensia domestika*. Atuando sem vínculos empregatícios ou financeiros com a organização, esse *focal point* deve mobilizar a comunidade para futuras atividades da Assosiasaun, intermediar o contato com as lideranças locais e orientar as pessoas de sua comunidade a procurarem a polícia ou os chefes de aldeia e *suku* para registrarem os casos de *violensia* de que tiverem conhecimento. Eles são parte muito importante na disseminação das concepções que orientam as ações da organização, atuando de modo contínuo mesmo após o fim das atividades desenvolvidas pela AMKV em determinada comunidade.

Em uma proposta submetida à GIZ⁴¹, a AMKV também demonstrava sua preocupação a respeito da participação dos homens em promover a igualdade de gênero e reduzir a *violensia domestika* nas famílias e comunidades timorenses de Viqueque e Manufahi, dois outros municípios timorenses. Manufahi se encontrava geograficamente próximo de Bobonaro e Covalima no lado oeste de Timor-Leste, ao contrário de Viqueque, que se localizava na parte leste.

A justificativa expressada na proposta para a escolha dos municípios de Manufahi e Viqueque se devia à considerada “alta prevalência” de níveis de analfabetismo, isolamento geográfico, pobreza e as normas e tradições culturais, acompanhadas de estereótipos de gênero, abuso de álcool e generalizada falta de informação/conhecimentos sobre igualdade de gênero. A AMKV considerava que aqueles dois municípios tinham altos índices de *violensia domestika* e isso se devia a esse conjunto de fatores ao analfabetismo da população e sua “ignorância” em relação

⁴¹ A GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit) é uma agência alemã que atua em Timor Leste e estabeleceu algumas parcerias com a AMKV.

aos ideais igualitaristas nas relações de gênero. Esses fatores em particular se deveriam ainda aos “estereótipos” de gênero, o que dá a entender que as atribuições de papéis a homens e mulheres nas mais diferentes comunidades pelo interior do país se configuravam, na linguagem da AMKV, enquanto expressões opressoras para as mulheres, colocando-as em posição de subalternidade. Era frente a essa posição “estereotipada” que o projeto se colocava em tom de crítica, pois ele limitava as agências das mulheres, o que justificava em si a existência de projetos como aqueles para transformar essa lógica.

O abuso de álcool e as tradições culturais daquelas localidades também se configuravam, segundo os proponentes, enquanto necessidade de se empreender discussões sobre *violensia domestika* e igualdade de gênero. As críticas aos “usos e costumes”, à tradição e à *kultura* são comuns, indicando-os como causas da *violensia domestika* por colocarem a mulher em situação de desvantagem e até de posse do marido, em alguns argumentos.

A FOKUPERS, por exemplo, discute ampla e abertamente sobre as relações entre os sistemas de prestações matrimoniais (*barlake*) e as ocorrências de *violensia domestika*. Em um de seus relatórios, seu esforço é o de demonstrar como nas relações matrimoniais de tipo *kaben-sai* e *kaben-tama*, as mulheres vivenciariam mais casos de *violensia domestika* no primeiro tipo (*kaben-sai*) do que em relação às mulheres casadas de acordo com o segundo (*kaben-tama*)⁴². Os problemas desta lógica “cultural-tradicional” para as práticas matrimoniais, ou seja, o problema da *kultura* no que tange aos casamentos são vários, dentre eles a necessidade da mulher de abandonar sua família não tendo direito à propriedade deles, o que faz com que ela se torne dependente do marido e de sua família. Outro problema é o recorrente sentimento de “posse” de alguns maridos sobre suas esposas que afirmam ter o direito de bater nelas por terem pagado as prestações patrimoniais exigidas para o casamento (FOKUPERS, 2012b).

Concepções como esta, em tom de crítica às expressões culturais locais são recorrentes, principalmente nos discursos de organizações da sociedade civil. A questão sobre as prestações matrimoniais, apesar de ser ainda controversa entre os próprios

⁴² Nos regimes de *Kaben-sai* a família da noiva recebe todas as prestações matrimoniais da família do noivo e permite que a mulher vá viver com a família do, agora, marido. *Kaben-tama* é a modalidade matrimonial na qual a família do noivo não efetua o pagamento de todas as trocas negociadas com a família da noiva, de modo que o homem passa a viver com a família da noiva até finalizar todos os pagamentos (FOKUPERS, 2012b).

agentes dessas ONGs, tem ganhado fôlego também em práticas de governo como no *tara bandu* que impõe proibições legais a determinadas práticas e condutas que podem estar envolvidas com a *kultura* local. Como acompanhado por Kelly Silva (2014) em Ermera, o *tara bandu* estabelecido naquele município impunha um limite para que as prestações matrimoniais (*barlake*) não ultrapassassem US\$ 2.500,00 nem que se sacrificassem mais de dois búfalos, dois porcos e dois cabritos por ocasião dos rituais envolvidos nos casamentos. A autora avaliou aquilo como uma maneira de domesticar determinadas condutas tidas por agentes institucionais como inadequadas e, passado um ano da aplicação daquelas sanções, notou-se a diminuição de conflitos e violência entre as pessoas, no número de pessoas em situação de grande vulnerabilidade e no aumento do tempo que as pessoas poderiam se dedicar ao trabalho na produção de alimentos e café (Idem).

A crítica feita pela FOKUPERS e pela AMKV, para justificar o comportamento violento intrafamiliar relacionado às práticas culturais como o *barlake* e a necessidade de alterar determinadas concepções e práticas bebem da mesma fonte no sentido de entendê-las como inadequadas a um projeto de modernização que está em curso no país. Deste modo, faz parte dos interesses da *Assosiasaun* trabalhar no sentido de promover a “conscientização” da população sobre alguns dos prejuízos dos costumes e da *kultura* que influenciam diretamente na produção da *violensia domestika*, como acredita-se ser o *barlake*.

A proposta submetida à GIZ que se baseava nos índices de analfabetismo, no consumo de álcool, na falta de conhecimento sobre igualdade de gênero, nas práticas culturais e nos estereótipos de gênero foi aprovada e colocada em execução no período entre maio de 2014 e junho de 2015 nos dois municípios em que eles se propuseram a trabalhar: Manufahi e Viqueque. Ela, particularmente, é muito interessante para ser lida à luz do entendimento e do discurso que a AMKV – e as ONGs de modo geral – adotam em relação às formas de sociabilidades e de reconhecimentos locais referentes à *violensia doméstika*, aos “estereótipos de gênero”. Na lógica expressa por essas organizações, os papéis ou estereótipos de gênero que não dialogam com a visão igualitarista moderna de reconhecimento de indivíduos é tão condenável quanto carente de ser modificada.

O fato de aquelas comunidades apresentarem notável “falta de informação e conhecimento” a respeito da igualdade de gênero, o que seria (co)responsável pelos altos índices de violência baseada em gênero como apontado pela *Assosiasaun*, justifica que eles empreendam ações que transformem aquelas formas de ver e de agir no mundo, reorientando assim suas práticas e até domesticando-as.

Os dois projetos direcionados aos quatro municípios (Covalima, Bobonaro, Manufahi e Viqueque) apontam para a necessidade, do ponto de vista da AMKV, de dar novas concepções às populações locais, socializar e “fazer entender”, indicando uma falta de entendimento e conhecimento dessas populações (tidos como adequados) a respeito do ideário da igualdade de gênero e de um reconhecimento sobre a *violensia domestika* que é oficial, que está na lei e que permeia os discursos de agentes e organizações da sociedade civil timorense. A AMKV buscava fazer com que as comunidades “entendessem” sobre essas questões, para que pudessem então “enfrentar”, a *violencia domestika* que elas vinham encarando.

Dando corpo à crítica quanto às percepções locais sobre violência doméstica, o projeto referente às atividades realizadas em Manufahi e Viqueque define as normas “culturais e tradicionais” locais como responsáveis por perpetuarem atitudes negativas em relação às mulheres. Não era à toa que um dos objetivos do projeto fosse o de direcionar as atividades (os seminários) às autoridades locais e tradicionais, sob a justificativa de que são a essas autoridades, os chefes de *suku* e de aldeia, os conselhos de *suku*, os *lia na'in* e representantes da Igreja, que as vítimas potencialmente recorrerão quando vivenciarem situações de *violensia domestika*. Essa abordagem de direcionar as atividades aos líderes locais com o objetivo de instruí-los sobre a importância de encaminhar as vítimas para a polícia e seguirem com o processo judicial, conforme estabelece a LKVD, representa um passo ambicioso, no sentido de ir direto aos “reprodutores” da *kultura* e inserir neles algumas concepções e valores modernos sobre a resolução dos conflitos de ordem conjugal que envolvam o uso da força.

Esses dois projetos desenvolvidos pela AMKV entre 2011 e 2015 dão insumos o suficiente para que reflitamos sobre como aquela organização produz mediação e transposição de sentidos modernos para comunidades em Timor-Leste. Apesar de não ter podido ficar com eles em período longo o bastante para acompanhar a execução de outros projetos, acompanhei a construção de uma proposta que seria desenvolvida

durante o ano de 2016 com o foco em envolver mulheres timorenses em processos de empreendedorismo econômico. Através de um programa de microcrédito, a Assosiasaun tinha como principal interesse reduzir a dependência de mulheres de seus grupos sociais locais. Mesmo não podendo empreender uma extensa descrição e análise do que seria feito após minha saída de campo, vale registrar algumas considerações sobre o que motivava e baseava o desenvolvimento de tal programa de microcrédito.

As atividades que estavam em processo de serem desenvolvidas pela AMKV e que tinham como objetivo envolver as mulheres numa lógica econômica autônoma seriam desenvolvidas lhes dando insumos necessários para o cultivo de produtos agrícolas além de gerir pequenos negócios de artesanato em suas comunidades, inicialmente em Manatuto, município vizinho da capital leste-timorense. Esse é um interessante exemplo sobre o que foi dito na apresentação da AMKV, no início desta seção, a respeito dos projetos que ela desenvolve com o intuito de se valer de ferramentas, ou disponibilizá-las, para minimizar “desvantagens” às quais as mulheres timorenses estão expostas nas comunidades no interior do país. Ao estabelecer programas como esses, pode se dizer que a AMKV se vale de “uma tática de governo voltada a alterar as redes de dependência nas quais os agentes sociais estão inseridos” (SILVA e SIMIÃO, 2016), visando individualizar, autonomizar ou ainda, atomizar as mulheres nas relações com seus grupos.

Por considerar este tipo de atividade enquanto uma possibilidade para impactar na diminuição da *violensia domestika*, possibilitando, idealmente, que as mulheres sejam menos dependentes de seus maridos e famílias – ou seja, sendo mais autônomas não precisariam se submeter a continuar vivendo com as agressões físicas – a AMKV põe em curso formas de individuação por questionar a validade de alguns elementos da *kultura* ou dos sistemas locais de sociabilidade nos quais, argumentam Silva e Simião (2016), são fundamentais as relações de dívida como parte de um sistema de dádiva. Os autores argumentam que ser uma pessoa plena, moralmente reconhecida, em Timor-Leste passa por ter relações de dívida, o que seria a base para a construção de sociabilidades. Deste modo, a construção da pessoa se relaciona com as relações de dependência que ela é capaz de criar. Uma vez que entram em curso, ações que minimizem e, entretanto, impactem profundamente nas relações de dependência de grupos locais podemos falar em processos de transposição da modernidade,

principalmente no que diz respeito à construção de indivíduos independentes de suas redes, autônomos e mais “modernos”.

3.2 – Estabelecendo relações com as comunidades locais: do chefe de *suku* ao *focal point*

Envolver-me com a AMKV permitia que eu participasse das atividades desenvolvidas por eles, o que foi importante para que tivesse acesso e entendesse algumas possibilidades de ações de combate à *violensia domestika* promovidas em Timor-Leste e que não se limitavam a aplicação da medida penal, a LKVD. As ações promovidas pela AMKV nesse enfrentamento à *violensia doméstika*, se configuravam na prevenção a partir de atividades de conscientização ou sensibilização frente à punição instituída na lei. Como veremos adiante, o caráter de combate a essa forma de *violensia* se dava pelos esforços de promoção da igualdade entre homens e mulheres em atividades desenvolvidas com diferentes comunidades no país.

Por atuarem em diferentes municípios timorenses, pude conhecer as relações que eles desenvolvem com as lideranças locais pelo país, o que deve ser entendido como parte fundamental nesse empreendimento de disseminação, conscientização e sensibilização com as comunidades no país. Narro de forma sucinta uma atividade que pude acompanhar em outubro de 2015, desenvolvida em Suai no município de Covalima e que foi custeada pela Embaixada da Finlândia em Jacarta.

Para realizar uma atividade em determinada comunidade timorense, a AMKV desenvolvia uma rotina que lhe permitia estabelecer relações com pessoas chave que facilitassem sua atuação. Vejamos como foi o procedimento para que a *Assosiasaun* desenvolvesse a atividade “*Feto nia partisipasaun iha aspeitu ekonomia sai importante ba família*”⁴³ em Ogues, *suku* do subdistrito de Suai em Covalima.

Após emitirmos uma solicitação ao chefe de *suku* para realização de um encontro-campanha na sede de Ogues, começamos a nos preparar para a atividade. Para aquela campanha iriam Zé Fernandes, Baltazar, Aimeu e eu. Baltazar cuidou para que um anúncio na rádio fosse feito, Zé Fernandes contatou o *focal point* da região para articular com uma escola local a liberação dos rapazes estudantes de suas aulas durante

⁴³ A participação da mulher na economia é importante para a família, em tradução livre para o português.

um dia para que eles participassem do encontro. O jovem *focal point* ficaria então com a missão de convidar o padre, os membros do conselho de *suku*, os *lia na'in* de Ogues e das redondezas e os chefes de todas as aldeias. Para o chefe do *suku* foi solicitado que entrasse em contato com o chefe do comando geral da PNTL. Essas pessoas comporiam a mesa naquela campanha.

Feitas essas articulações, começamos a decidir o que cada um faria naquele dia. Zé Fernandes faria o discurso principal sobre a importância de envolver as mulheres nas atividades de produtivas de circulação para e no mercado e motivar as presentes a serem mais participativas nessas atividades. Seu objetivo era falar de uma participação igualitária entre eles e sobre como aquela participação gerada por uma posição igualitária impactaria na diminuição da *violensia domestika*, uma vez que as mulheres não seriam dependentes de seus maridos. Aimeu e Baltazar desempenhariam toda a parte logística de organizar as atividades, apresentar os participantes da mesa, aplicar, quantificar e tabular os questionários aplicados com os participantes do encontro. Eu, por não dominar o tétum, fui convidado a fazer os registros fotográficos da atividade e documentar tudo o que fosse pertinente dos dias que ficamos em Suai.

Chefe Pedro, representante administrativo no *suku* de Ogues, recebeu a mim e aos membros da AMKV por três dias em sua casa, período em que realizamos a atividade naquele *suku*. Desses três dias, utilizamos metade do primeiro apenas para o deslocamento de Dili até Suai num caminho tomado pela poeira causada pelas obras de pavimentação e infraestrutura (além, é claro da seca) buracos, subidas e descidas nas montanhas. O final desse primeiro dia foi para nos instalarmos na casa do chefe de *suku*. Tivemos de fazer algumas compras para levar como retribuição por estarmos sendo recebidos durante aquele período na casa do chefe de *suku* e de sua família. No caminho entre uma venda e outra, aproveitamos para reforçar o aviso à comunidade de que realizaríamos no dia seguinte uma atividade que deveria contar amplamente com a participação da comunidade de Ogues.

No segundo dia, logo cedo, estávamos repassando as funções que cada um realizaria na atividade e por volta das 10 da manhã, a atividade prevista para as oito começou. Contamos com a presença dos estudantes liberados por sua escola, com jovens mulheres que moravam nas aldeias daquele *suku*, com dois professores da comunidade, com chefes de aldeia e com um grupo de *lia na'ins*. Antes de iniciarem as

falas, Baltazar e Aimeu aplicaram um questionário para os presentes preencherem. O questionário visava medir os conhecimentos daquelas pessoas sobre direitos humanos das mulheres e sobre seus conhecimentos a respeito da igualdade de gênero. Terminada a aplicação dos questionários deu-se início às falas. Na mesa estava o chefe do comando local da polícia, um catequista que foi representar o padre, o chefe Pedro e Zé Fernandes levando o discurso da ONG.

Algumas notas sobre a atividade

Os primeiros a chegarem foram os estudantes. O grupo contava com dezoito rapazes de no máximo 15 anos e que haviam sido liberados da aula aquele dia a pedido do *focal point* para que participassem da atividade. Aos poucos foram chegando algumas pessoas membros do conselho de *suku*, um grupo de *lia na'ins* e chefes de aldeias. Logo todos estavam juntos. Chamava muito minha atenção o fato de a maioria, senão a quase totalidade, dos cerca de 50 participantes serem homens. De fato o objetivo da AMKV era de envolver os homens enquanto parceiros para promoção da igualdade de gênero. O público daquela atividade representava bem isso como pode se perceber a partir da figura 01 adiante.



Figura 01: Composição dos participantes de atividade da AMKV em Ogues, Suai.

Juntos Baltazar, Aimeu e eu entregamos camisas para todos os presentes na sede administrativa de Ogues. Desde os jovens estudantes aos anciãos, passando pelas mulheres e membros do conselho de *suku*, todos estavam vestidos com as camisas da campanha que dava nome à atividade que eles participariam: *Feto nia partisipasaun iha aspeito economia sai importante ba família*. Nas costas da camisa, na parte superior, lia-se o título da campanha. Embaixo havia a marca da GIZ, instituição responsável por financiar a campanha. Na parte da frente, centralizada, estava a imagem/logotipo da AMKV: um grupo de homens de mãos dadas com os braços erguidos, sendo circutados pelo nome da ONG.

A atividade começou com as falas de Baltazar que pediu que todos ficassem de pé e se preparassem para uma oração. Com cabeças abaixadas todos os seguiram rezando o Pai Nosso. Após rezarem, Baltazar agradeceu a presença, o tempo e a atenção de todos. Apresentou nominalmente aqueles que compunham a mesa e falou em meu nome e em nome de Aimeu que não comporíamos as falas da atividade, mas estaríamos ali para dar todo o suporte necessário, colaborando com a realização da mesma.

O primeiro a usar o tempo de fala foi Zé Fernandes que falou em nome da AMKV e levou o discurso que mobilizava a Assosiasaun a desenvolver a atividade. Depois dele foi a vez do chefe de *suku* que precisou adiantar sua fala em razão de uma emergência que fez com que ele se ausentasse. Por último foi a vez do chefe de polícia seguido do catequista, que de todos fez a fala mais breve. Ao final das apresentações foi iniciada uma sessão de debate em que os participantes faziam questões ou expunham seus pontos de vista sobre o que havia sido abordado pelos componentes da mesa⁴⁴.

Após as falas de todos os membros e do debate, os participantes e os componentes da mesa se reuniram para o almoço. Ao melhor estilo timorense um a um fomos nos servindo durante aquelas quase duas horas retiradas para a refeição comunitária. Primeiro o chefe de *suku*, os anciãos e eu, o estrangeiro, fomos levados à mesa. Depois os demais membros da equipe se serviram, seguidos pelo catequista, pelo chefe de polícia e pelos participantes da atividade. Os últimos a se servirem foram os estudantes.

⁴⁴ A respeito das falas dos componentes da mesa pouco poderei transcrever, infelizmente. Fui convocado a participar da atividade passadas apenas duas semanas desde que havia iniciado o acompanhamento na AMKV e apenas pouco mais de um mês após ter chegado a Timor-Leste. Minha compreensão de tétum àquela altura era razoável para leitura e muito simples para estabelecer os diálogos corriqueiros mais básicos.

Findado o horário de almoço, iniciamos a aplicação do segundo questionário. Ele tinha como objetivo avaliar os conhecimentos que foram “melhorados” naqueles participantes após a atividade. O intuito que guiava o questionário era saber “o que você aprendeu na atividade?”. Para isso, algumas perguntas se repetiam para saber com mais precisão em que a atividade contribuiu para modificar/gerar os conhecimentos daquelas pessoas sobre direitos humanos das mulheres, igualdade de gênero, participação das mulheres na vida econômica da família e no desenvolvimento da comunidade. Ao terminarem de preencher os questionários a palavra foi devolvida à Zé Fernandes que reafirmou os objetivos da atividade e a necessidade de promover uma sociedade de participação igualitária para a erradicação da *violensia domestika* e para o desenvolvimento da comunidade e do país. Por último ele e os demais membros da *Asosiasaun* agradeceram a atenção de todos os presentes.

No período da tarde naquele segundo dia, fiquei por conta de ser apresentado ao *suku*, a alguns pontos marcantes de Suai, como um poço de petróleo que divide a atenção de turistas ao lado da antiga prisão portuguesa em Suai Loro. Foi ainda naquela tarde que fui apresentado e pude conversar mais extensamente, contando para isso com o auxílio de Baltazar, com um *lia na'in* e um chefe de aldeia que haviam participado mais cedo da atividade na sede do *suku* em Ogues⁴⁵.

O terceiro e último dia, durante a manhã foi quando fechamos a contagem dos questionários aplicados com os participantes da atividade no dia anterior e reiteramos as parcerias com o chefe de *suku* e o *focal point*. Manter boas relações com aquele chefe garantia que a AMKV pudesse voltar e desenvolver novas atividades sempre que tivesse projeto em curso, aquilo era parte muito importante no estabelecimento de parcerias com as lideranças locais das comunidades às quais se visava atingir com seus projetos (modernizadores). Toda a cordialidade, a deferência e o respeito estabelecidos com o chefe de *suku* em sua casa (fazendo compras e levando, partilhando de vários momentos juntos dele e de sua família) fazia parte dos esforços de gerar uma relação saudável com o líder da comunidade. Com o *focal point* não era diferente: manter com ele uma relação de gratidão por ter mobilizado aquela grande quantidade de pessoas era muito

⁴⁵ Os detalhes desses encontros merecem ser explorados em outro trabalho, mas o registro disso deve ser feito aqui, pois foi apenas a partir da parceria estabelecida com aquelas pessoas (*lia na'ins* e chefes de aldeia e de *suku*) que a atividade da AMKV foi desenvolvida. Foi também com a colaboração daquela equipe que pude conversar com todos e obter registros sobre as percepções locais a respeito do que é ou não *violensia domestika* e de como podem ser resolvidos tais casos a partir de outras orientações jurídicas que não as do Estado.

importante para que ele continuasse servindo como pessoa de referência na comunidade e para que continuasse a mobilizar a população para as atividades da *Asosiasaun*.

Retornamos para Dili ainda naquela manhã, reiterando nossa gratidão pelo espaço e pelo tempo que nos foi concedido, firmando aquela parceria na comunidade de Ogues⁴⁶.

3.3 – Ba Futuru e a Feto Fantastiku

A AMKV é apenas uma das organizações não governamentais que mobiliza seus esforços para promover mudanças de concepções da população no que se refere à *violensia domestika*. Outras ONGs desenvolvem ações igualmente interessantes para empreender o mesmo tipo de efeito em Timor-Leste. Chamo atenção para um exemplo que pode ser interessante para indicar como a sociedade civil organizada atua no sentido de modificar padrões comportamentais de maneira mais abrangente em mediações de sentidos com as comunidades pelo país. Trata-se de uma campanha realizada pela organização *Ba Futuru*. Ela era uma das ONGs que participara do encontro para discutir as atividades dos 16 dias de ativismo. Naquela campanha a *Ba Futuru* foi a responsável por desenvolver uma atividade de conscientização sobre abusos e assédios cometidos contra as mulheres no transporte público em Dili.

A *Ba Futuru* (Para o Futuro) é uma ONG timorense cuja missão é “construir um positivo, pacífico e produtivo Timor-Leste através de abordagens inovadoras que irão: proteger as crianças, reduzir a violência, *empoderar mulheres* e inspirar jovens líderes” (grifo meu)⁴⁷. Desde 2004 a organização atua em Timor-Leste para proteger mulheres, crianças e jovens dos efeitos da violência, apontando as normas “patriarcais” existentes em Timor, assim como a falta de confiança e as habilidades limitadas das mulheres

⁴⁶ Não tenho dúvidas de que, em termos metodológicos, essa experiência foi extremamente rica. Estar no interior do país, onde uma ética e um decoro particulares são cobrados, onde o lugar de estrangeiro é ainda mais sensível (principalmente quando se é o único do grupo), onde os estranhamentos são ainda maiores, desenvolver abordagens e se construir enquanto projeto de antropólogo estando hospedado na casa de uma autoridade local é realmente significativo e gratificante. Lembrarei de cada escolha, acertada ou não, que fiz naqueles dias e principalmente das respostas que tive a essas escolhas. Logicamente lembrarei dos efeitos dessas respostas. A experiência que tive lá e que resumo aqui em alguns parágrafos deu origem por si só a um dos meus relatórios mais extensos e certamente estará em meus horizontes de reflexão metodológica no futuro.

⁴⁷ Apresentação traduzida livremente conforme texto disponível no site: <http://bafuturu.org/>
“To build a peaceful, positive and productive Timor-Leste through using innovative approaches that will: protect children, reduce violence, empower women and inspire young learners”.

como fatores que as expõem a situações de vulnerabilidade. Seria também por esses fatores que as mulheres teriam participação pouco expressiva no desenvolvimento do país, o que motiva a *Ba Futuru* a desenvolver projetos que construam mulheres para serem agentes transformadoras no desenvolvimento do país (Ba Futuro, Our Story. Disponível em: <<http://bafuturu.org/our-story/>>. Acesso em 17 de julho de 2016).

Logo nos primeiros dias vivendo em Timor-Leste um banner em Dili chamou minha atenção. Nele, duas imagens, passavam uma mensagem bastante interessante. De um lado, no sentido em direção à praia de Areia Branca, via-se a imagem de um retrato com o vidro rachado. A foto do retrato era a de um casal de noivos em trajes matrimoniais, prostrados num jardim rodeado de crianças. Em cima do porta-retrato lia-se, em letras grandes, “*Violensia estraga família*”. Abaixo da fotografia havia os dizeres “*Se ita lakohi ita nia família naksobu, labele uza violensia iha uma laran*”⁴⁸, (cf. Figura 02 abaixo). Do outro lado, visto no sentido em direção ao centro de Dili, havia a foto de dois personagens, um homem e uma mulher vestindo capas de super-heróis feitas de *tais*⁴⁹, ambos trajando um *kaibauk* (meia-lua metálica que se coloca na testa) e um deles com um *belak* (disco metálico) pendurado no pescoço⁵⁰. Acima da foto daqueles personagens a mensagem repetia o dizer “*Violensia estraga família*” com o complemento “*Hau sei la uza tan violensia iha uma laran*”⁵¹ (cf. Figura 03 abaixo). As imagens davam créditos à ONG *Ba Futuru*, à União Europeia e à agência de cooperação australiana, Australian Aid. Levei algum tempo até entender que aquele banner fazia parte de um projeto maior, desenvolvido por aquela ONG.

⁴⁸ “A violência estraga a família”. “Se você não quer que sua família se desfaça, não use violência dentro de casa”.

⁴⁹ Tecido de algodão tingido feito em Timor e utilizado em ocasiões rituais. A esse respeito, Andreza C. Ferreira (2015) que discute densamente sobre o *tais*, nota que o tecido *tradicional* “dentro de contextos rituais é demasiadamente importante para a sociabilidade timorense” (2015, p.18).

⁵⁰ Adornos tradicionais timorenses que, entre outras coisas, funcionam como insígnias de valor e denotam a ligação com os ancestrais.

⁵¹ “A violência estraga a família”. “Eu não usarei mais de violência dentro de casa”.



Figura 02: Banner *Violencia estraga familia*



Figura 03: Banner *Feto Fantastiku*

Uma das ações mais significativas da *Ba Futuru* para a promoção de empoderamento das mulheres no que tange ao combate à *violéncia doméstika*, se relaciona a uma campanha lançada em 2013. Mais ainda do que promover o empoderamento das mulheres, aquela campanha se encarregava de conscientizar as pessoas sobre o não uso da violência física ou verbal para resolver os conflitos. Tratava-se da série de curtas, disponibilizados no formato de spots de TV, intitulada “*Feto Fantastiku ba Dame*”, a Mulher Fantástica Pacificadora. Nos vídeos, *Feto Fantastiku* (FF) é uma super-heroína timorense que aparece em situações conflituosas, principalmente conflitos intrafamiliares nos quais um dos personagens irá utilizar de força física contra o outro, o que configura *violéncia doméstika*⁵². É aí que a heroína aparece e dialoga com os personagens sobre a importância de não se utilizar da força física para resolver aqueles conflitos. Nas falas da personagem são abordadas as

⁵² A personagem aparece em conflitos entre vizinhos, crianças, irmãos etc., não se limitando a mediar conflitos domésticos entre casais e/ou pais e filhos apenas, entretanto o enfoque analítico dado aqui é para as aparições da personagem nos casos que configurariam conflitos de *violéncia doméstika*.

necessidades de se comunicar de forma pacífica, de cabeça fria, de empreender uma boa comunicação, ouvindo o outro e o respeitando.

No início dos vídeos, FF aparece com um semblante sério dizendo: “*Violensia la’os solusaun. Violensia la’os ita nia kultura. No violensia ne’e rasik la’os dalan ba dame*”. Podemos entender claramente a mensagem da personagem com: Violência não é a solução. Violência não é a nossa cultura. Violência não é o caminho para a paz. Aquelas frases direcionadas ao público, juntamente com a abordagem e as explicações da FF direcionada aos demais personagens conflitantes aparecem com o objetivo de “reeducar” suas posturas e reorientar suas práticas quando se virem frente a situações problemas.

Nos spots lançados em janeiro de 2015, a personagem principal ganha o apoio de um ajudante: o *Mane Matenek* (Homem Inteligente). Este personagem já aparecia em outros vídeos da série, interpretando papéis de quem se envolvia nos conflitos. Em sua primeira aparição ele brigava com outro personagem por uma motocicleta como exemplo de como as pessoas em Timor-Leste não resolvem de maneira pacífica seus conflitos, recorrendo para tanto a ofensas e agressões. Agora junto de *Feto Fantastiku*, *Mane Matenek* diz ter aprendido como resolver os conflitos sem usar de *violensia*, e com isso passa a ser seu ajudante na missão de espalhar paz pelo país ajudando as pessoas a resolverem seus problemas sem recorrer ao uso da força⁵³.

Em sua primeira aparição ao lado de *Feto Fantastiku*, no vídeo intitulado “*Feto Fantastiku: Stopping Gender Based Violence*”⁵⁴, *Mane Matenek* (MM) é emblemático na campanha *Violensia Estraga Família* por mostrar como “um homem forte não utiliza da *violensia*” contra sua esposa e filhos. FF e MM se juntam naquele vídeo para mostrar como a *violensia domestika* é um comportamento inaceitável. Essa campanha tem um peso muito grande se considerarmos que, além dos vídeos disponíveis *online* e dos banners confeccionados, os spots eram exibidos na TV aberta do país através do canal timorense TVTL (Ba Futuro, [2013]).

Na situação em que os dois super-heróis aparecem para dialogar com uma família, o pai ameaça bater na filha e na mulher por cobrar-lhes que cumpram logo suas

⁵³ O vídeo de 2015 foi patrocinado pela Embaixada do Canadá na Indonésia e produzido pela Pixel Asia, contanto com produção da Ba Futuru.

⁵⁴ Disponível no canal do YouTube da organização Ba Futuru através do link <<https://www.youtube.com/watch?v=R09pxQnqSul>>. Acesso em 17 de Julho de 2016.

obrigações de lhe preparar café da manhã. Diante da tensão estabelecida, FF e MM surgem e começam seu trabalho pedagógico com aquele homem no sentido de modificar suas condutas e posturas em relação à sua família. *Feto Fantastiku* lhe mostra que, ao se utilizar de *violensia domestika*, a família fica enfraquecida, mesmo que às vezes não se possam ver os efeitos imediatamente.

A referência à *Lei Kontra Violensia Domestika* aparece logo quando o homem que ameaça sua mulher e filha é advertido sobre o fato de a *violensia domestika* ser um crime público, portanto uma prática ilegal. Automaticamente ao ouvir aquilo, grades em animação vão surgindo frente ao rosto do homem que ocupa todo o enquadramento da imagem. Ao aparecer atrás das grades, simulando estar numa prisão, o semblante do homem automaticamente muda e junto com seu semblante ele apresenta uma mudança de concepções, dizendo ter notado como a violência fazia sua família infeliz e diz ter medo de ir para a cadeia.

Com medo de ir para a cadeia e dizendo ter aprendido que não se deve utilizar de *violensia domestika*, o homem pergunta à dupla de heróis como e o que deveria fazer para não recorrer mais ao uso da força em determinadas situações com sua família. A explicação a tal pergunta quem dá é o experiente *Mane Matenek*. É aí que começa uma “aula” sobre como se deve lidar, de maneira tida como adequada, com as situações de conflito doméstico.

O super-herói, ao lado de sua superior, instrui o homem amedrontado pela possibilidade de ir preso sobre como se deve respeitar a mulher em suas discussões, ouvindo o que ela tem a dizer, criar uma boa comunicação onde ambos se ouvem. Do modo como o herói sugere que o homem aja, ele não deve impor sua vontade sobre sua mulher, o que leva a segunda instrução dada por ele; o homem não pode controlar a mulher porque cabe a ela o direito de controlar seu próprio destino. Aqui se fala, novamente, numa linguagem positiva de direitos, onde a mulher é portadora deles em decidir como quer viver sua vida, não cabendo ao seu marido lhe impor sua vontade.

A pedagogia de sentidos igualitaristas e modernos se segue quando a dupla de heróis afirma que homens e mulheres têm os mesmos direitos e as mesmas responsabilidades, inclusive no cuidado do lar. Ao dizer isso, são dispostas algumas imagens do homem e do filho homem do casal, ajudando ao lado da esposa e da filha a cumprirem as tarefas domésticas. Isso objetiva quebrar algumas lógicas bastantes

significativas sobre papéis localmente construídos sobre atribuições em determinadas tarefas domésticas, que são designadas comumente às mulheres.

Por último, as instruções finais da *Feto Fantastiku* e seu ajudante *Mane Matenek* são para que o homem aprenda a controlar sua raiva e esfriar a cabeça para evitar utilizar de força física contra sua mulher e filha. Eles sugerem, de forma bastante didática que ele faça exercícios, como caminhar, para desanuviar a cabeça e não agir de “cabeça quente” naquele tipo de situação. Em termos Foucaultianos (1999) poderia se falar, sem a necessidade de maiores adaptações, em disciplinar e domesticar o corpo diante de uma situação que deve ser relida de uma nova maneira.

Nos termos propostos pela *Feto Fantastiku*, era preciso reconhecer todo o conjunto de impactos negativos que a *violensia domestika*, as agressões contra a mulher e as crianças, poderia lhes causar, “mesmo que os efeitos não estivessem aparentes”. Diante da possibilidade de tais ocorrências, as instruções são para entender a *violensia domestika* enquanto problema e reorientar as atitudes que possam ser consideradas enquanto tal. A postura do marido no vídeo, de ameaçar bater na mulher e na filha, cumprem esse papel pedagógico de ler a situação na linguagem da *violensia domestika* e de driblá-la ou evita-la reorientando comportamentos deste tipo.

Mais do que reorientar a conduta e as concepções sobre uso de força na relação conjugal daquele casal, o objetivo da *Feto Fantastiku*, do *Mane Matenek* e da *Ba Futuro* com os spots e com a campanha “*Violensia Estraga Familia*” – cujo banner avistei em Dili – era o de reorientar tanto concepções quanto condutas de toda a população timorense que seria atingida através da televisão e com a campanha de divulgação nacional. Essa campanha é um bom exemplo de como e quais projetos tem estado em curso para modernizar condutas e sujeitos em Timor-Leste, adequando-os a certos valores igualitaristas e que não recorrem ao uso da força física em suas realidades conjugais quando se veem diante de conflitos.

3.4 – Considerações finais

Num cenário em que existe uma lei para tratar dos atos de *violensia domestika* – o que foi fruto de um amplo processo de demandas e de pressões sociais e políticas – e para o qual se consolida a preocupação de fazer as pessoas entenderem que os atos de

bater e/ou agredir física e verbalmente são crimes, a sociedade civil aparece como possibilidade de intermediário frente a tal preocupação. Criar a lei definiu o novo enquadramento para o, agora, ato criminoso de bater, mas ainda é preciso fazer com que as pessoas entendam que *violensia domestika* é crime, e que bater, maltratar e ofender são todas ações consideradas formas de *violensia* a despeito do que poderiam considerar localmente sobre o que de fato seria uma atitude de violência. Mais do que fazer as pessoas obedecerem a LKVD, as ações desempenhadas por diferentes organizações da sociedade civil, se projetam no sentido de estabelecer a concepção de que as agressões são formas de *violensia* e que, enquanto tais são condenáveis e inadmissíveis. Juntamente do discurso de condenação da *violensia domestika*, surgem os projetos de transposição de concepções modernas sobre a igualdade de gênero e sobre o respeito aos direitos individuais das mulheres.

Como vimos nos exemplos de algumas atividades e projetos desenvolvidos pela AMKV e pela campanha *Violensia Estraga Familia* da *Ba Futuru*, através dos projetos de diferentes organizações, põe-se em curso expressivas atividades de transformação de condutas e concepções das pessoas em Timor-Leste. Apesar de as ONGs atuarem de forma autônoma e independente, com suas próprias agendas e prioridades, algumas de suas ações convergem no sentido de transformar concepções e condutas, sejam apoiadas nos discursos da igualdade de gênero ou na defesa da aplicação da LKVD.

É preciso ressaltar a origem do que fundamenta o desenvolvimento das práticas dessas ONGs que podem ser entendidas como modernizadoras que é, basicamente, o entendimento construído a respeito daqueles que aparecem como o “outro” timorense. Esse “outro” no discurso presente nos projetos e relatórios da AMKV, seria o timorense caracterizado pelo abuso do álcool, o que se envolve em brigas de galo, o analfabeto, o que vive em regiões isoladas e distantes da capital. Seria ainda, aquele que baseia e dá significado aos seus modos de ser, agir e estar no mundo social através de práticas *kulturais* tidas como as responsáveis por fundamentar os “estereótipos de gênero”. Esses estereótipos seriam, em grande medida, os responsáveis pela *violensia domestika* e pelos tratamentos desiguais estabelecidos entre homens e mulheres, tão caros aos valores da igualdade de gênero defendida por atores nessa esfera do que pode ser chamada de sociedade civil engajada na construção do campo da *violensia domestika*.

Esse discurso do “outro” timorense, caracterizado por reproduzir práticas condenáveis na medida em que elas corroborariam para a existência dessa forma igualmente condenável de violência, é adensado pelas expressões de que “não entende”, “não conhece” os valores do tratamento para igualdade entre homens e mulheres. Daí surge a necessidade de esclarecer esses sujeitos, através de atividades de socialização não apenas dos termos legais (o que já seria em si baseados nos pressupostos do direito positivo, portanto moderno), mas dos ideais de como deve ser a participação das mulheres em diferentes esferas da vida e de como estas devem ser reconhecidas.

A caracterização do timorense que deve ser reorientado, a partir de valores modernos de conduta (tais quais se comunicar bem, sem recorrer à violência ou ao uso da força física) aparece ainda no discurso da Feto Fantastiku e do Mane Matenek, personagens idealizados pela Ba Futuru, como aquele que sempre recorre à violência, o que não sabe resolver seus conflitos através do diálogo e de formas pacíficas de mediação entre sujeitos. Feto Fantastiku ba Dame (Mulher Fantástica para a Paz) é a solução pedagógica para que os sujeitos conflitantes não façam outra coisa que não aprender as formas de resolver conflitos e, mais do que resolver conflitos, aprendam formas de se portar socialmente de forma pacífica, sem agredir ninguém, respeitando os direitos das mulheres e das crianças. Respeitando, assim, seus *iguais*.

Aproximando os discursos empreendidos por AMKV e Ba Futuru é possível reconhecer diferentes recursos/economias da ideia de *kultura*. Percebe-se no caso da AMKV o recurso à *kultura* como uma justificativa ou prerrogativa para a *violensia domestika* uma vez que, é a partir das práticas culturais, que colocariam as mulheres em posição de desvantagem, que se estabelecem condições de existência para que a *violensia domestika* aconteça. Isso é feito para consumo interno, nos projetos e relatórios que são apresentados aos parceiros e aos seus iguais na esfera da “sociedade civil organizada”. Os “outros” timorenses que a *Assosiasaun* idealiza são os que merecem ser esclarecidos e que são caracterizados como aqueles que podem utilizar da *kultura* de forma “inadequada” uma vez que recorrem a ela como meio de reproduzir “estereótipos de gênero” prejudiciais às mulheres e aos seus direitos. Por outro lado, a Ba Futuru utiliza uma economia do sentido de *kultura* de modo positivamente qualificado, já que é por utilizar a *kultura* e seus símbolos como algo que baseia, não a existência da *violensia domestika*, mas sim, em certa medida, o seu combate. A Ba Futuru, através da Feto Fantstiku deixa claro que os elementos da *kultura* timorense

(*tais, belak e kaibauk*) estão a serviço da promoção da paz, da igualdade e da garantia dos direitos das mulheres em não ser agredida.

Não se deve deixar escapar à análise, também, o fato de que esse recurso à ideia de *kultura* enquanto aliada no combate à *violensia domestika* apresenta uma nacionalização, ou melhor, uma “timorização” notável dos discursos do gênero e de condenação da *violensia domestika*. Se nos atentarmos a alguns dos vários elementos analíticos discutidos por Simião (2015) em sua etnografia realizada entre 2002 e 2003 no país, na qual o autor notou a construção dos discursos da *violensia domestika* e sua ampla disponibilização enquanto categoria nativa para os atores que por tal questão se mobilizavam, veremos alguns “progressos” nisso que chamo de “timorização” dos discursos modernos de condenação da *violensia e promoçao* e da defesa da igualdade de gênero.

Ao iniciar a narrativa sobre o projeto que deu origem à consulta pública para a construção da LKVD nos primeiros anos da última década, o autor conta como se utilizava a ideia de que a violência não pertencia à cultura local: “*Violensia baseia ba gender la’os kultura Timor-Leste nian*”⁵⁵ (SIMIÃO, 2015, p. 89). Essa frase não se diferencia muito daquela utilizada pela Feto Fantastiku no início de cada vídeo de seus spots televisivos. Nestes a personagem se refere de modo mais genérico à ideia de violência, permitindo uma interpretação mais ampla para os sentidos que se pretendem construir sobre pacifismo em geral sem, no entanto, deixar de afirmar que a “*violensia la’os parte ita nia kultura*”, “violência não faz parte da nossa cultura”. O ponto central sobre a timorização do discurso de condenação da *violensia domestika* e da consolidação do próprio discurso do gênero, que como já apontava Simião (idem) faziam parte dos esforços dos atores que compõem o campo de práxis da *violensia domestika*, é o de como a Ba Futuru mobiliza seu discurso para dizer que a violência não faz parte da *kultura* de Timor-Leste, utilizando para isso elementos que são legitimamente reconhecidos como parte da *kultura* do país. Mais do que dizer que a *violensia* não faz parte da *kultura* de Timor-Leste, a própria *kultura* é posta a serviço do combate à *violensia domestika* e da promoção dos valores modernos e igualitaristas para as relações de gênero. As insígnias e os símbolos timorenses utilizados para construir o discurso de igualdade no vídeo, ao mesmo tempo em que reforça o que seja essa *kultura*

⁵⁵ Em tradução livre, “violência baseada em gênero não faz parte da cultura de Timor-Leste”.

timorense, retira da esfera desta tudo aquilo que não é entendido como positivo, como o recurso ao uso da força física nas relações, o que abarca a *violensia domestika*. Pode se falar, em certa medida, como se o discurso moderno da produção da igualdade de gênero se vestisse de elementos da *kultura* timorense. Mas as possibilidades para se perceber como os discursos de condenação da *violensia domestika* e de produção da igualdade de gênero se apresentam agora “mais timorenses”, se é que se pode utilizar tal expressão, não se encerram na caracterização dos personagens dos spots de televisão com acessórios da *kultura* nacional.

Simião (2015) discute um elemento utilizado num treinamento de policiais que visava capacitá-los para atender casos de *violensia domestika* que é um bom exemplo para indicar como em 2002 e 2003 era preciso recorrer a elementos externos para configurar o problema daquele tipo de violência. A capa da cartilha de treinamento trazia a imagem de um homem branco, caucasiano de suspensório, camisa social e gravata atrás das grades com um semblante triste, sobre o qual apareciam os dizeres “violência contra as mulheres é CRIME” e “PARE – nada justifica a violência” em polonês (Ibid., 262-264). Abaixo reproduzo a imagem na figura 04. Com a campanha da Ba Futuro, no teatro pedagógico empreendido pela Feto Fantastiku e pelo Mane Matenek, utilizar tal imagem e as frases em polonês não é mais necessário pois eles são responsáveis por, além de se cobrirem com símbolos timorenses, colocarem o próprio homem timorense atrás das grades para indicar o crime que está imbuído aos atos de uso de força física nas relações intrafamiliares cometidas por ele. Com isso, ao afirmar o caráter criminoso de tal prática as personagens dos spots indicam o quão inaceitável é essa *violensia* e os riscos que ela confere ao perpetrador desta. Vejamos nas figuras 05 e 06.

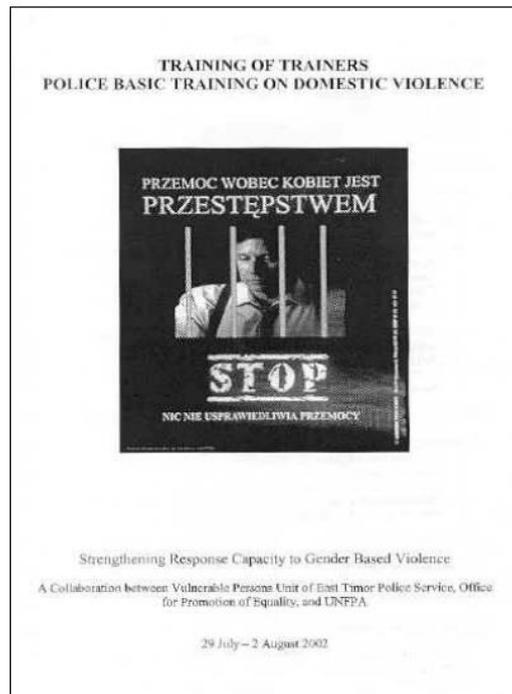


Figura 04: Capa do Manual de treinamento para policiais reproduzido por Simião.



Figura 05: Cena do spot de televisão “Feto Fantastiku: stopping gender based violence”

1.



Figura 06: Cena do spot de televisão “Feto Fantastiku: stopping gender based violence”
2.

Esses foram dois conjuntos de ações para refletir sobre mediações de sentidos de modernidade e de modernização de condutas que acompanham e/ou fundamentam as práticas e discursos de ONGs timorenses. Outras possibilidades de mediações de sentidos modernos, baseados principalmente na aplicação efetiva da LKVD, são as atividades da FOKUPERS numa esfera micro com as *mitra* e suas famílias. Utilizo o termo “micro” porque, como veremos nos próximos capítulos, diferente de ações da AMKV (que visam interagir com comunidades inteiras em diferentes municípios) e da *Ba Futuru* (que atua em escala nacional com seus spots de TV) a FOKUPERS desempenha um tipo de atividade de menor escala, direcionada às mulheres as quais ela garante assistência, as *mitra*, e aos seus familiares.

Capítulo 4

A Uma Mahon: encontros de *mitra*, encontros de trajetórias

No capítulo 2 tratei de algumas atribuições que compõem a rotina da FOKUPERS no que diz respeito ao atendimento de mulheres vítimas de *violensia domestika* e *seksual*, dentre as quais, o fornecimento de orientações jurídicas sobre seus casos, a garantia logística para que elas comparecessem aos julgamentos e a concessão de abrigo para aquelas que precisassem se afastar do convívio com seu agressor. Como mencionei, também no capítulo 2 ao relatar minha inserção em campo na FOKUPERS, meu acesso ao abrigo era negado. Ser homem e estrangeiro recém-chegado ao país colocava em questionamento minha pessoa e meus interesses. Aos olhos de minhas interlocutoras, naquele momento, não pareceu adequado permitir que eu frequentasse a Uma Mahon. Isso foi reconfigurado à medida que as relações em campo com minhas parceiras se consolidavam. Em dezembro, quase finalizando o período em campo, a partir de várias mediações estabelecidas com minhas interlocutoras na ONG me foi permitido acessar o abrigo e conversar com as *mitra* que lá estavam.

O objetivo da discussão é, agora, fazer um retrato sobre quem eram algumas das *mitra* assistidas pela FOKUPERS que estavam abrigadas na Uma Mahon no período que recebi permissão para frequentar o abrigo. Quais eram suas histórias e em que momento de suas trajetórias estas mulheres foram levadas a se abrigarem naquele espaço? Quais as suas ofensas, insultos, demandas e situações uma vez que tivessem sido abrigadas pela ONG? Este capítulo contará as histórias de *violensia domestika* a partir das experiências das próprias mulheres atingidas pelo fenômeno. Pretende-se mostrar como elas viam, significavam e como lidavam com as agressões sofridas, enfim, como e quais significados atribuíam aos seus casos. Em suma, aqui as *mitra* contam suas próprias histórias.

4.1 – A Uma Mahon

O local onde fica a Uma Mahon é mantido em sigilo e não há nenhuma identificação, como placa ou endereço explícito em sua fachada que o permita ser reconhecido. Sua única distinção para o restante das construções da rua em que se

localiza é o muro alto e os rolos de arame farpado que ficam sobre ele, elemento comum em muitas residências ocupadas por expatriados em Díli. Internamente o espaço comporta uma guarita para o segurança, a cozinha e área de serviço, o escritório central e suas salas de atendimento, dois blocos de dormitórios e um espaço comum onde há um jardim e um balanço para as crianças⁵⁶. Aquele espaço é capaz de receber até 35 mulheres, garantindo a elas alimentação, transporte para as atividades fora do abrigo (atendimento no escritório da FOKUPERS ou para atendimento de saúde), transporte das crianças até a escola ou creche, ambientes para que sejam desenvolvidas as atividades de aconselhamento coletivo ou individual e apoio psicológico.

Como mencionei no capítulo 2, a concessão de abrigo na Uma Mahon é dada para mulheres que tenham sofrido violência sexual (estupros, tentativas de estupros, abusos de jovens menores de idade, incesto etc.) ou violência doméstica e que, preocupando-se com sua situação de (in)segurança precisam ficar afastadas de suas casas. Por razões de segurança entendem-se potenciais novas agressões e a situação particular da mulher que tenha sofrido com essas violências, o que é apontado a partir da triagem feita no setor de Assistência Legal. A preocupação do setor é a de garantir que aquela mulher não será novamente agredida, de modo que é feita uma arguição para identificar os riscos que ela corre ao retornar para casa, para o convívio com o seu agressor, nos casos específicos de *violensia domestika*. É levado em consideração o amparo que ela tem de sua família por ter feito a denúncia, para que se certifique de que ela terá a quem recorrer e não estará exposta ao risco de uma reinvestida violenta por parte do companheiro.

Se uma mulher afirma ter sido ameaçada ou se apresenta medo em relação ao parceiro, ela está no grupo de mulheres a serem encaminhadas pela polícia ou pelos parceiros para a FOKUPERS. E, uma vez que chegue a FOKUPERS, ela será encaminhada para o abrigo, após lhe serem feitos os questionamentos descritos acima. Além das mulheres intimidadas, dentro do grupo das mulheres a serem encaminhadas para a Uma Mahon, estão, prioritariamente, aquelas que sofreram severas agressões, nas quais se geram os maiores *traumas*. Entende-se que, se uma mulher chega gravemente

⁵⁶ O abrigo recebe as crianças junto das mães no momento da entrada delas. Às crianças é garantido o direito de ir à escola ou a creche, se suas idades já o permitirem. As que vão para a creche, frequentam uma unidade em que algumas professoras são membros da equipe da FOKUPERS e lá suas identidades são mantidas em segredo. É importante ressaltar que essa unidade é basicamente mantida pelos recursos da própria ONG e a proposta é de que lá as crianças já sejam socializadas de modo a construir posturas de igualdade entre meninos e meninas para que isso reflita em suas vidas adultas.

ferida, com muitos hematomas e traumatizada pela agressão sofrida, ela deve ser levada ao abrigo e ficar lá até que se normalize a sua situação – tanto em termos físicos, no tratamento de ferimentos, quanto na situação familiar. Será feito o exame pericial junto à PRADET, que dará origem ao laudo que ateste a agressão sofrida e terá início o processo legal contra o agressor⁵⁷. Somente depois disso iniciam-se os procedimentos de escuta para curar o trauma, as atividades de assistência legal e a mediação para a reintegração à família. Enquanto isso a equipe irá trabalhar para tirar o medo, a insegurança e a falta de confiança característicos dos *traumas* de mulheres vítimas da *violencia domestika*⁵⁸.

Naquele espaço, para onde são levadas as mulheres que tenham estas características, encontram-se várias histórias, diferentes trajetórias, discursos e narrativas múltiplas. Tão múltiplas quanto as narrativas são as ofensas, insultos e reivindicações que elas trazem consigo. Nos momentos de atendimento coletivo e em atividades de orientação, onde as *mitra* se reúnem para compartilhar suas experiências, fica clara a pluralidade de significados e experiências que caracteriza aquele grupo. Isso ficou ainda mais claro a medida que, conversando com elas, iam surgindo os questionamentos: quem eram aquelas mulheres? Como e por que elas foram parar na Uma Mahon?

4.2 As *mitra*: quem são e o que contam? A *violencia domestika* vista por elas

Os relatos aqui transcritos são fruto de diálogos produzidos a partir de entrevistas semiestruturadas. Nestes diálogos, pedia as *mitra* que me contassem suas histórias, falassem sobre as agressões que sofreram (se se sentissem a vontade para fazê-lo). As questionava também sobre as suas expectativas quando buscaram a polícia ou a FOKUPERS para fazer a denúncia contra seus agressores. Todos os diálogos foram mediados por Guiomar que faz parte do setor de Assistência às Vítimas e que, por falar português, aceitou meu pedido para participar das conversas, traduzindo o que fosse de difícil compreensão do tétum, assim como fazê-lo do português para que minhas

⁵⁷ Para que uma mulher seja levada para o abrigo é preciso que uma denúncia na polícia tenha sido feita.

⁵⁸ Esse atendimento de escuta não era fornecido por uma terapeuta ou psicóloga com formação na área. As conversas em grupo, ou individualmente, aconteciam com uma mediadora do staff que ouvia as *mitra*, dando-lhe espaço para vocalizar suas experiências, dizer como se sentia e fornecer orientações sobre como se expressar e livrar-se dos sentimentos que carregava. As atividades eram, geralmente, artísticas e de expressão, como desenhos, falas e dinâmicas de grupo.

interlocutoras, naquele momento, pudessem compreender o que eu perguntava⁵⁹. A seguir, trago em forma de narrativas as histórias de quatro mulheres assistidas pela FOKUPERS, sendo que apenas uma tinha deixado o abrigo havia poucos meses. As demais permaneciam no abrigo.

Julia

A primeira *mitra* com quem conversei foi Julia, jovem timorense de 18 anos, nascida em Manatuto, município timorense vizinho da capital, Dili. Ela já não estava abrigada na Uma Mahon quando nós tivemos a conversa relatada adiante. Julia se enquadra na categoria das *mitra* que recebem suporte da FOKUPERS sem estar no abrigo, participando, portanto, das atividades de orientação legal e obtendo apoio de outra ordem, como transporte para as audiências de seu caso no tribunal. Conhecemo-nos quando ela foi até o setor de Assistência Legal para ser orientada sobre o julgamento de seu agressor. Na verdade, aquela era a segunda vez que Julia recebia o suporte de assistência jurídica na FOKUPERS, pois se tratava de sua segunda denúncia de *violensia domestika*.

Aquela jovem morava com as tias pelas quais fora criada, ao ser entregue por seus pais quando pequena. Aos 15 anos ela começou a se relacionar com um soldado da PNTL, que tinha na época 24 anos e era de Liquiçá. Os jovens namorados planejavam se casar e a moça saiu da casa das tias em Manatuto para conhecer a família do rapaz já nas primeiras semanas de relacionamento. Naquele momento, em que Julia deixou a casa das tias em direção à casa do namorado, eles já tinham tomado a decisão de consumir o matrimônio. A caminho de Tibar, suku onde residia o namorado e sua família, ela sofreu um acidente de moto. Em razão dos ferimentos – mesmo que estes não tivessem sido graves – Julia teve de ficar mais do que planejava na casa do rapaz, pois precisava repousar.

Durante aquela ida, a ideia era apenas conhecer a família do moço, mas devido aos contratemplos que a fizeram ter de ficar mais do que gostaria, começaram a surgir os primeiros problemas. A relação da moça com a família do namorado não era muito boa. As mulheres da família do jovem soldado (mãe e irmãs) julgavam Julia por não saber

⁵⁹ Tal suporte foi primordial uma vez que meu entendimento de tétum passados pouco mais de três meses de contato com a língua era rudimentar e superficial. Tive dificuldades até em formular algumas perguntas no idioma, contando para isso com Guiomar como importante mediadora naquela interação.

fazer nada. Ela conta que elas a consideravam muito nova, sem experiência e sem habilidades para o cuidado doméstico. No tempo em que esteve lá, Julia não colaborava muito para as tarefas na casa e também não trabalhava, o que dificultava bastante sua acolhida por parte da família da qual pretendia fazer parte. Mesmo vivendo “como casada”, a jovem enfrentava conflitos constantes com aquela família, principalmente com a sogra e a cunhada, irmã de seu namorado. Não ser bem quista em Tibar, junto daquela família, era algo que estava claro para Julia.

Sua situação de conflito naquela casa ficou ainda mais tensa quando descobriu que o jovem soldado da PNTL se correspondia por mensagem de texto no celular com outras mulheres. Ela conta que inicialmente apenas o questionava, sem criar muitos problemas a respeito daquilo, o que mudou ao Julia ver que em algumas mensagens ele demonstrava interesse em encontrar uma esposa. Afinal, questionava a moça, o que ela estava fazendo ali se o rapaz procurava uma esposa? Aquilo sim era muito grave e fazia com que ela não se sentisse bem com a situação, uma vez que já estava lá vivendo com ele e passando por tantos problemas com sua sogra e cunhada.

A situação de Julia era, de fato, bastante complicada: as famílias não tinham negociado as trocas matrimoniais necessárias (*barlake*) para que os jovens vivessem juntos; a família do rapaz não a reconhecia como mulher nem a aceitava; ela não era sequer casada com ele por outras vias, fosse na igreja ou no civil⁶⁰; desde que saíra de Manatuto, ela não voltara mais à casa de suas tias, estando em situação de isolamento. Ver que o namorado procurava outra mulher intensificou as tensões entre eles e Julia passou a ser mais incisiva nas cobranças e brigas por causa das mensagens. Foi como resposta aos questionamentos de Julia que as agressões físicas tiveram início: tapas e empurrões serviam como respostas todas as vezes que ela reclamava das ligações que o jovem soldado recebia e das mensagens que ele enviava para outras mulheres.

A jovem continuava em Tibar e à medida que os meses se passavam a situação com o namorado e sua família não parecia melhorar. Quando Julia ficou grávida as tensões com a família dele ficaram ainda maiores, os conflitos existentes entre o casal – pelas mensagens que o rapaz trocava com outras mulheres – continuaram a gerar problemas, reclamações e agressões. Numa de suas idas ao hospital em Dili, por estar se

⁶⁰ O que dificilmente aconteceria uma vez que o mais comum, principalmente no interior do país, que se case primeiro na *adat*, ou seja, de acordo com a “tradição” e depois na Igreja.

sentindo mal devido à gravidez, seu companheiro lhe seguiu achando que ela iria procurar a PRADET, organização não governamental responsável por prestar atendimento forense e clínico a mulheres que sofriam *violensia domestika*. Irritado ele a agrediu no hospital, dessa vez com socos no rosto, deixando-a ensanguentada. Pela agressão ter sido cometida no Hospital e vista por pessoas que lá estavam, Julia foi levada à UPV onde registrou a queixa de *violensia domestika*, iniciando-se o processo contra o namorado.

A jovem foi levada à FOKUPERS e ficou no abrigo, por um curto período, ainda durante a gravidez. Ela acabou deixando a Uma Mahon permanentemente durante uma atividade externa, pois queria retornar para a casa de suas tias em Manatuto e ter seu filho com elas. A FOKUPERS não tinha, certamente, cumprido todos os procedimentos dos quais faz uso para tratar das mulheres por ela assistidas, entretanto Julia não concordava em ter de ficar restrita ao espaço da Uma Mahon. Ela continuou recebendo assistência jurídica em seu caso sem, entretanto, participar das demais atividades de orientação garantidas às *mitra* que permanecem no abrigo.

Passados alguns dias quando Julia já estava na casa de suas tias, seu namorado a procurou, levando junto de si sua irmã, que costumava implicar com Julia. Eles queriam levá-la de volta para Tibar, para viver novamente junto da família deles. As coisas foram acertadas e, acreditando que a situação seria diferente, a jovem gestante de sete meses decidiu retornar para Liquiçá com o soldado.

O julgamento do rapaz pelo crime de *violensia domestika* cometido contra Julia deu-se naquele mesmo mês. Como sentença, o juiz decretou a suspensão da pena de prisão pelo fato de aquela ter sido a primeira agressão cometida por ele e registrada por ela à polícia e pelo casal já estar vivendo junto novamente. Ela conta que o comportamento dele, no entanto, não mudou. As mensagens que indicavam relacionamentos com outras mulheres e a agressividade em relação aos questionamentos e cobranças da jovem se mantiveram após o julgamento.

Após o parto Julia apresentou complicações e demorou a se recuperar. Seu filho, no entanto, passava muito bem. Ela precisou ficar por duas semanas no hospital em Dili e no período em que esteve lá, não recebeu visitas de seu namorado, nem de sua família ou da família dele. Ao receber alta e retornar sozinha para Manatuto ela esperou alguns dias até ser levada por seu primo para a casa do namorado. Ao chegar lá ela foi

destratada por todos os familiares do rapaz que alegavam que Julia abandonara seu filho por quase um mês desde que foi para o hospital. A família do policial não aceitara mais Julia e ele, por sua vez, não quis mais se relacionar com ela. Nem mesmo o filho ela poderia levar. A família do pai reclamava para si o cuidado da criança. Diante daquela situação, Julia conta que não sabia o que fazer, pois não tinha como levar o filho da casa do ex-namorado, mesmo que quisesse muito ficar com bebê. Ela conta que, ao sair de lá, todas as vezes que tentou ver e amamentar o filho foi sempre destratada e até fisicamente agredida pelo rapaz com quem se relacionara.

Em certa ocasião Julia, sentindo dores no peito por não amamentar o filho, voltou a Tibar e tentou mais uma vez levar o filho consigo para Manatuto. Ao chegar sozinha à casa de sua ex-sogra, as duas discutiram de forma acalorada e trocaram ofensas. A senhora falara de forma negativa dos pais de Julia e a acusara de ter abandonado seu filho, o que a deixou muito ofendida. A jovem xingou a ex-sogra que foi defendida pelo filho mais novo que assistia toda a cena. Após os xingamentos proferidos por Julia, seu ex-cunhado irritado, em defesa da mãe, empurrou e deu um soco no ombro e nas costas de Julia, chamando-a de cadela (*asu*). Com toda a confusão, a moça foi expulsa de lá sem poder levar o filho.

Ao sair de lá, Julia procurou a polícia em Dili que a levou até a FOKUPERS. Chegando na FOKUPERS a moça foi encaminhada à PRADET para que fossem feitos os exames de corpo de delito e fosse emitido o laudo que comprovasse a agressão sofrida por ela. Feita a avaliação forense, a equipe de Assistência Legal da FOKUPERS recorreu à ALFeLa para decidirem juntas o melhor procedimento jurídico para tratar do caso. Os setores de assistência legal das duas ONGs decidiram que o caso deveria ser denunciado ao Ministério Público também como *violensia domestika* pelo grau de proximidade e convivência existente entre ela e o irmão de seu ex-namorado.

As ONGs entendiam que não cabia levá-la de volta para Uma Mahon já que ela e o namorado estavam separados e quem cometera a agressão foi o ex-cunhado. Ao retornar para casa, acompanhada pela equipe da ALFeLa ela viu que seu ex-namorado estava na frente da residência. A equipe retornou para Dili com ela e a deixou na Uma Mahon para que ficasse até as coisas se acalmarem e o jovem policial parasse de procura-la.

Julia ficou no abrigo por três meses e voltou a viver em Manatuto com as tias. Dadas as tensões com a família do ex-companheiro, ela fazia apenas visitas ao filho que tinha nove meses à época que conversamos. Nestas visitas ela não ia mais desacompanhada, mas sempre com um primo mais velho para garantir que não haja mais problemas entre ela e a família do policial.

Numa das visitas, os familiares a acusaram de causar muitos transtornos para a família e que por isso ela não deveria contar ao juiz, no dia do julgamento, que fora agredida. Isso a deixara confusa, já que não sabia se deveria dizer o que de fato ocorreu ou o que eles queriam que ela dissesse para não piorar a situação e dificultar ainda mais o acesso dela ao seu filho. Dada a grande tensão que ainda envolvia ela e a família dos rapazes acusados de cometerem *violencia domestika* contra ela, no dia do julgamento dois de seus primos, além de três pessoas da FOKUPERS e eu fomos para acompanhá-la⁶¹. A situação entre ela e aquela família não parecia melhorar, pelo contrário, ficava cada vez mais tensa e não se conseguia chegar a bom termo quanto mais fatos se somavam àquela narrativa.

O que motivou Julia a registrar a denúncia contra o ex-cunhado pelo crime de *violencia domestika* foi, principalmente, a possibilidade de pressionar a família dele a devolver seu filho. O recurso à lei não se deu exclusivamente pela ofensa em ter sido agredida e sentir que seus direitos haviam sido violados. Ela não se sentia, por exemplo, ameaçada pelo rapaz ou por seu irmão após ter feito a segunda denúncia, momento em que ficou abrigada na Uma Mahon apenas porque a equipe da ALFeLa entendera ser o melhor já que seu ex-namorado fora visto na porta de sua casa no dia em que ela procurou a polícia após ter sido agredida pelo ex-cunhado. A partir do relato de Julia, seu incômodo que motivou a denúncia parece estar tanto nas ofensas disferidas contra ela por sua sogra e pelas acusações de ter abandonado o filho quanto pela agressão sofrida em si.

O que chama a atenção para o caso de Julia é a ausência de sua família em todas as situações que envolviam o conflito com a família do companheiro. Suas tias conheceram o rapaz, mas no relato de Julia não aparecem menções ao interesse em se

⁶¹ No julgamento, ainda fora do tribunal, estavam reunidos o ex-namorado, sua mãe, duas irmãs e vários policiais ao lado do ex-cunhado de Julia. Com ela estávamos, eu, o motorista da FOKUPERS (que excepcionalmente naquele dia desceu para acompanhar a vítima), Lili como representante do setor de Assistência Legal, Eliza que é o braço da ONG em Liquiçá e dois primos de Julia. Aquela sessão foi de muita tensão desde a porta do tribunal quando todos se viram e ninguém se falou.

negociarem as prestações matrimoniais. Quando as agressões começaram, as coisas continuaram sem interferência por parte de sua família e as coisas só mudaram após Julia ter sido severamente agredida no hospital e ter sido “abandonada” lá pela família do policial. Apenas após ter retornado para a casa das tias, ter sido levada de volta a Liquiçá, e ter sido expulsa após o parto é que entram em cena os primos dela para garantirem sua segurança em ver o filho.

Odete

Conheci Odete, mulher de aproximadamente 40 anos, na Uma Mahon em Dili, após ter sido encaminhada para lá por ter sido severamente agredida e ter sido mantida em cárcere privado pelo marido com quem era casada desde 2000. Nem ela nem Guiomar me contaram qual era a profissão de Odete. Ambas deram a entender apenas que ela ocupava um cargo de funcionária do governo estatal. Começamos nossa conversa com ela contando sobre as agressões que sofreu do marido ainda em 2014. Bento, o homem com quem Odete era casada, havia sido preso em 2006 por ter cometido um homicídio motivado por um acerto de contas durante a crise que assolou Timor-Leste naquele ano.

Condenado a oito anos de prisão, Bento deixou a cadeia em 2014 e logo nos primeiros dias gerou alguns desconfortos para Odete. A primeira situação que ela contou foi quando Bento quis obrigá-la a ter relações sexuais com uma terceira pessoa, que no caso era a tia de Odete. Ele a levou até a casa dessa tia viúva a noite e disse que queria tomá-la como esposa. Bento queria ainda consumir uma relação sexual com as duas mulheres naquele momento. Nenhuma delas estava disposta a fazer aquilo, principalmente a tia de Odete. Elas, utilizando como desculpa o fato de a tia estar com duas filhas pequenas dormindo em casa, conseguiram convencê-lo a não fazer nada contra a vontade delas e ele retornou para casa com Odete. Ela foi agredida naquela noite e na manhã seguinte procurou a polícia em Caicoli, Dili.

Ao registrar a denúncia, Odete foi levada para a FOKUPERS que a abrigou na Uma Mahon. Em 2014 ela ficou lá por pouco mais de dois meses sem receber nenhuma notícia, intimação ou notificação do tribunal para o julgamento. Bento nunca fora intimado. Por razões que não me ficaram claras o caso de Odete, referente a esta denúncia não chegou a ser tratado em tribunal. Odete deixou os filhos vivendo com o pai e sua família quando saiu naquela manhã para denunciar Bento e não voltou mais.

Ao sair do abrigo, ela voltou a trabalhar, vivendo sozinha em Metinaro, numa região nos arredores de Dili, enquanto os filhos do casal permaneciam com a família do marido. Ela conta que não voltou a procurar os filhos por medo do que o marido podia fazer contra ela, uma vez que ele a ameaçava e já tinha matado um homem. O casal vivia com a família dele em Dili e Odete não contava com apoio de ninguém para se separar e sair de lá.

Bento encontrou Odete no início de 2015 e foi com um amigo, que conheceu na cadeia, busca-la para levar de volta para casa de forma coercitiva. Ao lado de seu amigo, o marido de Odete a ameaçou de morte, forçando-a a voltar com ele para Dili.

Odete retornou com o marido contra sua vontade e foi novamente agredida fisicamente sob a justificativa de se comportar mal e ter abandonado a família. Ela conta que ficou presa dentro de casa com correntes por dias sem permissão de sair. Bento a agrediu por ter procurado a polícia, por ter ficado na Uma Mahon e por ser uma mulher má. A situação dela se complicava ainda mais pelos parentes de Bento que não a ajudavam e, em certa medida, concordavam com o juízo que ele fazia de sua esposa.

Durante o velório de um vizinho, que mobilizou os moradores da aldeia que vivia, Odete aproveitou da desatenção de Bento e de sua família para escapar. Dessa vez ela procurou diretamente a Uma Mahon e eles cuidaram de fazer a denúncia junto ao Ministério Público. Aquela foi a segunda denúncia de *violensia domestika* feita contra Bento, e no momento em que foi feita, a equipe da FOKUPERS já sinalizou que a mulher seria levada para o abrigo. Isso foi feito com o objetivo de que, não se perdesse a localização de Odete para que, desta vez, o seu marido viesse a ser julgado pelo crime. Até dezembro de 2015, quando conversamos, Odete ainda não tinha sido notificada pelo tribunal sobre sua audiência referente ao julgamento do marido.

O caso de Odete é bem particular pelo fato de que ela anseia pela separação do marido e por poder levar os filhos para viver com ela. Ela se sente, de fato, ameaçada pelo marido e seu caso é um dos que a FOKUPERS confere abrigo por questões de segurança. Neste caso, mais do que curar um trauma, para Odete, estar na Uma Mahon garante sua segurança. Sobre o relato de Odete deve se ressaltar a ausência de menções ao seu grupo familiar de origem. Ela não menciona seus pais, tios ou irmãos, também não conta detalhes sobre como foi negociado seu casamento.

Augusta

Augusta é uma mulher de 32 anos, nascida em Atambua, região da Indonésia que fica entre a parte oeste de Timor-Leste e Oecusse, o enclave leste-timorense na parte oriental da ilha de Timor. Em 2010 Augusta, que morava com seus pais, conheceu um homem timorense de Ermera que trabalhava como motorista e que ia com frequência à Atambua. Eles começaram a se relacionar logo que se conheceram e Augusta engravidou de sua primeira filha em 2013.

O homem passava alguns dias em Atambua com Augusta, mas sempre retornava a Timor, de modo que eles não chegaram a se casar. Quando a filha deles nasceu, em 2014, o homem pediu para trazê-la para Timor-Leste para que ele conhecesse sua família. Augusta e ele combinaram que passadas duas semanas ele deveria levar de volta a criança, o que ele não fez. Ao ser cobrado por Augusta, o homem disse que ela deveria buscar a criança caso quisesse que a menina retornasse para casa.

Augusta veio para Timor-Leste em meados de 2014 e se juntou a família do marido, que vivia em Dili. Todos viviam numa vizinhança próxima, alguns irmãos e os pais de seu marido. Para sua surpresa, o homem com quem ela se relacionava há quatro anos e com quem teve uma filha, já era casado e tinha outros oito filhos com sua primeira mulher. Naquela situação, Augusta seria a segunda esposa. Esse é um cenário bastante comum, e com frequência ouvia falar sobre homens que viviam em poligamia. Conheci alguns deles em outros lugares de Timor, mas era a primeira vez que ouvia sobre aquilo em Dili⁶².

Augusta conta que quis se recusar a ficar ali e ir embora com a filha, mas sabia que o marido era agressivo e naquela situação não teria a quem recorrer, o que fez com que ela preferisse se manter lá e não criar problemas, mesmo sendo a segunda esposa, a *feto kiik* e a outra sendo a *feto* ou *fe'en boot*, Augusta ganhou atenção especial do marido. O que mais a incomodava era o fato de ele ter tido oito filhos com a primeira mulher e ter de dividir a cama com alguns deles.

A casa em que todos moravam era bastante pequena, apenas dois cômodos, com uma cama em cada. Augusta dormia numa cama com seu marido, sua filha e dois dos

⁶² A poligamia não é reconhecida pela Igreja, nem pelo código civil timorense, mas é uma realidade facilmente encontrável no país e relativamente aceita pelos timorenses.

filhos da primeira mulher. Na outra cama, no cômodo ao lado, dormia a primeira mulher e seus outros filhos. A partir dos contatos na rotina diária com a *fe'en boot* alguns problemas começaram a surgir, principalmente pelo fato de elas não se acertarem sobre as rotinas de cuidado com a casa e as nove crianças que lá viviam. Augusta não reclamava para não gerar conflitos com o marido, principalmente porque sabia que ele batia na *fe'en boot* e ela não queria causar problemas.

Apenas um mês após sua chegada a Timor é que as agressões físicas contra ela começaram. Quando Augusta descobriu que seu marido teria outro filho com sua primeira mulher, o 9º, ela ficou bastante irritada. Ela acreditava que ele não tinha mais nenhum contato de intimidade com a primeira mulher, e saber que eles teriam mais um filho a deixou desconfortável a ponto de questioná-lo sobre aquilo, dizendo que iria embora com a filha. O homem a agrediu e disse que se quisesse poderia ir embora, mas teria de deixar a filha vivendo com ele.

A situação de Augusta era ainda mais complicada pelo fato de ser estrangeira e não conhecer mais ninguém no país além da própria *fe'en boot* – com quem não se dava bem – e os familiares que viviam naquele mesmo terreno. Esses familiares do marido não tinham muita relação de proximidade com Augusta, apesar de não aprovarem que o marido tivesse a tomado como segunda esposa. A *fe'en boot* recomendava que Augusta não questionasse seu marido, pois ela era sempre agredida quando lhe causava problemas, lhe desobedecia ou o questionava. O mesmo vinha acontecendo com Augusta. Seu marido passou a responder-lhe e tratar de forma agressiva, tendo ela o questionado por alguma razão ou simplesmente por considerar que ela fizera algo errado. Outro motivo comum para que ela fosse agredida eram os desentendimentos com a primeira mulher gerados pela distribuição de tarefas na casa.

Quando a filha mais nova do marido de Augusta com sua primeira esposa nasceu, ela passou a se sentir ainda mais desconfortável e desagradada de estar vivendo lá. Seu marido passou a dormir com a *fe'en boot* e seus outros filhos, deixando Augusta com sua filha e alguns filhos do primeiro casamento. Ela conta que se sentia ofendida com aquilo, e ficava ainda mais com alguns acontecimentos que se passaram enquanto esteve lá.

Durante uma pesquisa estatística feita em 2015, em que o recenseador questionou o chefe da casa sobre o arranjo familiar, ele disse ter apenas nove filhos,

apontando como companheira a primeira esposa, e não Augusta. Não ter sido mencionada como a esposa, ou não ter tido sua filha contabilizada na pesquisa a deixou inconformada com aquilo, um claro caso de insulto moral decorrente de uma atitude de desconsideração lida como ataque à sua dignidade, nos termos de Cardoso de Oliveira (2008). Ela entendia que a primeira esposa era mais considerada do que ela, tinha mais prestígio do que ela.

Outra situação que a deixou bastante ofendida se passou num feriado quando toda a família do marido se reuniu para uma festa. Naquela ocasião, o marido foi com a *fe'en boot* e os nove filhos que tivera com ela, deixando Augusta sozinha em casa com sua filha. Ela conta como ficou triste em ter ficado em casa comendo macarrão instantâneo enquanto seu marido, a primeira mulher e os filhos deles comiam carne na festa. Isso foi, para Augusta, um insulto muito grande, tanto quanto a gravidez da *fe'en boot*. Aparentemente aquele comportamento do marido lhe ofendia da mesma forma quanto aos tapas e maus tratos físicos que recebia por questioná-lo.

Em julho de 2015 ela tentou fugir. Naquele dia Augusta não ameaçou ir embora, apenas arrumou algumas roupas da filha numa bolsa e tentou partir. Ela se encaminhou para o terminal de ônibus em Dili, onde planejava ir para Bobonaro, município timorense que faz divisa com Atambua (onde vivia sua família). O objetivo de Augusta era atravessar ilegalmente de Bobonaro para Atambua, o que não deu certo já que seu marido a interceptou ainda no terminal, e a trouxe de volta para casa. Em razão daquilo, o marido a puxou pelos cabelos e a levou para casa. Lá Augusta foi agredida com socos até desmaiar.

Augusta ainda ficou naquela casa por alguns dias, até receber ajuda da cunhada de seu marido. A cunhada deu-lhe o número de uma pessoa da equipe da ALFeLa que poderia lhe tirar do país. Numa de suas idas ao hospital para levar a filha que estava adoentada, Augusta aproveitou para entrar em contato com a mulher de quem recebeu o número. Pessoas da equipe da ALFeLa conversaram com ela e decidiram levá-la para a embaixada da Indonésia. Ter o apoio daquela mulher foi fundamental para que Augusta conseguisse deixar a casa do marido. Como disse anteriormente, os familiares do homem com quem Augusta vivia, não o apoiavam em ter tomado uma segunda mulher, razão pela qual não se envolviam quando Augusta era agredida por ele. Como Augusta

não fora integrada na família do marido, os familiares deste tampouco se sentiam obrigados a tomar partido.

Na embaixada, disseram para Augusta, que estava acompanhada pela equipe da ALFeLa, que ela não poderia deixar o país com sua filha naquele momento, pois nenhuma delas tinha documentos, nem passaporte. Ela foi levada, pela equipe da ONG que a estava ajudando, para o Ministério da Solidariedade Social, para que tentassem abrigá-la ou para que ajudassem-na a voltar para seu país. De lá ela foi encaminhada para a Uma Mahon da FOKUPERS, pois assim estaria mais segura e corria menos riscos de ser encontrada pelo marido.

A política do abrigo estabelece que só sejam recebidas as mulheres que tiverem efetuado uma denúncia contra seus agressores, seja de *violensia domestika*, como era o caso de Augusta, ou violência sexual. Do ponto de vista da ONG, como defendeu Guiomar, aquela mulher que chegava com sua filha e grávida da segunda criança, era vítima de *violensia domestika*, agredida repetidas vezes, por um homem timorense. A denúncia tinha de ser feita, e o foi. Ela estava abrigada na Uma Mahon desde setembro de 2015, onde aguardava o fim do processo para poder sair do país e voltar para Atambua.

Augusta contou que só fez a denúncia porque não tinha para onde ir e aquilo era um requisito para que pudesse ficar no abrigo. O temor dela, uma vez que não conseguiu fugir, é de que só poderia deixar o país após o resultado do processo – o que levaria ainda alguns meses. Esse temor se deve pelo fato de que, com as delongas do processo judicial o pai de sua filha poderia reclamar a tutela da menina, ou pelo menos atrapalhar ainda mais que ela volte para a Indonésia.

Augusta não pretendia fazer a denúncia de *violensia domestika* contra o marido nem “criar problemas”. Após todos os episódios que a insultavam e lhe despertavam incômodos, ela decidiu fugir e levar sua filha, mas diante da situação em que não tinha para onde ir nem a quem recorrer, precisou fazer a denúncia e judicializar o caso. Deixar Timor-Leste, que era seu objetivo inicial, acabou se perdendo na rota guiada pela ALFeLa. Ao ter sua situação judicializada, Augusta acabou ficando encurralada.

Fernanda

Por último trago a história de Fernanda, jovem timorense de 24 anos nascida em Baucau e que contou sua vida desde criança até a chegada à Uma Mahon. Aqui registrarei os principais detalhes de uma das trajetórias mais marcantes e curiosas que conheci em campo.

Fernanda e seus irmãos foram todos separados quando seus pais se divorciaram em 1999. Ela e a irmã caçula – que eram as duas mais jovens – ficaram sob os cuidados de um casal de indonésios em Kupang, Indonésia. Este casal era amigo dos pais das meninas e aceitara cuidar das crianças a pedido da mãe, após o pai ter ateadado fogo em algumas casas na vizinhança e ter desaparecido⁶³. A mãe, alegando não poder cuidar sozinha das crianças, entregou os demais irmãos de Fernanda a outras famílias, alguns a tios, outros a conhecidos.

Anos mais tarde, quando souberam do paradeiro e do falecimento do pai biológico, Fernanda e sua irmã caçula foram trazidas pelo casal indonésio de volta a Baucau para participarem do funeral. Naquela ocasião as meninas encontraram sua irmã mais velha, que estava sendo criada por um de seus tios biológicos que viviam em Laga, subdistrito de Baucau na divisa com o município de Lautém. Elas descobriram naquele encontro que a mãe delas havia se casado e se mudado de Baucau. Por ocasião daquela vinda a Timor-Leste, o pai adotivo de Fernanda deixou ela e sua irmã caçula em Dili para morarem com a irmã dele. Essa “tia” que era casada, mas que nunca teve outros filhos, passou a criar as meninas em Dili.

Já era 2013 quando esta tia e seu marido – casal que criara as meninas desde o fim da infância – começaram a negociar as trocas matrimoniais de Fernanda com uma família de Ermera. Numa ocasião em que ela e sua irmã mais nova foram visitar a irmã mais velha em Laga, Baucau, o pai acertou tudo com uma família de Ermera, e chamou seu noivo, Júlio, para conhecê-la. Fernanda conta que não queria o casamento, mas também não quis contrariar seus pais adotivos e acabou aceitando. Alguns meses depois ela estava casada segundo a “tradição”, com *barlake*, e fora viver no interior de Ermera.

Na casa de sua nova família a vida ia se seguindo e Fernanda tinha uma relação tranquila com todos, até começar a ter problemas com o marido que trabalhava em Dili. Júlio não vivia mais em Ermera, nem trabalhava nas terras da família, como quando se

⁶³ A jovem deu a entender que isso relacionou-se ao resultado do referendo que definiu Timor-Leste enquanto país livre. Talvez o pai fosse pró-anexação do território à Indonésia.

casara com Fernanda, indo esporadicamente para vê-los em Ermera. Em suas idas em casa, Júlio não lhe dava nenhum dinheiro, entregando tudo para sua mãe, a matriarca da família, o que gerou os primeiros desentendimentos entre ele e sua esposa⁶⁴.

Ao engravidar, Fernanda começou a encarar problemas com sua sogra. Tensões entre elas já aconteciam pelo fato de ser a sogra quem cuidava do dinheiro que o filho lhe dava, o que desagradava Fernanda por não ter dinheiro para si. Júlio não contrariava a mãe, o que incomodava sua mulher e fazia com que eles brigassem. Foi daí que começaram as primeiras agressões físicas dele contra ela. Foi também durante a gravidez de Fernanda que algumas situações passaram a ficar mais tensas, pois a irmã caçula de Fernanda fora para Ermera viver junto da irmã e da família de Júlio. Lá, ambas tinham de trabalhar tanto no cuidado diário com a casa quanto no campo, nas pequenas plantações que a família tinha⁶⁵.

As irmãs reclamavam pelo fato de terem de dar conta daquele trabalho, o que a mãe de Júlio não fazia. Elas recebiam alguma ajuda das irmãs mais novas de Júlio, mas ainda assim Fernanda alegava que era muito trabalho. Fernanda vivia sob ameaças de ser devolvida e de desfazerem o *barlake* pelo mau comportamento que ela apresentava. As agressões passavam, então, a fazer parte de sua realidade. As agressões eram físicas, pelo marido que a punia por seu comportamento reprovável (de seu ponto de vista), e também morais, pelos maus-tratos que continuava a ouvir de sua sogra⁶⁶. O marido de Fernanda não interrompeu as agressões nem quando ela deu à luz o bebê. Ela conta que após o nascimento, precisaria de mais dinheiro, e como o marido não lhe dava e a sogra era quem administrava tudo o que era produzido, ela tinha de trabalhar ainda mais com sua irmã na plantação de café.

Após juntarem algum dinheiro, Fernanda e sua irmã foram embora para Dili, dizendo que estavam indo ver sua irmã mais velha em Laga. Os pais adotivos ficaram muito insatisfeitos com sua vinda para Dili e se recusaram a ajuda-las, dizendo que aquilo prejudicaria sua relação com a família do noivo. Sem o apoio dos pais, as duas alugaram uma casa e começaram a lavar roupas para os vizinhos estrangeiros. Ficaram

⁶⁴ O pai de Júlio já havia falecido e em sua casa viviam a mãe e os irmãos do rapaz.

⁶⁵ Ao que tudo indica, a família de Júlio tinha posses economicamente consideráveis já que tinham pés de café em sua propriedade.

⁶⁶ Tanto Fernanda quanto sua irmã eram rebaixadas por aquela senhora por serem lorosa'e, evidenciando uma "rixa" histórica entre o povo do leste e o povo do oeste.

vivendo sozinhas com o filho de Fernanda naquela casa e juntaram dinheiro, até que foram encontradas por Júlio e por seu irmão mais novo⁶⁷.

Não demorou para que os rapazes viessem morar com suas companheiras em Dili. Para Júlio, que trabalhava na capital, aquilo parecia bem útil, mas não era a melhor opção, pois deixava sua mãe insatisfeita sem ter quem trabalhasse nas plantações e a ajudasse nas tarefas de casa. Isso motivou mais algumas agressões físicas de Júlio contra Fernanda.

O desfecho (temporário) da relação de Fernanda, sua irmã, seu namorado e Júlio, deu-se quando, por razão de uma doença, a sogra das jovens viera para Dili, para o Hospital Nacional Guido Valadares – HNGV. Mesmo em Dili, Fernanda ainda tinha de se reportar a sua sogra e dar a ela o dinheiro que recebia por seu trabalho de lavadeira. O pequeno cômodo alugado, agora abrigava dois casais, uma criança e uma senhora idosa e se mostrava bastante conflituoso. Nele as agressões físicas dos irmãos contra as irmãs se seguiam, e em março de 2015, quando sua irmã teria negligenciado algum cuidado com a sogra enquanto Fernanda estava fora, o namorado da moça a agrediu de forma mais severa. A moça tomou um ônibus para Baucau, indo refugiar-se com sua irmã mais velha e seu marido em Laga. Sem pensar muito, Fernanda fez o mesmo no dia seguinte, levando apenas seu filho e deixando para trás o marido e a família.

Mesmo após toda esta saga, não foi motivada por esses acontecimentos que Fernanda foi para a Uma Mahon. A razão para que ela tenha sido levada ao abrigo, se deu na convivência na casa de sua irmã mais velha, Vera. Antes de prosseguir com o desenrolar da história, é interessante ressaltar que, dada a conjuntura daquela situação, Fernanda e sua irmã não voltaram a procurar seus pais adotivos em Dili. Eles não tinham dado apoio a elas quando Fernanda deixou a casa da família de seu marido, alegando que aquilo causaria problemas entre as famílias⁶⁸. Temos uma dimensão da situação de descolamento em que Fernanda se encontrava frente aos problemas desenvolvidos com a família do marido.

Ao chegar à casa de Vera em Laga, Fernanda conta que ela e sua irmã mais nova foram em busca de lugares para trabalhar, mas seu cunhado, marido de sua irmã mais

⁶⁷ O irmão de Júlio e a irmã caçula de Fernanda começaram a namorar enquanto viviam na mesma casa em Ermera.

⁶⁸ Este pai adotivo de Fernanda era timorense, casado com a mulher indonésia que era irmã dos primeiros pais adotivos indonésios das meninas.

velha, achou melhor que elas trabalhassem na pequena plantação que tinham e ajudassem-na na construção da casa deles. De fato a construção dessa nova casa teria espaço para Fernanda, seu filho e sua irmã caçula, porém Vera e o marido já tinham cinco filhos e ela achava melhor não ficar junto deles por muito tempo.

Vera estava grávida e também tinha problemas com o marido. Esses problemas se deviam a agressividade que Fernanda diz sempre ter feito parte do comportamento do cunhado. A relação de Fernanda e o homem que, juntamente com Vera, a abrigara se tornava mais tensa a medida que ela se mostrava insatisfeita com o trabalho que ele designara para ela. Tanto ela quanto sua irmã mais nova carregavam as madeiras para construir a casa durante tarde, após finalizarem outras atividades na plantação de manhã.

Num dia em que Fernanda ficara sozinha com os sobrinhos menores na casa provisória – palhoça instalada ao lado da nova casa em construção – seu cunhado apareceu à noite e viu seus filhos caminhando pelo terreno sem terem jantado. Irritado o homem bateu nela, dizendo que ela era ingrata⁶⁹ e má por dar aquele tratamento a seus filhos. Ela diz ter ficado incomodada com a agressão, mas entendia que não poderia fazer nada contra ele e também não queria deixar as coisas piores para sua irmã, Vera.

Outra coisa preocupava Fernanda em relação ao seu cunhado. O homem passou a reivindicar que Fernanda e sua irmã caçula fossem tomadas por ele como esposas. Ele alegava que, como Fernanda não era mais casada e não poderia mais voltar para Dili, assim como sua irmã caçula que era solteira, fazia todo sentido que ele as tomasse como esposas. Sua demanda se baseava no fato de que ele já as mantinha como se fossem esposas, sustentava o filho de Fernanda e iria, ainda, receber as irmãs mais novas de sua esposa em sua casa. Isso lhe parecia razões bastantes para justificar que poderia tomá-las como esposas.

Quando aquele homem apresentou tal demanda à sua esposa, ela se mostrou bastante incomodada. Vera disse que se ele insistisse em tomar suas irmãs como esposas ela procuraria o chefe de *suku* para resolver o caso. A mulher ficara notavelmente transtornada com aquilo e achava um absurdo que seu marido quisesse

⁶⁹ Importante notar que uma das maiores ofensas que se pode dar a alguém em Timor-Leste é a pecha de “mau pagador”. Isso reflete a centralidade dos circuitos de dádiva-dívida na organização da sociabilidade cotidiana e na construção do valor moral das pessoas no país, como notam Silva e Simião (2016).

arrumar outras duas esposas, ainda mais sendo estas suas irmãs mais novas. Ao contrário de Vera, a irmã caçula dela e de Fernanda concordava e aceitava ser tomada como esposa do cunhado, justificando a ideia pelo fato de que ele cuidava de todos ali na casa e Vera ainda seria a *fe'en boot*. Diante daquele cenário, a tensão na casa se seguiu.

Fernanda conta que no dia em que o cunhado tentara se deitar com sua irmã mais nova ele foi pego por Vera. Sua esposa furiosa interveio e, durante a briga entre eles, ela foi agredida. Devido ao seu estado de gravidez, Vera precisou ser hospitalizada por ter iniciado um sangramento. Do hospital, em Baucau, as três irmãs foram levadas para o posto policial onde todas registraram denúncias contra o marido de Vera.

Vera denunciou o marido por *violensia domestika*. A irmã mais nova reportou a tentativa de estupro cometida pelo cunhado. Foi somente na delegacia que Fernanda relatou ter sido violentada pelo marido de Vera. Foi igualmente diante dos policiais que ela também contou que foi agredida por ele no dia em que foi pega sendo “descuidada” para com as crianças. Ela contou ainda sobre a agressão que sofreu ao ter ameaçado aquele homem de contar para Vera que ele a assediava. Fernanda diz nunca ter tocado no assunto por não querer causar problemas à família de sua irmã.

As três irmãs foram encaminhadas para a FOKUPERS e o marido de Vera foi preso⁷⁰. Fernanda e sua irmã ficaram em Dili, na Uma Mahon e a irmã mais velha ficou na casa de trânsito em Suai com seus filhos, devendo ser transferida para a Maria Tapô, abrigo em Maliana, até que resolvesse sua situação e o marido fosse julgado.

Há algo de muito chamativo nesses casos. Por um lado as agressões físicas (*violensia domestika*) sofridas por Fernanda e sua irmã caçula nunca foram denunciadas por elas contra seus companheiros de Ermera. A polícia não foi acionada nem mesmo em Dili quando estes vieram atrás delas e o marido de Fernanda a agrediu por ter fugido de casa. Em Laga as agressões que Fernanda e Vera sofreram também não foram denunciadas durante todo o tempo em que se limitaram ao caráter físico do ato. A questão muda de figura quando o marido de Vera quer tomar as irmãs de sua mulher

⁷⁰ Fernanda não sabe se o cunhado foi solto após a prisão em flagrante pelo crime de *violensia domestika*. Ele foi detido logo após levar a mulher para o hospital, e desde então, Fernanda não havia tido mais contato com ele nem com Vera. É provável que a razão por ele ter sido detido tenha sido a tentativa de estupro.

como esposas. Ali o insulto configurado pela intenção do marido fica mais evidente, principalmente quando ela ameaça procurar o chefe de *suku*.

Quando aquele homem tenta ter relações sexuais com sua cunhada mais nova e é pego, desencadeando a agressão que levou Vera ao hospital e posteriormente à delegacia é que surgem os relatos das agressões físicas e do estupro sofridos por Fernanda. Mesmo Vera, só relata as agressões que o marido cometia contra ela no momento em que é levada para a delegacia após a tentativa daquele homem de estuprar sua irmã mais nova. É somente com a intensificação das tensões que as ofensas centrais surgem e a polícia é acionada para que se reportem todos os casos ocorridos desde o início da convivência deles.

No abrigo, a situação das duas jovens era delicada. Elas não queriam ficar em Dili para não voltarem a se encontrar com o marido de Fernanda ou com sua família e também não podiam recorrer aos seus pais adotivos, pois eles nunca apoiaram a separação de Fernanda nem sua volta para Dili após deixar Ermera. O caso delas é bastante peculiar porque ambas não estavam na Uma Mahon por correrem riscos e precisarem de suporte para curar traumas. Fernanda não se sentia ameaçada pelo marido ou pela família dele, o que acontece é que ela e sua irmã simplesmente não tinham a quem recorrer ou para onde ir⁷¹. Sua última opção era a irmã, Vera, que naquela época estava numa situação tão delicada quanto a delas.

O relato de Fernanda me fez pensar sobre como o não cumprimento de certas relações familiares e de certas obrigações pode colocar as pessoas em situações bastante delicadas, especialmente em Timor-Leste. Sua trajetória foi marcada pelo “não comportamento adequado” em diversas esferas, o que lhe causou diversos problemas, mesmo que sua intenção fosse sempre de evita-los.

Fernanda não seguiu alguns pressupostos hierárquicos na família de Júlio quando se casara. Por vezes era questionadora e não aceitava, por exemplo, o fato de não ter para si parte do dinheiro ganho por seu marido. Também tinha embates com a sogra por não concordar com trabalhos designados para ela e sua irmã enquanto a matriarca não desempenhava as mesmas funções. Por vezes apanhou do marido como

⁷¹ Fernanda chegou a encontrar sua mãe biológica algumas vezes, mas diz que ela é louca. Ela nunca teve contato com nenhum outro irmão além de Vera. Seu pai já era falecido. O casal que cuidara dela até que ela fosse entregue junto da irmã caçula para seus pais adotivos tinham paradeiro desconhecido por ela. Até o último dia de campo, Fernanda não tinha muita expectativa do que fazer com seu filho e sua irmã.

resposta a esses comportamentos queixosos, mesmo durante a gravidez. Por essas razões, Fernanda vivia ainda sob as ameaças de ser responsável por Júlio e sua família desfazerem as trocas matrimoniais estabelecidas com sua família adotiva.

Os próprios pais adotivos de Fernanda, por exemplo, romperam ligação com ela no momento em que ela saiu de Ermera e veio para Dili sozinha com o filho e a irmã. Eles sabiam que aquilo poderia representar um rompimento sério entre as duas famílias que selaram uma união através do casamento de Fernanda e Júlio. De fato a situação dela era complicada por não ter a quem recorrer e sua última opção ser a família do marido de quem fugira há mais de um ano, na época em que conversamos.

Estar na Uma Mahon significava para Fernanda ter onde ficar, primeiramente. Era uma questão prática já que as opções que tinha, que eram seus pais e seu marido, as quais certamente lhe trariam problemas de outras ordens. Ela corria sérios riscos de não ser aceita pela família de Júlio. Seus pais provavelmente lhe repreenderiam fortemente. Diante daquilo não lhe restava muito além de aguardar ser chamada para os julgamentos do caso em que era a lesada e nos quais serviria como testemunha das irmãs.

4.3 – Como e onde se cruzam essas histórias

Feitas as apresentações dos casos daquelas *mitra*, por mais que elas representem diferentes trajetórias é possível relacionar, em alguma medida, suas histórias. Pode-se discutir em que essas histórias se aproximam e em que se distanciam; quais as questões centrais que emergem dessas narrativas e o que pode se refletir, a partir delas, dos significados que elas atribuem à sua experiência e o que trazem em seus discursos que nos ajudam a pensar densas questões que estão em jogo nesse campo da *violensia domestika*.

Os quatro relatos apresentados contam histórias reais de mulheres em Timor-Leste que tiveram seus casos de *violensia domestika* entregues para serem resolvidos na justiça do Estado. Em diferentes momentos de seus percursos elas encontraram-se com a FOKUPERS, que passou a ser a mediadora de suas relações com o sistema formal de justiça. Mais do que isso, para todas as quatro a FOKUPERS proveu a segurança de que necessitavam e/ou o afastamento de seus grupos e das situações em que se encontravam, como reclamado por algumas delas.

Todas essas mulheres recorreram à polícia e à LKVD em algum momento, mesmo que tenham feito isso por diferentes razões. Refletindo sobre as motivações que as levaram a procurar a polícia, vemos que Julia , por exemplo, da primeira vez que foi levada à Uma Mahon, não tinha feito uma denúncia contra seu agressor, por mais problemas que relata ter vivido com ele. A denúncia foi feita por pessoas no hospital que viram a agressão e entrevistaram. Isso já nos traria bons indicativos sobre como a linguagem da *violensia domestika* tem se instaurado em Timor-Leste. Mais ainda, a partir desta situação podemos perceber como os sentidos sobre essa *violensia* podem ser demonstrados e percebidos de diferentes formas. Para as pessoas que estavam no hospital e presenciaram aquela agressão física, parecia absurdo que ela estivesse apanhando do companheiro. Julia , por si não teria procurado a polícia, talvez porque não quisesse causar problemas ao namorado, talvez porque não sentira que devesse fazê-lo, mas tais considerações não se mostraram para ela e para os que presenciaram e se indignaram com a situação, acionando a polícia, da mesma maneira.

Já na segunda vez em que a jovem se envolveu com a polícia sobre um caso de *violensia domestika*, ela foi pessoalmente e sozinha até a delegacia prestar queixa contra seu cunhado, porém, o que motivou sua ida foi o desagrado de ter sido impedida de levar seu filho que já estava há meses morando com a família do pai. Aí sim encontra-se o seu incomodo central: não seria um grande equívoco dizer que esta se incomodou mais com o destrato da sogra e com as restrições sobre seu filho e ser chamada de cadela do que com a agressão física que sofreu de seu cunhado.

Odete tinha em comum com Julia o fato de querer para si os filhos para poder então retomar seu emprego público, mas temia por sua segurança após as agressões e ameaças do marido. Ela ansiava também pelo divórcio dele, e demonstrava não ter apoio de ninguém em sua família nessa decisão nisso, exceto a FOKUPERS que insistia que este era um direito seu. Odete era, também, a única das *mitra* que tinha o desejo de que o marido fosse preso. Seu caso é uma boa forma de contrapor as aspirações que cada uma das *mitra* têm/tinha ao envolver-se com a judicialização (RIFIOTIS, 2008 e 2014) de seus casos. Fernanda, Julia e mesmo Augusta nunca quiseram, até certo ponto, “causar problemas” envolvendo a polícia para a resolução de seus casos. O mesmo não acontece com Odete que passadas algumas agressões decide envolver a polícia desejando que o marido, do qual ela pretende se livrar, seja preso. Odete demonstra se sentir profundamente ofendida com as repetidas agressões físicas que

sofria e com o tratamento que recebia do marido, assim como a falta de apoio que os parentes dele lhe prestavam.

Augusta, a mulher de Atambua, nunca quis “causar problemas” para/com o marido que a agredia repetidas vezes. Suas principais ofensas naquela relação, o que fez com que ela quisesse deixar Timor-Leste e voltar para sua terra natal com a filha era a forma como se sentia insultada em ser a segunda esposa e a posição que ocupava dada essa condição. O marido ter tido o nono filho com a *fe'en boot*, não tratá-la publica e abertamente como sua mulher, deixando-a em casa enquanto a primeira ia para eventos familiares era o grande problema. Essas foram as razões que fizeram com que ela quisesse sair daquela situação. A própria denúncia foi feita apenas para que ela pudesse ter abrigo e não precisasse voltar com sua filha para a casa do marido. Ter feito a denúncia, na verdade, trouxe a ela apenas mais um impedimento legal em deixar o país. Ela ficava, de certa forma, presa naquele território e naquele abrigo até que fosse resolvida a situação do marido denunciado por ela pelas agressões cometidas.

Por último, com Fernanda, percebemos como os sentidos atribuídos às agressões físicas e às suas consequências (como as ofensas e as respostas adotadas em relação à agressão) são tão variáveis quanto as pessoas que as experimentam, e o são, muitas vezes, notavelmente diferentes daqueles pretendidos pela ONG. Fernanda fora agredida por seu marido repetidas vezes em Ermera, e depois em Dili. Quando fora viver em Baucau, sofrera novas agressões físicas por parte do cunhado com quem morava. Lá, do mesmo modo que em Ermera, nunca buscou tratamento judicial para os ocorridos. No que diz respeito ao cunhado, seu último agressor, tudo foi trazido à tona quando ele tentou violentar sua irmã mais nova e agrediu Vera, sua irmã mais velha. Ali sim Fernanda contou tudo o que sofreu, inclusive que teria sido violentada, o que preferiu não contar a ninguém para evitar criar mais problemas para a família de sua irmã.

O que se percebe, não apenas no caso de Fernanda como também no de Augusta e no de Julia é que, muitas vezes, o sentido da ofensa não está na agressão física em si, o que nos leva a uma discussão sobre o insulto moral conforme definição de Luís Roberto Cardoso de Oliveira. O insulto moral (OLIVEIRA, 2008) é gerado a partir de uma agressão que não é traduzida especificamente na dimensão e nas evidências materiais do ato. Ou seja, o insulto moral não se encapsularia, por exemplo, nas consequências materiais de uma agressão física (dor ou hematomas). Para entender o

insulto moral como proposto por Cardoso de Oliveira é necessário reconhecer a desvalorização sentida por quem sofre a agressão, que percebe aquele ato/atitude enquanto ação de desvalorização ou ato de desconsideração de sua pessoa. Os insultos morais gerados nessas três histórias foram outros e, diferente do caso específico de Odete, não estavam enraizados no ato da agressão física em si.

Para Augusta, como vimos, ser a segunda esposa sem saber da existência da primeira, não ser reconhecida socialmente perante a família do marido e ter que conviver com a chegada do nono filho de seu marido com a *fe'en boot* foram as principais ofensas que fizeram com que ela se sentisse desconsiderada e quisesse deixar a convivência com o companheiro. Não ter respondido a algumas das agressões que sofria quando reclamava da situação na qual vivia, para evitar que fossem criados novos “problemas”, foi apenas uma forma dela em lidar com a situação na qual se encontrava. Apanhar do companheiro, por mais que a incomodasse, não ocupava o mesmo patamar em que ela colocava esses tratamentos decorrentes de sua posição de *feto kiik*. Na mobilização discursiva que ela fez durante a conversa, foi somente ao falar da pesquisa demográfica e de ter ficado em casa durante as festas de família e os feriados que ela demonstrava estar profundamente ofendida⁷². O ato de desconsideração que ela demonstra sentir está principalmente nessas posturas do marido em relação a ela, que não se materializam no uso da força física. O sentido de agressão como violência está aqui claramente associado a um insulto moral. Essa construção social da percepção da violência já fora notada por Simião (2015) em sua pesquisa de 2003. Segundo o autor, já na consulta sobre a legislação proposta naquele ano, ficava claro que muitas mulheres entendiam como violência atos que pareciam menos graves para a sensibilidade legal moderna, enquanto não viam como tal as agressões físicas que tanto marcavam o discurso das ONGs para o combate à *violensia domestika*⁷³.

Como veremos mais claramente no capítulo seguinte, “causar problemas” pode ser uma interpretação para “valer-se de direitos” como busca assegurar a FOKUPERS. No caso da jovem de Lospalos que foi abusada pelo pai, ter procurado a polícia e seguir adiante com o processo era justamente “causar problemas” à sua família dado que eles ficariam prejudicados com a condenação daquele homem à prisão. Esta expressão tão

⁷² Augusta ficou em prantos ao falar dessas situações e mostrava o quanto se sentia ofendida com aquilo, principalmente por sua condição de isolamento e distanciamento em relação à sua família original.

⁷³ Não poderei explorar neste trabalho as contradições decorrentes destas distintas formas de conceituar a violência, mas pretendo fazê-lo, a partir de material de campo ainda não analisado, em trabalho futuro.

significativa do *halo problema* é fundamental, pois aparece nas posturas de Julia , de Augusta e de Fernanda para justificar o porquê de elas não terem recorrido as “autoridades responsáveis” todas as vezes e em cada situação de agressões físicas às quais foram expostas. Julia não queria tornar a relação com seu companheiro, que já procurava por uma esposa, ainda mais complicada. O fato de ele querer outra esposa era, inclusive, o problema principal de seus conflitos com o namorado, para além do fato, é claro, de seus embates com a sogra e as cunhadas uma vez que ela tanto descumpria e desobedecia às regras hierárquicas etárias que lhe atribuía desempenhar determinadas funções no cuidado da casa. Mas era o namorado procurar por “uma esposa” que mais fazia a jovem se sentir desconsiderada e levantar o questionamento: o que eu estou fazendo aqui se ele procura uma esposa?

Fernanda também não quis causar problemas com o marido em Ermera e, principalmente, não quis causar problemas para Vera e seu marido. Também foi por não querer causar problemas que Fernanda nunca contara sobre a violência sexual nem sobre as agressões que sofreu do cunhado, o que mudou uma vez que Vera, extremamente ofendida com o desejo de seu marido em tomar suas irmãs como esposas e ter tentado violentar a caçula, o denunciou para a polícia, o que motivou Fernanda a fazer o mesmo.

Vemos, a partir destes relatos e das questões que eles levantam, que os significados atribuídos pelas *mitra* às agressões físicas que sofreram e suas posturas diante delas são distintas entre si, revelando importantes dissidências do pensamento da própria FOKUPERS que as acolhe. Esta ONG, como tantas outras, atribui como causas da *violensia domestika* a pobreza, a falta de dinheiro e emprego, o consumo excessivo de álcool, o envolvimento dos homens com jogos e brigas de galo, a dependência financeira da mulher em relação ao marido, as tradições culturais que colocam as mulheres em situação de desvantagem e subalternidade em relação aos homens etc. Todas estas justificativas desenraizam as razões particulares, contextuais e relacionais da convivência entre o casal, como bem explorado por Moore (1994). No caso de cada uma destas *mitra*, razões próprias à relação entre o casal geraram os conflitos que levaram as agressões, o que não coadunam, em grande medida, com o que é entendido pela FOKUPERS. As relações dos companheiros com outras mulheres, por exemplo, são marcantes nos relatos de Julia , Augusta (que era a segunda esposa) e Vera, irmã de Fernanda. Mais do que isso, os casos mostram que as atitudes entendidas pela lei como

violensia domestika são produzidas em um contexto relacional que vai bem além da relação conjugal. Essas atitudes estão relacionadas às expectativas de conduta da nova esposa que chega a uma casa e à forma como ela é ou não incorporada na família do marido. Julia, por exemplo, nunca fora reconhecida pela família do namorado enquanto sua mulher. Não foram feitas as trocas matrimoniais nem mesmo os acordos estabelecidos entre as famílias que têm como objetivo negociar – precedendo, portanto – tais trocas. A relação conflituosa estabelecida com sua sogra e cunhadas lhe causavam tantos problemas e ofensas quanto o não reconhecimento de sua condição de pessoa⁷⁴ materializada através do xingamento do cunhado que a chamara de cadela antes de lhe dar o soco. Augusta também não era reconhecida como mulher (e mal o era enquanto pessoa) pela família de seu marido. Sua condição de segunda esposa, desaprovada pela família do marido, indica bem a situação de não inclusão em que ela se encontrava devido o não estabelecimento de relações entre sua família e a família do homem com quem tivera uma filha e teve de viver em Timor.

Por essas razões pode se perceber como os casos relatados pelas *mitra* da Uma Mahon, expressam características de formação dos conflitos conjugais que culminaram nas agressões físicas como expressões mais claras de conflitos de expectativas sobre à integração ou não das novas mulheres que chegavam à casa do marido do que de problemas estritamente “conjugais”. O caso de Julia mostra, por exemplo, como se criam complicações uma vez que não se obedecem às regras da hierarquia etária, já que a jovem não colaborava com os trabalhos domésticos, o que incomodava sua sogra e cunhadas. Muitos dos problemas que Fernanda enfrentou com Júlio, seu marido, se deveram igualmente ao fato de ela contestar a hierarquia com as mulheres da família dele em Ermera.

A família de Julia não a reconhecia enquanto pessoa porque não havia vínculos (mencionados em seu relato) entre seus familiares e os familiares de seu ex-namorado. A família do marido de Augusta, sequer a reconhecia como pessoa, quanto mais como esposa do marido uma vez que ela chegara sozinha, depois da filha, semanas após o marido ter trazido a menina. Diferente delas, Fernanda foi para Ermera, após se casar com Júlio, quando já tinha sido pago o *barlake*, as relações com a família do marido haviam sido estabelecidas e tudo funcionada “conforme”, até que ela passa a contestar a

⁷⁴ A respeito da construção da pessoa em contextos de dívida e dádiva faço referência ao trabalho de Silva e Simião (2016).

hierarquia local, a hierarquia da casa com a sogra. Estas mostram-se todas mulheres em situação de liminaridade (Victor Turner) nas quais não estão apenas excluídas da condição de pessoa, mas também da possibilidade de virem a se tornar pessoas.

É possível indicar como aquelas mulheres não foram integradas às famílias dos homens com quem se relacionavam. A única que aparenta ter passado pelos processos de integração mostra ter desobedecido aos preponderantes hierárquicos que estruturam as relações numa casa. Várias das situações de agressão física que essas mulheres passaram tem a ver essa construção das relações dentro da casa e de suas posições enquanto pessoas e enquanto mulheres de seus companheiros. Essas razões são apontadas pelas próprias *mitra*, diferentemente das razões vocalizadas por diferentes agentes no campo das ONGs às quais elas sequer fazem menção. Os problemas apontados pelas organizações no campo da sociedade civil, que justificariam a existência da *violensia domestika* como a *kultura*, o *barlake*, consumo de álcool, jogos, desemprego entre outras, não se mostram no conjunto de principais razões que as *mitra* levantam em seus relatos. Tudo isso nos ajuda a relativizar algumas noções que se criam sobre direitos plenamente universalizáveis (como os direitos humanos, os direitos das mulheres), sobre as razões que parecem universais em Timor-Leste para explicarem o fenômeno da *violensia domestika* e sobre situações e configurações relacionais que também são pretendidas enquanto plenamente universalizáveis. Afinal, a partir dos relatos trazidos aqui, podemos refletir sobre particularidades de cada uma destas histórias que não se aplicam estritamente às justificativas e leituras feitas pela ONG sobre o fenômeno da *violensia domestika*.

Por último, sobre as notas referentes aos casos destas mulheres e da relação delas com a FOKUPERS, com o recurso à LKVD e com seus agressores/grupos familiares, é preciso notar como, ao se recorrer à judicialização dos casos de *violensia domestika*, tensões e conflitos outros são gerados ou intensificados entre as partes envolvidas. Augusta, ao contar sua história, deixa muito claro como judicializar um caso de *violensia domestika* pode colocar a própria denunciante numa situação tão delicada quanto não denunciar. Ela estava restrita na Uma Mahon por não ter a quem recorrer em Timor e mais do que isso não poderia deixar o país até resolver a situação judicial de seu ex-companheiro, correndo ainda o risco de ele reclamar a guarda de sua filha. É ainda mais expressivo que ela não tivesse o objetivo de acionar a polícia ou de

“se valer de seu direito” de buscar justiça pelas agressões cometidas, o que a FOKUPERS *necessitou garantir* para que pudesse abrigá-la.

Em situação tão delicada quanto Augusta estava Julia, que também não podia pegar o filho da família de seu ex-companheiro e tinha uma relação tensa com aquelas pessoas. Se nos atentarmos ao ocorrido no dia do julgamento de seu ex-cunhado, denunciado por ela pelo crime de *violensia domestika*, o fato de eles terem ficado em lados opostos da delegacia que sediou o julgamento, como sugerido por Lili para evitar problemas, indica o tamanho nível de tensão entre as partes. O grupo do arguido daquele caso era composto por vários membros de sua família, incluindo seu irmão policial (ex-namorado de Julia) e amigos de corporação deste último. Julia tinha consigo apenas os dois primos e a equipe da FOKUPERS. Para ir visitar o filho, desde o dia em que foi agredida pelo ex-cunhado e acionou a polícia, a jovem só vai visitar o filho na casa do pai acompanhada daqueles dois primos que foram com ela ao tribunal.

4.4 – Considerações finais

Até aqui conhecemos o espaço da Uma Mahon e algumas das histórias que ela abriga. Os diálogos que produzi dentro da Uma Mahon, com mulheres que estavam ou estiveram sob o suporte da FOKUPERS, foram muito importantes para pensar possibilidades de contextos a partir dos quais as mulheres timorenses decidem judicializar uma situação conflituosa, buscando resolver seus problemas que envolvam o uso da força e agressões físicas em suas relações conjugais ou familiares. Foi possível perceber como as razões que as levaram a fazer as denúncias, as situações nas quais se encontravam e as trajetórias delas eram diferentes entre si.

As demandas e expectativas que aquelas mulheres tinham em relação aos casos eram diferentes, tanto quanto suas ofensas e insultos particulares à cada contexto. Toda a linguagem sobre os direitos das mulheres não tinha caráter catalisador para as denúncias feitas por elas. Com isso quero dizer que, aparentemente estes não eram os principais mobilizadores para as denúncias feitas pela maioria delas.

Diante disso é possível perceber algumas dinâmicas que estão em funcionamento quando as *mitra* recorrem (ou são levadas a recorrer) à polícia e ao

sistema formal de justiça e encontram a FOKUPERS como agente mediadora nesta jornada. Várias tensões permeiam e compõem este campo, de modo que se torna inescapável discutir como se dá a atuação desta ONG em relação às mulheres que ela assiste. Aqui vimos quem são algumas dessas mulheres, quais as suas histórias, como elas contam e dão significado àquilo que vivenciaram em relação à *violensia domestika*, quais posturas adotam frente às suas experiências e algumas das tensões geradas uma vez que recorrem à judicialização de seus casos. Para adensar a discussão sobre o papel da FOKUPERS nesse campo da *violensia domestika* e para entender em que medida ela atua na produção de indivíduos e em processos de transposição da modernidade veremos, no próximo capítulo, como funcionam as relações dessa ONG com as famílias das *mitra* e quais as tensões que se estabelecem a partir de sua prática e das posturas adotadas por sua equipe no cotidiano da organização.

Capítulo 5

FOKUPERS: transpondo sentidos e assegurando alguns direitos

Este capítulo tem como objetivo discutir algumas relações estabelecidas entre a FOKUPERS e as *mitra* por ela assistidas que estiveram abrigadas na Uma Mahon em diferentes momentos durante o período de desenvolvimento da pesquisa de campo. Ao longo da discussão serão abordadas algumas das dinâmicas de funcionamento da Uma Mahon e serão trazidos relatos sobre conflitos entre familiares das *mitra* e o staff da ONG. Tais conflitos foram causados pelo desacordo entre estes atores a respeito da concessão de abrigo às *mitra*. Por último, reflete-se sobre tensões decorrentes do recurso à LKVD e da prestação de serviços por parte da FOKUPERS às *mitra*. Ao disponibilizar abrigo na Uma Mahon, a FOKUPERS se torna palco de significativas tensões, principalmente ao assegurar a guarda dos direitos das mulheres por ela assistidas. A discussão gira em torno das experiências no cotidiano do escritório da FOKUPERS e nas histórias das *mitra* que lá estiveram em diferentes momentos durante meu acompanhamento junto à ONG.

5.1 – As *mitra* sob os cuidados da FOKUPERS

Minhas visitas à Uma Mahon não foram tão frequentes a ponto de me permitirem fazer uma extensa etnografia sobre a rotina daquele espaço e sobre as relações lá construídas, mas ainda assim foram muito produtivas no sentido de me permitir interagir, em diferentes momentos, com as *mitra*. Pude interagir bastante com algumas delas, tanto nas socializações promovidas pelo setor de assistência legal, quanto nas dinâmicas recreativas de Guiomar, na celebração de natal ou nas conversas que tivemos quando fiz visitas ao abrigo nas quentes tardes de dezembro, a fim de ouvir seus depoimentos. Ouvi suas histórias, ouvi sobre suas vidas e sobre lugares de Timor que não pude conhecer, soube mais sobre seus casos, processos, situações e relações com suas famílias.

Mesmo não tendo etnografado em profundidade – ou com minuciosa riqueza de detalhes – as relações constituídas no abrigo é importante entender a Uma Mahon como

parte central do funcionamento da FOKUPERS para perceber qual o papel que ela desempenha nas relações de mediações estabelecidas entre as mulheres que ela abriga e as redes familiares às quais elas pertencem. Uma vez levadas para a casa abrigo, são cumpridos uma série de procedimentos que impedem as *mitra* de deixarem-na a hora que bem entenderem. Essa é uma questão controversa que será analisada de forma mais precisa adiante. Por agora é o bastante ter em vista que o abrigo concedido pela FOKUPERS às mulheres assegura o afastamento delas de seus grupos de imediata convivência, isto é, de seus maridos e familiares. Esse afastamento certamente não é experimentado da mesma forma por todas as famílias das quais aquelas mulheres fazem parte – nem por elas mesmas. Se considerarmos casos como os de Augusta e o de Fernanda, ambas *mitra* cujos casos foram apresentados no capítulo 4, que não tinham um grupo familiar que reclamasse por elas ou por sua saída da Uma Mahon, percebemos uma situação de isolamento daquelas mulheres. Esses casos, apesar de possuírem uma complexidade particular e de levantarem uma série de questões próprias, como explorado anteriormente, não servem para que se possa discutir outro conjunto de tensões, os quais se dão entre a FOKUPERS e os familiares das *mitra*. E é nisso que nos concentraremos agora, em refletir sobre como esta ONG se configura num tenso campo de interações, dando vazão a vários conflitos que se materializam em seu escritório entre os familiares das *mitra* e a equipe que atua na assistência destas.

Ao narrar alguns fatos a seguir trago para a discussão situações que ilustram algumas dessas tensões materializadas na sede da ONG, muito frequentemente no hall comum em frente ao escritório do setor de Assistência Legal. A sede da ONG é o mais próximo que familiares das *mitra* chegam delas, uma vez que nenhum deles está permitido a ir até a casa abrigo. Sejam maridos, pais, mães ou filhos (que não tenham sido abrigados junto de suas mães), nenhum familiar tem acesso ao abrigo. Nos casos em que “não haja problemas”, ou seja, se as equipes de Assistência às Vítimas ou de Assistência Legal não considerarem que a mulher esteja ameaçada por encontrar seus familiares, são promovidos encontros entre eles no escritório da FOKUPERS. Nem sempre isso se dá de maneira não conflituosa como veremos a seguir.

O soldado

Ao voltar do almoço num dia que estava sendo marcado por grande agitação no escritório da FOKUPERS, presenciei uma acalorada discussão entre Judite, diretora da

Uma Mahon e um homem que agredira sua esposa grávida de oito meses na noite anterior. O clima era de tensão desde aquela manhã quando foram iniciadas todas as mobilizações para atender caso de tamanha delicadeza. Tratava-se de uma agressão severa perpetrada por um soldado das Forças de Defesa de Timor Leste - FDTL contra sua esposa, o que fez com que ela fosse levada às pressas para o Hospital Nacional Guido Valadares - HNGV em Dili. Diante da situação foram tomadas algumas rotinas de praxe para aquele caso. Toda a equipe fora mobilizada para prestar atendimento emergencial para aquela mulher: a integração com a PRADET foi acionada para garantir o laudo que atestava a agressão sofrida; os contatos com o Ministério da Solidariedade Social - MSS foram estabelecidos para custear os exames que não puderam ser feitos no Hospital Nacional; e as equipes de Assistência Legal e a de Apoio às Vítimas (do abrigo) já se comunicavam para levar aquela mulher a uma clínica particular para ter o atendimento adequado o mais breve possível. Era preciso garantir que naquela clínica fossem feitos os exames que dessem a real situação daquela mulher, do bebê e os riscos que eles corriam.

O soldado das FDTL em questão chegara a FOKUPERS acompanhado de um colega de corporação. Ambos estavam fardados e sentados em silêncio nas poltronas que, geralmente, são oferecidas para as conversas e encontros das *mitra* com seus familiares, ou das *mitra* com a equipe de Assistência Legal, que fica entre o escritório do setor e a sala de triagem⁷⁵. Eles foram orientados a aguardarem lá por *mana* Zinha, que havia ficado no setor enquanto Lili e Augustina foram até o MSS representando a equipe de Assistência Legal. Cumprimentei Zinha em nossa sala e me dirigi até a garagem, ao lado da varanda, onde estavam os soldados. O humor na garagem, com os motoristas não estava animado, como de costume. Não era para menos. O clima de tensão apenas aumentou com a chegada da diretora Judite, que havia saído cedo e ficado fora durante todo aquele dia, ocupada com o caso.

A conversa entre eles, que se dava em tom bastante sério, serviu apenas para que o jovem soldado fosse lembrado da gravidade que tiveram seus atos de agressão contra a esposa grávida. A diretora estava lá para isso. Ela assumiu uma postura bastante repreensiva naquela situação, argumentando que não havia justificativa para o que ele

⁷⁵ Esta sala era onde se recebiam as mulheres que chegavam à ONG para serem ouvidas e decidir-se sobre o que seria feito com ela, se iria para o abrigo, se retornaria para casa, quais eram as suas necessidades etc. A sala era também o arquivo de todo o histórico de casos de mulheres agredidas atendidas pela ONG.

havia feito à gestante. Aquilo era ainda pior devido ao fato de ter vindo de alguém que deveria “proteger a nação” e tratava daquela forma sua própria família. Segundo a fala de Judite havia um grande peso moral na agressão cometida por ele, o que era composto pela altura em que a gestação estava e pela função que o jovem soldado ocupava, de defender o país.

Na oportunidade em que teve para responder a diretora, o homem alegava que “as ONGs nunca queriam ouvir o que as mulheres faziam”, sugerindo que ele tinha suas razões para ter cometido aquela agressão. Isso não fazia parte da leitura de Judite. Sua resposta ao argumento do soldado era a de que ele teria de responder na justiça pelo que fizera, explicando para o juiz porque havia feito aquilo. A denúncia já havia sido feita, cabia-lhe apenas ser chamado a qualquer momento para responder pelo crime cometido.

A diretora orientou o soldado a ir para casa e aguardar lá por notícias de sua esposa. Após receber alta da clínica a mulher seria encaminhada para a Uma Mahon e ficaria lá até que sua família chegasse para buscá-la⁷⁶. O militar, no entanto, exigia saber onde a mulher estava para poder vê-la. Seus planos foram contrariados pela posição irredutível da diretora que respondeu à sua solicitação com um “a mulher do senhor agora está sob cuidados da FOKUPERS”. Naquela situação, diante de tal resposta, não restava muito para aquele homem fazer ou argumentar. Ele agradeceu o tempo e a atenção e, se mostrando contrariado, saiu da varanda em direção ao estacionamento, subindo em sua moto com seu acompanhante e deixando a ONG.

Para aquela situação, na ótica da diretora, não cabia ao marido ver sua esposa, nem saber onde ela estava porque quem iria cuidar dela era a FOKUPERS. O papel de proteção desempenhado pela ONG definiu, naquela situação, alguns limites de acesso do marido em relação à mulher que fora agredida. De acordo com os objetivos de proteção individual para aquela que agora se tornara *mitra* da FOKUPERS, o marido deveria ficar afastado até que se entendesse ser de bom termo que eles se encontrassem. Isso chama a atenção para alguns limites reconhecidos e criados pela Organização para negociar as agências das mulheres envolvidas em casos de *violensia domestika* – e que recebem assistência por parte dela – em relação aos seus familiares⁷⁷.

⁷⁶ Os familiares da moça vinham de outro município.

⁷⁷ É importante fazer a ressalva de que as visitas, passado algum tempo de permanência das *mitra* no abrigo, são permitidas, mas os maridos agressores, a quem se refere como perpetradores (*perpetrators*),

O marido

Tensões entre os maridos e famílias das *mitra* com o staff da FOKUPERS eram frequentes e há, pelo menos, mais duas situações que me parecem bastante pertinentes para entender alguns impactos possíveis na vida daqueles e daquelas que se envolvem com a justiça formal para resolverem problemas de *violensia domestika* e que se inserem no campo de influência daquela ONG. Refiro-me particularmente a impactos causados pela concessão de abrigo às mulheres agredidas ou sexualmente violentadas, uma vez que tal concessão implica no afastamento delas de suas casas e em seu retiro na Uma Mahon durante uma temporada. Vejamos, por exemplo, mais um caso que se passou na porta do escritório do setor de Assistência Legal numa tarde ainda em novembro, quando eu não frequentava o abrigo.

Dois homens chegaram ao escritório da FOKUPERS: um deles era o marido de uma *mitra* – que estava na Uma Mahon – e o outro era pai do primeiro. Eles queriam levar a esposa/nora de volta para casa. A mulher pela qual eles procuravam tinha dado entrada na Uma Mahon havia algumas semanas, após fazer uma denúncia de *violensia domestika* contra o marido. Os dois foram recebidos por Zinha e Lili que os orientaram a voltar para casa e esperarem até o julgamento, ou então esperarem que a mulher fosse consultada sobre a possibilidade de encontrá-los outro dia. As duas buscavam lhes explicar que eles não poderiam ver e sequer levar de volta a mulher que procuravam quando bem entendessem, pois uma série de procedimentos deveria ser cumprida antes.

O marido insistiu que tinha o direito de levar a esposa e acusou a FOKUPERS de atrapalhar a família dele, lhe criando problemas. Os ânimos se exaltaram e Lili acabou por lembrá-los das agressões cometidas pelo marido e do quanto traumatizou sua esposa com tais atitudes, fazendo com que ela precisasse se afastar e receber abrigo na Uma Mahon. Ela enfatizou ainda que ele teria de esperar, já que agredira sua mulher e deveria agora resolver seus problemas no tribunal, explicando-se para o juiz.

Os homens se retiraram e Lili voltou a conversar comigo e com os demais membros que estavam na sala de Assistência Legal naquele momento sobre o que acabara de acontecer. Lili achava um absurdo que um homem batesse na mulher e depois viesse atrás da ONG: “malcriado”, dizia ela incomodada. Por vezes ouvi Lili

recebem maiores restrições em fazê-lo. Outros familiares (pais, irmãos etc.) têm maior facilidade em se encontrar com as *mitra*.

repetir coisas como “os homens batem, as mulheres se afastam e eles culpam a ONG quando na verdade os culpados são eles”, o que ajudava a entender sua irritação decorrente daquela interação em particular com o marido que culpava a FOKUPERS de atrapalhar sua família. Do ponto de vista de Lili, era o homem o responsável pelos problemas que estava enfrentado, como ter de ficar afastado de sua mulher, por exemplo. Para aquele marido, entretanto, era a FOKUPERS a responsável por lhe causar problemas, por atrapalhar sua família.

A resposta negativa de Lili – assim como a de Judite ao soldado que agredira sua esposa grávida – era uma postura a ser adotada pela FOKUPERS frente à iniciativa de familiares das *mitra* que iam até lá para vê-las ou buscá-las. Caso desejassem uma visita era necessário que maridos ou familiares primeiro solicitassem um encontro para então a ONG avaliar as condições de *trauma* e de segurança da *mitra*, assim como sua própria vontade em encontrá-los. Deste modo eles não poderiam chegar ao escritório da ONG e encontrar imediatamente a *mitra* que procuram. Esse procedimento de solicitação de visitas por parte dos familiares era específico para que fossem promovidos encontros com suas parentas abrigadas na Uma Mahon, de modo que, caso a equipe considerasse possível promover tais encontros, a *mitra* viria até o escritório para receber a visita de seu marido e/ou de sua família. Esse encontro não dava aos familiares o direito de levar a *mitra* de volta para casa. Deixar o abrigo implicava um protocolo bem diferente, como veremos adiante.

O desejo de um marido em retirar sua esposa da Uma Mahon, como no caso relatado aqui, não era suficiente para que uma *mitra* deixasse o abrigo. Isso é compreensível já que de acordo com a ética de funcionamento da FOKUPERS, a situação da *mitra* deve ser avaliada, ela deve passar por uma série de procedimentos que garanta sua segurança e o tratamento de seus traumas. Uma vez dito isso, é preciso retomar o fato de que, até o momento da saída daquele homem com seu pai do escritório, nenhum representante da ONG procurou a *mitra* em questão para que lhe questionar sobre encontrar-se com seu marido, que dirá sobre deixar o abrigo. Não trazê-la até o escritório para encontrar-se com seu marido fazia todo o sentido, segundo a lógica da ONG, já que ela não passara pelas rotinas de avaliação e de consulta referentes à sua vontade, sua sensação de segurança e seu estado de trauma. Aquela *mitra* tinha dado entrada no abrigo havia poucas semanas, e por mais que o marido reclamasse por sua ausência e que talvez ela mesma quisesse voltar para casa, sua

recente entrada na Uma Mahon não permitia que ela já tivesse sido “preparada” para retornar para sua casa.

Esse caso apresenta uma questão central para compreender as dinâmicas e tensões existentes entre as *mitra*, a ONG e seus familiares: a impossibilidade de que uma mulher abrigada deixasse o abrigo na hora que sua família desejasse. A esse respeito trataremos com maior atenção adiante. Passemos ao próximo caso.

O tio e a mãe

Numa manhã em que esperava por *maun* Chico para irmos ao abrigo, cumprimentei um senhor e uma senhora que estavam sentados na varanda e observei que outras pessoas, que eu não reconhecia, estavam afastadas sob a sombra das árvores no estacionamento. Passei pela varanda e entrei no escritório da Assistência Legal onde estava Lili. Mana Zinha saiu da sala de acolhimento e triagem e veio me dizer bom dia. Conversamos e perguntei quem eram aquelas pessoas que tinha acabado de cumprimentar na varanda. Ela me contou que eram familiares de uma das *mitra* do abrigo, que marcaram uma visita e que agora aguardavam por sua chegada.

A *mitra* em questão era uma jovem menor de idade que viera de Lospalos para a Uma Mahon devido a uma ocorrência de violência sexual cometida por seu pai. Aqueles eram seu tio, sua mãe e dois primos, todos esperavam para vê-la. Quando *maun* Chico chegou, dirigindo a van de vidros escuros, destinada para o transporte das *mitra* do abrigo para o escritório, tribunal ou passeios, a moça desceu e todos se juntaram na varanda cumprimentando-se. Enquanto a conversa se seguia lá, sem supervisão de qualquer membro do staff de assistência legal, me retirei e fui para o abrigo.

Não sabia, até então, do que se tratava a conversa ou o motivo da visita e demorei algum tempo para saber. As outras pessoas da equipe, provavelmente não o sabiam também, pois não era parte dos procedimentos regulares inquirir os familiares das *mitra* sobre as intenções por trás das visitas. Se os parentes não configurassem nenhum risco às mulheres assistidas pela FOKUPERS, poderiam ficar a sós com elas. As equipes de Assistência Legal ou de Assistência às Vitimas só participavam dos encontros das *mitra* com seus familiares nas ocasiões de mediação, ou de aconselhamento para evitar novos conflitos.

Soube de toda a história – os ocorridos após minha saída – por *mana* Guiomar, que é a responsável por fazer o atendimento psicológico e trabalha na recuperação de traumas das *mitra*, atuando principalmente no abrigo. Foi apenas quando passei a frequentar a Uma Mahon que fiquei mais próximo dela e pude participar de suas atividades com as mulheres tanto dentro quanto fora da Uma Mahon. Guiomar quem, posteriormente, em uma de nossas conversas no abrigo, me contou os detalhes sobre a visita dos parentes daquela moça.

Um dos motivos que levou aquela família ao escritório para ver a jovem foi sua tentativa de fazê-la repensar e retirar a queixa de violência sexual, prestada contra o pai. A solicitação do tio e da mãe era para que ela desse algum jeito de impedir que o pai fosse de vez para a cadeia. O pai dela já aguardava o julgamento na cadeia e é de comum reconhecimento em Timor-Leste que os casos de violência sexual são, dentre os crimes de violência baseada em gênero, os que mais condenam pessoas à prisão. Essa era a preocupação daquela família, a alta probabilidade de o pai da moça ser condenado de vez à prisão.

Preocupados com a situação do homem preso e, principalmente, com a situação dos demais filhos, ou seja, dos irmãos menores daquela jovem, o tio e a mãe acreditavam que ela poderia mudar aquela situação e requeriam que ela o fizesse. Eles pediram para que ela retirasse o que havia dito, mudasse seu depoimento e dissesse que o pai não tinha feito o que ela o acusara de fazer. A visita tinha como caráter central o apelo para que a jovem pensasse, principalmente, em sua mãe e nos irmãos menores que passariam ainda mais dificuldades caso seu pai fosse de vez para a cadeia.

O que motivava o apelo daqueles familiares em relação à jovem era sua preocupação com a família, com as crianças e com a mãe, antes de considerar como ofensa particular o abuso e a *violensia* cometida pelo pai contra a jovem. Não estavam ali para prestar apoio à moça ou reconhecer suas necessidades individuais de reparação e justiça, como entendia ser o caso a FOKUPERS. Tratava-se de uma demanda para que ela reconhecesse a importância do pai, e evitasse mandá-lo para a cadeia. O pedido do tio e da mãe era para que a jovem pensasse em sua família e no quão prejudicada ela seria com a condenação do pai. Se a moça não reconsiderasse por ter feito aquela denúncia e mudasse seu discurso e, por conseqüência, a situação do pai, era a família quem sairia prejudicada. Uma situação delicada se construía.

Aquilo estava fora das possibilidades da jovem, uma vez que os crimes de violência tanto doméstica quanto sexual não possibilitam que as queixas sejam retiradas. Uma pessoa que tenha sofrido *violensia domestika* ou sexual fica impossibilitada de retirar sua queixa. Mesmo que o caso daquela jovem não tivesse sido denunciado por ela pessoalmente, uma vez que ela tivesse afirmado em seu depoimento que havia sido violentada pelo pai, teria muita dificuldade ao mudar o que havia dito. A FOKUPERS certamente não aconselharia a moça a ouvir e acatar o pedido de seu tio.

Havia diferentes sensibilidades em jogo naquela situação. Para os familiares daquela jovem não estavam em primeiro plano as ofensas que ela poderia ter tido com o abuso cometido pelo pai. A demanda do tio era para que os demais familiares não fossem prejudicados caso o pai “perpetrador” fosse condenado à prisão. Aquelas pessoas que solicitavam da jovem uma diferente postura, estavam dimensionando e tencionando outros aspectos daquela situação que eram entendidas como problemas tão graves quanto (ou mais) do que a ofensa sofrida pela jovem. Preocupava-lhes muito que o irmão, marido e pai daquelas pessoas fosse condenado a passar o resto de seus dias na prisão. Mais do que um embate intrafamiliar, estava posto um embate entre o que a família esperava enquanto postura da jovem e o que a mesma jovem estava sendo orientada a fazer pela FOKUPERS.

Guiomar conta que a moça voltou bastante cabisbaixa para o abrigo naquele dia devido ao pedido que recebera de seus familiares. Ela conversou com a jovem a fim de entender o motivo de sua tristeza. Ao questioná-la sobre o ocorrido a moça lhe contou do pedido de seu tio e sua mãe, o que a deixou muito confusa e com sentimento de culpa por se ver naquela situação. Guiomar se manteve firme na orientação legal para a jovem lidar com a situação: seguir com o processo, não alterar seu testemunho e dizer a verdade para o juiz, pois esse era o certo a se fazer. Ao final da conversa, para a jovem só restou chorar, como conta Guiomar.

O dilema enfrentado por aquela moça é algo bastante sério e é apenas um dos quais as mulheres, ao se tornarem *mitra* da FOKUPERS podem estar expostas uma vez que se envolvam na judicialização de seus casos, sejam eles de violência sexual ou doméstica. Para aquela jovem, seguir com o caso, com a acusação e reafirmar seu

testemunho significava lidar com a responsabilização pela prisão do pai e com toda a sorte de reações da família após o seu retorno para casa⁷⁸.

Tanto quanto o potencial ofensivo que a violência sexual representava para a moça estava em jogo o quão prejudicados os demais familiares daquela jovem estariam se o homem fosse para a cadeia. Na ótica da FOKUPERS ele era um perpetrador que deveria pagar pelo que fez. Essa era a mesma coisa que se dizia à jovem de Lospalos e a todas as outras *mitra* que pela Uma Mahon passavam. Para a família dela os termos não eram bem estes. De qualquer modo, a jovem poderia acabar sendo exposta como aquela que “causou problemas” e aguentar as sanções decorrentes daquele “desacordo” com sua família.

Era de constrangimentos como esse que a FOKUPERS tentava “livrar” as *mitra* ao limitarem seu contato com a família enquanto elas estivessem na Uma Mahon. Pressões como aquela feita pelo tio e pela mãe da jovem de Lospalos, têm de ser evitadas pela equipe da ONG para garantir que não se interfira nos procedimentos de orientação e de atendimento direcionados às *mitra*. Por isso, na concepção da organização, “cercar” as *mitra* de proteção e fornecer tudo que elas precisam para seguir com os processos legais e para que ainda tenham ambientes seguros em casa quando retornarem são preceitos fundamentais para promover o adequado combate à *violensia domestika* e garantindo os direitos daquelas mulheres.

5.2 – Reintegração para a família: dilemas e tensões nas mediações de sentidos

Os encontros entre as *mitra* e seus familiares, ou pelo menos as tentativas desses últimos em realizá-los, eram sempre situações interessantes e ricas do ponto de vista das tensões e dos conflitos gerados com a equipe da FOKUPERS. Os três casos apresentados até agora cumprem o objetivo de indicar como essa organização ao mesmo tempo em que se constituía e se projetava enquanto provedora das necessidades das

⁷⁸ Na FOKUPERS sabia-se bem disso. Uma das jovens que trabalhava no staff da Uma Mahon foi abusada sexualmente quando mais jovem pelo pai e trazida para a ONG. Ao final do processo, com a prisão de seu pai, a jovem não foi recebida de volta pela família. Casos assim eram de conhecimento da equipe, inclusive os que diziam respeito a abandonos em resposta às denúncias de violência doméstica. Conheci alguns, tanto nas atividades de rotina na FOKUPERS quanto em outros diálogos com autoridades em diferentes lugares no país durante a pesquisa. Esse tipo de situação foi notado por Simião (2015: p. 215-271) como modo de evidenciar pluralismos de reconhecimentos jurídicos para situações de violências baseadas em gênero.

mulheres operava limitando e selecionando as interações as quais elas estariam expostas. Ao falar em “prover as necessidades das mulheres”, não me refiro exclusivamente à concessão de abrigo. Se recuperarmos todos os serviços prestados pela FOKUPERS, como descrito no capítulo 2, perceberemos que a ONG procurava garantir a participação delas no processo judicial, fosse em suas idas ao tribunal – fornecendo para isso o transporte necessário – e dando orientações para que elas entendessem a linguagem adequada ao sistema jurídico no qual estavam sendo inseridas ou entregando-lhes as notificações emitidas pelo tribunal. Mais ainda, a FOKUPERS se prontificava a fazer visitas após a saída das *mitra* do abrigo oferecendo qualquer outro apoio necessário, inclusive com a doação de alimentos⁷⁹.

O abrigo na Uma Mahon, apesar de ser apenas um dentre todos os serviços prestados pela FOKUPERS, ganha centralidade nos debates sobre a atuação daquela ONG, o que não deve ser analisado sem considerar principalmente as tensões geradas nele, ou em decorrência dele, como ocorrido nos casos relatados anteriormente. Os conflitos entre a equipe da FOKUPERS e os dois maridos que foram buscar suas esposas no escritório da ONG, por exemplo, se originaram devido ao desacordo deles em relação à presença de suas mulheres no abrigo ou na restrição que o abrigo representava às suas relações conjugais.

No objetivo de garantir os direitos das mulheres, a ONG necessariamente assume protagonismo na seleção e filtragem das interações sociais pelas quais essas mulheres passam. Os casos apresentados indicam diferentes níveis de restrições entre as *mitra* e os seus familiares, o que refletia consideravelmente nas relações entre eles. Analisemos algumas implicações conflituosas geradas pela atuação da ONG em relação às *mitra* para o que foi acima relatado.

No que se refere ao caso do homem que foi com seu pai ao escritório da ONG buscar a mulher, sua solicitação foi negada pelo fato de que uma *mitra* não deixa o abrigo simplesmente quando decide, menos ainda quando o homem que a agrediu vai lhe buscar repentinamente. Deve ser destacado que na situação, em particular, a *mitra*

⁷⁹ O apoio que a FOKUPERS prestava às *mitra* não se encerrava com a reintegração para a família. Mesmo após o julgamento a equipe de Assistência Legal e às Vítimas faziam visitas às *mitra* para assegurar que sua relação com a família estava pacífica. Acompanhei uma dessas visitas à família de uma jovem que havia sido violentada por um vizinho. Naquela ocasião levamos um saco de arroz e alguns litros de óleo para sua casa. Saímos de lá com alguns vegetais que a mãe da jovem nos deu como retribuição.

não foi consultada sobre querer ver o marido e o sogro, nem sobre querer deixar a Uma Mahon. Como Lili tentara explicar para aquele homem, uma série de procedimentos deveria ser cumprida até que a *mitra* pudesse deixar o abrigo. Nem ele poderia levá-la, nem ela poderia sair quando resolvesse que era a hora.

De acordo com a ética da FOKUPERS não se “deixa levar” uma *mitra* de volta para casa. Em lugar disso é feita a “reintegração para a família⁸⁰”, procedimento que envolve diversos serviços de mediação e de diálogo para garantir que os direitos daquela mulher não serão violados e que ela não será vítima de outras formas de violência ou perseguições ao retornar para o convívio com sua família e a comunidade. Para a FOKUPERS é preciso garantir que a *mitra* será devolvida à sua casa com a estrutura adequada e que, caso voltem a ocorrer agressões contra ela, tanto a família quanto a comunidade e ela mesma saibam responder da forma adequada àquele tipo de situação, ou seja, através da justiça formal, acessando os mecanismos adequados para isso: a polícia e as autoridades locais. Para garantir a segurança da mulher assistida pela FOKUPERS, após sua saída da Uma Mahon, era fundamental que se construísse uma rede de diálogos e intermédios, além de se obterem os pareceres adequados. Isso era praxe para evitar que ocorressem novas agressões ou violências contra as *mitra*. Vejamos os procedimentos para que a esposa e nora dos homens (no caso do *marido*), assim como as demais *mitra*, fosse autorizada a deixar de vez o abrigo.

Primeiramente era necessário o tratamento dos traumas causados pela violência sofrida. Entendia-se que, se uma mulher chegasse à Uma Mahon tendo sido recentemente agredida – fosse aquela a primeira vez de forma severa ou mesmo após várias agressões – ela deveria ser ouvida, contar sua experiência, dizer como se sentia. Isso era feito em grupos (nos quais misturavam-se tanto as vítimas de *violensia domestika* quanto as de violência sexual) ou individualmente com Guiomar na sala de atendimento psicológico do abrigo. Nesses encontros as mulheres contavam como haviam sido e/ou como eram agredidas; o que motivava seus companheiros a bater nelas; como eles faziam isso e como elas se sentiam em relação àquilo. O objetivo era de dar escuta às mulheres e orientá-las sobre como deveriam encarar tais situações para que se fortalecessem frente as *violensias* às quais foram expostas.

⁸⁰ Dito conforme a equipe de Assistência Legal, *reintrega ba família*.

Essas sessões de escuta ou de terapia em grupo costumavam ser à tarde com supervisão de membros da equipe de Assistência às Vítimas e guiadas por Guiomar. Acompanhei uma dessas sessões no salão do escritório da FOKUPERS no bairro do Farol, em Dili. Lá as *mitra* se reuniam num grande círculo e recebiam papel e canetas coloridas. Uma a uma elas iam respondendo por escrito àquilo que perguntava Guiomar. Após escreverem ou desenharem, cada uma compartilhava sua experiência, o que era um momento de comoção e de lágrimas. As mulheres, naquele momento, eram referidas pelo termo *survivor*, sobrevivente. Eram tratadas nesses termos para que encarassem de forma “empoderadora” aquela situação, para que se fortalecessem e reorientassem sua condição de mulher agredida para a de mulher que superou ou que está em processo para superar a agressão sofrida e os malefícios causados por ela.

As sessões de atendimento psicológico e emocional eram potencializadas, no que tange à reorientação da experiência daquelas mulheres, pelos atendimentos jurídicos que sucediam as sessões com Guiomar. Após as sessões com a equipe de Assistência às Vítimas, as *mitra* deveriam ser atendidas ou participarem das atividades de assistência legal junto ao setor responsável na FOKUPERS. Com aquela equipe elas recebiam orientações sobre o julgamento e eram preparadas para recorrer às instâncias legais caso sofressem novas agressões, além de estar capacitadas a ajudar pessoas em suas comunidades que estivessem em situações semelhantes às delas. Descrevi duas dessas atividades no capítulo 2. Elas são bons exemplos do que é ensinado para as *mitra* sobre os procedimentos jurídicos aos quais elas devem recorrer para resolver casos de *violensia domestika* e sexual quando se depararem com eles em suas comunidades ou caso os vivenciem novamente. É, ainda, um bom exemplo por evidenciar como a FOKUPERS atua enquanto mediadora de sentidos modernos sobre as experiências vivenciadas pelas *mitra*. Refiro-me a modernidade aqui pela primazia do recurso à justiça do Estado, identificando os sujeitos daquela disputa enquanto *indivíduos* a serem reparados ou punidos.

Para que uma *mitra* entenda os procedimentos legais necessários para se resolver casos de *violensia domestika*, para que entenda a importância de resolvê-los através da justiça do Estado, para que garanta o respeito aos seus direitos e, principalmente, para que cure seu trauma, ela precisa permanecer tempo suficiente no abrigo até passar por toda essa preparação. Por vezes esse período pode parecer muito tempo, como alegava o

marido que estava há semanas afastado de sua esposa após ela ter sido levada para a Uma Mahon.

De fato a saída das *mitra* do abrigo era fruto de um melindroso processo que agrega uma pedagogia de sentidos modernos através de uma rotina de atividades que atribui novos significados às suas próprias experiências. Até aqui já é possível ter uma noção do quão demorado pode ser esse processo. Se retomarmos o caso de Julia , apresentado no capítulo anterior, percebemos como para as próprias *mitra* esse processo de estadia no abrigo e de reintegração para a família pode ser experimentado de maneira diversa. Não lhe agradava a ideia de ficar no abrigo grávida e longe de suas tias da primeira vez que foi levada para lá. Da segunda vez seu incômodo se devia ao fato de não se sentir ameaçada pelo seu agressor (no caso o ex-cunhado) nem por seus familiares, de modo que não concordava em passar por todos os procedimentos além da preparação e dos procedimentos de instrução sobre tratamento de traumas e preparação jurídica. Não se sentir ameaçada era um fator importante no caso de Julia e certamente no das demais mulheres que podiam ou não sofrer algum risco em relação ao parceiro agressor.

A confiança de uma mulher, para que ela retornasse para casa após deixar o abrigo, deveria também ser restaurada. Para isso era preciso garantir sua segurança naquele ambiente, o que era feito ao serem acionados os maridos, as famílias e as lideranças locais das comunidades de onde vinham aquelas mulheres. Primeiro, se fosse da vontade da *mitra* continuar com o marido e retornar ao lar conjugal era preciso chamar as famílias para um encontro no qual se discutiria a agressão sofrida pela mulher, a importância de não se utilizar de *violensia* para resolver os problemas e de como era preciso se comunicar sem recorrer às agressões quando houvesse problemas. Os maridos agressores devem ouvir da equipe como resolver os conflitos domésticos sem usar de agressão, comunicando-se bem e evitando o uso da força. Também lhes são passadas noções sobre como é prejudicial aos direitos da mulher viver sendo agredida física ou verbalmente, criando (ou pretendendo se criar) neles novos entendimentos sobre o uso que fazem da força física contra suas mulheres. Os maridos e as famílias precisavam sentar e conversar, junto da *mitra* e de representantes do setor de Assistência Legal e de Apoio às Vítimas, sobre esses assuntos para estabelecer a paz e garantir que não haverá nenhum tipo de perseguição ou retaliação por parte da família contra a mulher por ela ter procurado a justiça pela agressão sofrida.

Passado esse encontro, os chefes de aldeia e *suku*, ou membros do conselho de *suku*, um representante do comando local de polícia e alguém da Igreja deveriam se reunir, também junto da família e do staff da ONG para que fossem todos alertados da situação e para que tomassem ciência do que havia acontecido à mulher agredida. Nesse espaço de mediação o staff da FOKUPERS lhes orientaria sobre como lidar com o caso da *mitra* em particular e com os demais casos de *violensia domestika* ou sexual que acontecessem em suas comunidades. A partir desse encontro é que se construiria o lugar adequado e com segurança garantida para aquelas mulheres, pois assegurava que todos estariam cientes da *violensia* sofrida por ela, do encaminhamento jurídico dado ao caso e dos procedimentos entendidos como adequados para se lidar com casos como aquele. Aqui se garantiria que, além da família não perseguir ou culpar a mulher que efetuara a denúncia, a comunidade também não o faria.

Toda essa rede de atores a ser mobilizada tinha de estar apta para resolver, da maneira adequada, os casos de *violensia domestika*, respeitando a mulher que sofrera a agressão e seus direitos. Aquelas pessoas deveriam entender, primeiramente, o direito da mulher em não ser agredida, depois, seu direito em procurar a justiça do Estado para resolver o caso, se ele reincidisse. Deveriam também entender seu dever de denunciar casos de *violensia domestika*, que era um crime público, o que lhes atribuía a responsabilidade de denunciar ou de encorajar as mulheres a fazê-lo. Uma vez explicados os termos estava feito um compromisso entre os membros da equipe da FOKUPERS e os agentes com quem estabeleciam aquela mediação. Ali se garantia o reconhecimento, por parte das pessoas das comunidades, de todo o léxico jurídico sobre direitos, de formas *violensia* e, enfim, de sentidos oficiais que deveriam ser transpostos para garantir a segurança da *mitra* ao retornar para casa.

Essas primeiras etapas tinham como objetivo, além de garantir a segurança da *mitra* em sua família e em sua comunidade local, evitar que acontecesse com as *mitra* o mesmo que aconteceu com a jovem de Lospalos do último caso narrado. O tio e a mãe da jovem lhe pediram para reconsiderar seu depoimento ou retirar a queixa para que seu pai não fosse condenado à prisão, deixando sua família desamparada. Com o pedido, a ONG entendia que um constrangimento e um sofrimento muito grande foram criados na jovem que se via inerte diante daquilo. Aqueles familiares, no momento certo, seriam convocados pela FOKUPERS para um encontro que trataria do caso da jovem, ouvindo sobre os direitos dela, sobre o crime cometido pelo agressor e sobre como aquela era a

forma certa de se lidar com a situação por tratar-se da lei de Timor-Leste. Este último fator era muito relevante para mostrar como as coisas deveriam ser e sobre como as leis deveriam ser cumpridas. Apesar de este caso ser particularmente de violência sexual, para as ocorrências de *violensia domestika*, o procedimento seria o mesmo, inclusive a justificativa de que “é assim que as coisas devem ser resolvidas”, de que é através da lei, da LKVD, que aquela forma de *violensia* deveria ser julgada. O caráter impositivo da lei acompanhava o discurso da FOKUPERS sobre como as relações entre aquelas pessoas deveriam se dar, ou seja, não se deve utilizar de agressões e é preciso se comunicar bem, sem violências, caso não se obedeça a esta lógica a lei estará a postos para punir se necessário.

As duas últimas instâncias que atestavam a segurança da mulher em deixar a Uma Mahon e retornar para casa eram a própria FOKUPERS e o Ministério Público. Para este era fundamental que o processo judicial estivesse em curso e que a *mitra* estivesse em segurança para sair de vez do abrigo, e era a FOKUPERS a responsável por dar a anuência de que ela se encontrava em tal situação. A ONG dava a autorização após cumprir todo o protocolo de mediações com a família da *mitra* e com representantes de sua comunidade. Ao sentir que a mulher não corria riscos, que a paz entre ela e seu marido estivesse estabelecida, o que era possível após todas as etapas de trabalho com a *mitra*, a ONG permitia que ela deixasse o abrigo. O Ministério Público, ao ser sinalizado pela FOKUPERS, dava o parecer favorável à saída da *mitra* da Uma Mahon. Apenas tendo sido cumpridos todos esses procedimentos estaria finalizado o processo de “reintegração para a família”, tão caro para aquela organização⁸¹.

Essas mediações deveriam assegurar que a *mitra* havia sido curada dos traumas causados pela violência sofrida e que o lugar para o qual ela estaria voltando não lhe ofereça nenhum risco. O desejo daquele marido, que foi buscar sua esposa no escritório da Assistência Legal, na sede da FOKUPERS, não obedecia de forma alguma a esse empreendimento de reintegração para a família. Lili, naquele dia, se limitou a dizer que era culpa dele o fato de sua mulher ter ido parar no abrigo, afinal foi ele quem a agrediu. O marido respondia dizendo que tudo aquilo eram estratégias da ONG para atrapalhar sua família. O tenso conflito se encerrou ali, com sua saída do escritório, mas as práticas

⁸¹ O que é em si um processo contínuo de acompanhamento posterior pela ONG, que faz visitas periódicas para saber como está a mulher, como tem sido sua relação com o marido (caso estejam juntos) e com sua família.

que a FOKUPERS preparava para sua mulher certamente se seguiriam de acordo com o protocolo de praxe e o marido ainda teria algum tempo de desagrado para com a equipe da organização.

Quando conversei com a diretora da Uma Mahon, sobre a saída das *mitra* do abrigo, o que mais me chamou a atenção foi o quão longo o processo todo parecia ser. Ela me explicou que isso pode não levar muito tempo, tudo dependeria da situação da mulher, do quão traumatizada ela ficou com a agressão e dos riscos que corre caso a situação entre ela, o marido e sua família seja crítica. Era possível, por exemplo, que uma *mitra* fosse para o abrigo “no calor do momento” da briga, como definido por Dr. Marino, e depois de alguns dias quisesse sair de lá⁸². Aí seriam acionadas todas as redes para que ela fosse reintegrada à sua família enquanto o processo ainda corria na justiça e ela continuasse recebendo as orientações do setor de Assistência Legal, como as que eram dadas na preparação para o julgamento. Um exemplo desse tipo de reintegração “prematura” foi a que aconteceu com Francisca, de Liquiçá, que foi agredida e ameaçada pelo marido Benedito e foi levada para a Uma Mahon. Ao sentir-se segura e passar pelas atividades de preparação da FOKUPERS, ela foi autorizada a deixar o abrigo e foi reintegrada para o convívio familiar em sua casa. Entretanto as *mitra*, em geral, não saíam da Uma Mahon imediatamente ao sentir-se dispostas a fazê-lo⁸³.

O cuidadoso processo que regia a saída das *mitra* do abrigo, permitia a FOKUPERS organizar a rotina daquelas mulheres, mesmo as que estavam em processos de integração àquele espaço, como o caso da mulher agredida pelo soldado da FDTL, que se encontrava ainda no hospital quando seu marido a procurou na sede da FOKUPERS. Seu marido foi interceptado e não foi informado do local em que estava sua esposa. No momento em que, por “razões de segurança”, a diretora do abrigo diz não ser de seu interesse encontrá-la, ficam claras as esferas de resguardo e de tutela de direitos que a FOKUPERS compõe em relação às mulheres por ela assistidas. Entendia-se que não era seguro para ela, dada a severidade da agressão sofrida, que seu marido a visse, por isso Judite negara veementemente seu pedido. A agressão que levou a mulher

⁸² Zinha não me autorizou a ver nenhum dos formulários padrão para entrada das mulheres na Uma Mahon, mas contou que elas eram avisadas dos procedimentos para que deixassem o abrigo.

⁸³ As saídas do abrigo, tanto para passeio quanto para audiências judiciais ou atividades na ONG, se davam sob supervisão e exclusivamente na van de vidros escuros da FOKUPERS. As *mitra* não saíam sozinhas do abrigo em situação alguma. De todo esse processo ressalta-se os esforços de preservação da identidade das mulheres, principalmente das que foram vítimas de violência sexual, o que era, de fato, notável.

ao hospital aconteceu no dia anterior, entendia-se que era preciso realizar a perícia e o atendimento emergencial para que depois ela fosse encaminhada à Uma Mahon e esperasse lá por sua família.

Restrições como esta, imposta ao soldado da FDTL, são aplicadas pelo entendimento específico acerca da situação das mulheres e pelos objetivos da ONG em garantir e preservar seus direitos individuais. Como mencionei anteriormente, havia casos em que as visitas de familiares poderiam ou não ocorrer sob monitoração da equipe, tudo dependia da avaliação dos setores de “Assistência Legal” e de “Assistência às Vítimas”. O caso da visita do tio e da mãe à jovem de Lospalos pode ser ilustrativo nesse sentido, para que entendamos como é feito o juízo da FOKUPERS para permitir ou não o acesso de alguns parentes às suas familiares que estão na Uma Mahon, seja isso com ou sem supervisão do staff.

No caso daquela jovem, para o qual entendia-se que a família não representava um “risco” à moça, o encontro se deu sem supervisão. Ela chegou ao escritório, trazida da Uma Mahon por Chico, reuniu-se com o tio, a mãe e os primos na varanda e ficaram conversando enquanto a equipe de assistência legal continuou seu trabalho no escritório. Ela não fora agredida por nenhum daqueles que reclamavam o encontro, não sofrera, até então, nenhum tipo de “perseguição” ou represália, então lhe foi permitido um encontro a sós com os parentes. Posteriormente evidenciou-se uma situação de exposição e constrangimento da *mitra* por parte de seus familiares. O fato de ela ter sido pressionada a não incriminar seu pai, para não prejudicar sua família a deixou bastante abalada e fez com que Guiomar ficasse bastante apreensiva por ter permitido que a moça encontrasse seus familiares sem acompanhamento.

Diferentemente do caso da jovem de Lospalos, para o caso do militar, permitir que ele visse sua mulher após tê-la agredido parecia impensável para Judite. Considerava-se como fator central a gravidade do ato que ele empreendeu contra sua esposa. Além de garantir a segurança da gestante no hospital, não me surpreende que, junto do caráter de repreensão na fala de Judite, viesse também um tom de punição em não permitir que ele encontrasse ou soubesse do paradeiro de sua mulher. Assim como no caso em que Lili impedira o marido e o sogro de levarem de volta sua esposa ou de, ao menos, vê-la, ambas as mulheres do staff usaram da solicitação dos maridos frente

suas situações para colocá-los na chave de agressores, que deveriam ficar afastados de suas mulheres, como era entendido de pela ONG.

5.3 – Considerações finais

É possível reconhecer como a Uma Mahon se organiza enquanto uma redoma na qual as *mitra* estavam inseridas, não cabendo às “forças externas” familiares, como aqueles maridos e o sogro, nela penetrarem (ou de lá as retirarem) sem que houvesse, pelo menos, algum nível de mediação ou de “preparação de campo”. Essa esfera de tutela e cerceamento, que está corporificada no discurso de preservação das mulheres e de defesa dos seus direitos pode ser entendida a partir da privação “protetiva” de liberdade, que aquelas mulheres experimentam uma vez que sejam integradas à vida na Uma Mahon.

A FOKUPERS ao mediar as relações entre as *mitra* e suas famílias, como vimos nos casos relatados, operava uma reorganização dos sujeitos que com ela se envolviam. Através do tratamento destinado às *mitra* e da forma como ela estabelecia suas interações com os maridos e/ou familiares, percebe-se como a ONG operava uma reorganização dos sujeitos em suas próprias relações. A ONG era responsável por localizá-los em diferentes esferas uma vez que a mulher que era assistida por ela passava a ficar “sob seus cuidados”, como respondeu Judite ao soldado que agredira sua esposa. Não cabia aos maridos verem suas mulheres ou levá-las para casa porque, de acordo com os procedimentos adotados pela FOKUPERS, as *mitra* deveriam se inserir numa rotina de atendimentos e atividades específicas, vivenciando assim uma nova rotina que acabava por restringir seu acesso por parte dos familiares e maridos. Elas, ao darem entrada no abrigo se tornavam *mitra* e ficavam sob responsabilidade e cuidados da FOKUPERS. A eles, os agressores, cabia se manter distantes até que fossem autorizados a voltar a interagir com suas esposas além, é claro, de ter que lidar com a justiça, como disseram Judite e Lili aos maridos dos casos relatados.

Uso a expressão “reorganizar os sujeitos em suas relações” pelo esforço feito pela FOKUPERS em (re)posicionar em diferentes esferas, física e simbolicamente, o agressor e a “vítima”. Mesmo que as mulheres atendidas pela ONG após terem sofrido *violensia domestika* não fossem chamadas de vítimas e se utilizasse, em vez disso, a

expressão *mitra*, o distanciamento de seus agressores – ou perpetradores (*perpetrators*), como eram chamados seus parceiros – era termo fundamental naquela negociação. Fisicamente as *mitra* eram colocadas em isolamento em relação aos familiares por estarem na Uma Mahon. Simbolicamente o reposicionamento das partes e a reorganização das relações se davam pela forma como a FOKUPERS conduzia através de suas práticas as interações entre as *mitra* e seus grupos familiares. Mais do que isso, o distanciamento entre eles era estabelecido na medida em que não se tratava mais do casal, do homem e da mulher daquela relação, mas sim da *mitra* e do *perpetrador*. Dessa forma, o contato entre eles deveria ser negociado para que se desse através e a partir das práticas de rotinas daquela ONG.

Esse distanciamento e tudo mais que era decorrente dele era um dos pressupostos para garantir a segurança, a cura dos traumas e a capacitação adequada para que a *mitra* entendesse a linguagem do processo judicial no qual estava sendo inserida. O distanciamento também era fundamental, por exemplo, para que aquelas *mitra* fossem orientadas sobre a importância de se valerem do direito que lhes cabia em utilizar a justiça formal e procurar a polícia ou o chefe de *suku* para reportarem seus casos, não os deixando como um “assunto privado”⁸⁴. As mulheres assistidas pela FOKUPERS eram, assim, orientadas e construídas enquanto projetos de sujeitos modernos, sujeitas de si, portadoras de direitos, que deveriam ser tratadas e reconhecidas em suas individualidades.

Certamente o processo judicial não era o único no qual a *mitra* se inseria, tratava-se também de um processo modernizador de condutas e de agentes. As atividades nas quais as *mitra* eram envolvidas eram marcadas por uma transposição de sentidos modernos, o que se dava através de uma pedagogia particular contida na rotina da organização. Durante o período em que elas estavam resguardadas do convívio familiar na Uma Mahon, tanto nas sessões de discussão e nas rodas em que as mulheres contavam suas experiências e casos, nas atividades instrutivas guiadas pelo setor de Assistência Legal sobre o processo judicial e sobre a obrigação de se levarem os casos de *violensia domestika* e sexual para a polícia, assim como no encorajamento que o setor de Assistência às Vítimas prestava para que as mulheres seguissem com o caso na justiça, se inseriam, ou melhor, se transpunham para aquelas mulheres os valores e

⁸⁴ *Private matter* como se referem nos relatórios (FOKUPERS 2012a E 2012b) já é em si uma categoria moderna que pressupõe a separação entre uma esfera pública e privada.

concepções que deveriam orientar sujeitos mais ou menos modernos, conscientes sobre as leis, e sua aplicação (particularmente a LKVD), sobre os seus direitos e sobre suas individualidades.

Assim como se trabalhava nas *mitra* a construção de entendimentos modernos acerca das agressões que elas haviam sofrido, também se buscava alterar condutas e concepções do marido agressor, dos familiares próximos e de representantes das comunidades das quais vinham aquelas mulheres. Ampliava-se assim, a influência desempenhada pela ONG na produção das individualidades daquelas mulheres. Conforme abordado nos procedimentos de reintegração das *mitra* para suas famílias, os familiares delas e seus maridos deveriam também ser “instruídos” de acordo com os reconhecimentos modernos sobre individualidades, direitos das mulheres, da existência de um campo legal que administrava aquele tipo relação, da aplicação da LKVD, dos efeitos negativos que a *violensia domestika* causava nas mulheres, da importância de não se utilizar de *violensia* para se resolverem os problemas e da necessidade de se comunicar direito. Várias das concepções envolvidas nas categorias que qualificam o uso da força como atitudes inadequadas, ou a condenação do não reconhecimento dos direitos das mulheres dão o tom do quanto está em curso um processo de modernização de sujeitos e de suas condutas.

É interessante notar o tom de produção de individuação que está em curso nesse trabalho de mediação feito pela FOKUPERS. Mesmo que os familiares e lideranças locais das comunidades das *mitra* fossem acionados pela ONG diante daquele cenário estavam todos mobilizados para garantir os direitos e as individualidades daquelas mulheres. A preocupação era, em particular, com seus direitos, principalmente o de recorrer à justiça do estado para resolverem os casos. Novamente no relato sobre a jovem de Lospalos, a tensão que se colocava era o objetivo da FOKUPERS em garantir que aquela jovem levasse o processo judicial adiante e participasse dele contando o que “de fato” havia lhe ocorrido, enquanto que seus familiares a pressionavam para pensar na situação de seu pai e de sua família caso aquele homem fosse para a cadeia. É uma situação muito significativa de como uma *mitra* pode se ver tensionada entre se afirmar enquanto sujeito portador de direitos e alguém que deve primar por suas relações familiares.

Não se reuniam os parentes nas atividades de reintegração das *mitra* envolvidas em casos de *violensia domestika* para que fossem ouvidas ambas as partes da história e para que se chegasse a bom termo sobre o conflito entre o casal, menos ainda para que fossem feitas as compensações adequadas que poderiam fazer todo sentido nos espaços de resolução de conflitos na “justiça tradicional”. Os familiares e líderes comunitários eram chamados para que a FOKUPERS e sua equipe empreendesse essa transposição de sentidos e reconhecimentos modernos sobre as formas de *violensia* que atingem as mulheres e seus direitos em particular.

Tudo estava mobilizado, na postura adotada pela FOKUPERS, para garantir que a LKVD fosse aplicada, que as *mitra* assistidas por ela exercessem seu direito de seguir com o processo judicial, que essas mesmas *mitra* não sofressem nenhuma retaliação por terem iniciado todo o processo, para que os familiares e os líderes comunitários fossem instruídos sobre os procedimentos adequados para tratar da *violensia domestika* e sexual, que o casal – caso decidisse permanecer junto – aprendesse a não recorrer ao uso da força para resolver seus conflitos e para que se reconhecessem aquelas mulheres enquanto pessoas portadoras de direitos. Essas práticas que se dirigiam às *mitra*, aos seus maridos agressores, aos seus familiares e aos líderes comunitários tinham como pressuposto o isolamento temporário daquelas mulheres de todo esse conjunto de atores que a cercavam em seus grupos de sociabilidades locais. Apenas a partir disso ela poderia ser curada do trauma, fortalecida, instruída e construir relações “saudáveis” com seus parceiros, relações em que não se recorriam ao uso da força nem à *violensia domestika*.

CONCLUSÕES

Ao longo desta monografia, foram apresentados alguns programas de ação de diferentes organizações não governamentais que atuam em Timor-Leste mobilizadas pelo tema da *violensia domestika*. Essas organizações tais quais a FOKUPERS, a AMKV e a Ba Futuro, que conhecemos nos capítulos 2 ao 4, desenvolvem suas formas particulares e específicas de atuar no combate a esse tipo de violência por meio de projetos e atividades direcionadas às comunidades pelo interior do país, se projetando por todo Timor-Leste, e também às mulheres que tivessem sofrido *violensia domestika*. Junto das práticas dessas organizações surgem várias questões relacionadas à reorientação e domesticação de condutas e percepções da população que elas buscam empreender. Também está em jogo a produção ou reificação de individualidades, o desprendimento das mulheres de suas redes de pertencimento e a sua autonomização. Há ainda a busca pela garantia da aplicação de uma medida do direito positivo (LKVD) e o estabelecimento da justiça do Estado como a arena adequada para que se resolvam os casos de *violensia domestika*. Por último, e tendo caráter central no que se planeja discutir aqui, a participação dessas organizações não governamentais no combate à *violensia domestika* permite refletir sobre a consolidação de uma arena que se apresenta como *sociedade civil* estando mais bem conformada e integrada agora do que há uma década.

Essas ações de combate à *violensia domestika*, levadas a cabo majoritariamente por organizações não governamentais são interessantes insumos por indicarem um duplo efeito modernizador que se coloca em curso em Timor-Leste. Por um lado produz-se, ou visa se produzir, a modernização de atores e condutas na sociedade leste timorense de modo mais amplo, isto é, para além desta camada engajada com uma agenda de gênero. Por outro, evidencia-se a consolidação de uma arena de participação política que se organiza de forma “separada” do Estado, a sociedade civil. É essa *sociedade civil* mobilizada com as questões concernentes à igualdade de gênero e ao combate à *violensia domestika* que serviu como pano de fundo para as análises feitas até aqui. Também é sobre ela que me debruço para concluir as reflexões que se seguem.

Discuti com mais atenção ao longo da dissertação o que todas essas possibilidades de ações transformadoras (no que se refere à produção da igualdade e do combate à *violensia domestika*) têm em comum: os elementos que corroboram com processos de transposição da modernidade. A ideia de processos de transposição da

modernidade, conforme sugerida por Silva (2014) pode ser reconhecida através do que foi exposto anteriormente nos esforços das ONGs que visam educar indivíduos a agir reproduzindo socialmente discursos e atitudes pautadas por valores do igualitarismo de gênero, do respeito aos direitos humanos das mulheres e, ainda, de novos valores-ideias que defendem a autonomização destas últimas em relação aos grupos dos quais elas fazem parte. Esses valores centrados no indivíduo separado de seus grupos são os responsáveis por romper com algumas lógicas de sociabilidades “tradicionais” baseadas na mútua dependência intra-grupo e nas relações estabelecidas com os outros (JANNISA, 2005 p.251).

Organizações como a FOKUPERS, a AMKV e a Ba Futuru, nesse campo autorepresentado da *sociedade civil*, constroem suas práticas a partir de projetos modernizantes que estabelecem um discurso oficial sobre a *violensia domestika* e sobre um modelo ideal igualitarista a ser adotado pelos sujeitos daquele país. Retomemos alguns exemplos.

A sociedade civil: representando “o timorense” e sua *kultura*

Como vimos, nos projetos submetidos pela AMKV aos seus doadores, cria-se a representação de um tipo de *timorense* que justificaria a necessidade de atuação dela e de outras organizações em realizar atividades que visassem promover conscientização sobre a igualdade de gênero, combatendo a *violensia domestika*. Essa representação do timorense enquanto produtor da *violensia* é caracterizada pelo seu modo de ser e estar no mundo, bem como de reconhecer os papéis de gênero, que produzem os “estereótipos” que colocariam as mulheres em “situações desfavoráveis em relação aos homens”. Baseando-se numa caracterização negativa da *kultura* timorense, a ONG justificaria a existência da *violensia domestika* pela carência de esclarecimento de sujeitos tidos como ignorantes nos termos da igualdade de gênero, ou que vivem em regiões isoladas estando, portanto, muito distantes da capital do país e dos distritos; que podem ser analfabetos e ainda abusar do consumo do álcool. A consideração da *Assosiasaun* é de que a partir dessas características, estariam apresentando algumas justificativas para a existência da *violensia domestika* em diferentes municípios timorenses. E é exatamente a esses municípios que as ações da AMKV deveriam se dirigir no sentido de disseminar conhecimento a respeito dos direitos humanos das

mulheres em não ter direcionadas contra si as investidas violentas de seus maridos ou dos homens de suas famílias. É também no interesse de tornar as mulheres mais conscientes de seus direitos – e igualmente tornar os homens conscientes dos direitos delas – e de suas potencialidades que a AMKV empreende atividades de empoderamento dando a elas mais autonomia econômica, tornando-as mais independentes desses preceitos da *kultura* que podem colocá-las em situações de dependência e desfavorabilidade.

A Ba Futuru também estabelece uma caracterização do timorense como aquele que não sabe se comunicar com bom diálogo e que recorre à violência para resolver seus problemas. Por isso essa organização cria a Feto Fantastiku. Em tom de pesar e reprovação, a personagem conta, nos spots de TV, como as pessoas timorenses além de sempre utilizarem da violência para resolverem seus problemas, nunca escutam nem respeitam uns aos outros. Mais importante: nunca criam boa comunicação entre seus iguais. Entendendo que é fundamental modificar tal comportamento, a organização busca criar uma personagem que possa, literalmente, educar os sujeitos conflitantes a não recorrerem à força física nos conflitos. “Eles precisam de alguém para resolver seus problemas de cabeça fria, eles precisam de mim”, diz a personagem no início dos spots de televisão.

Tais comportamentos condenáveis – inaceitáveis como coloca a Feto Fantastiku – do ponto de vista das ONGs e que são característicos de um timorense “ignorante”, “não esclarecido” e que “não tem conhecimento sobre igualdade de gênero”, justificaria o estabelecimento de práticas que modifiquem os comportamentos de tais pessoas. Essa representação sobre os “outros timorenses”, justificam que estes tenham seus comportamentos adestrados e suas formas de ver, ser e estar no mundo, reorientadas a partir de diferentes programas e atividades desenvolvidas pelas organizações não governamentais em Timor-Leste. Em outras palavras, a leitura produzida pelas ONGs sobre os timorenses, “justifica” que se coloque em prática projetos civilizatórios.

Mediando sentidos, transpondo modernidades

Programas que abrangem atividades de socialização, conscientização, empoderamento, assistência ou assessoria jurídico-legal, financiamento e microcrédito

são utilizados pelas ONGs como recursos transformadores de condutas que podem ser entendidos, então, como práticas de modernização. Refiro-me às atividades de socialização como as que são desenvolvidas para propagar a existência da LKVD. Mencionei tais atividades no capítulo 2 como parte da programação dos 16 dias de ativismo, na qual AMKV e FOKUPERS foram inseridas para auxiliar na realização desse tipo de atividades nos municípios de Viqueque e Ainaro, respectivamente. Nesse sentido, a LKVD aparece enquanto prática de governo e recurso do direito positivo para coibir os atos de uso da força física nas relações intrafamiliares entendidas como *violensia domestika*, visando eliminar tal prática que agride os direitos das mulheres. No entanto, a existência da lei por si não faz muito. Entende-se, portanto, que as pessoas têm de ser familiarizadas com a lei e introduzidas aos seus sentidos de condenação penal e moral do recurso à força física como linguagem através da qual não se devem comunicar posições nem quaisquer outros aspectos que estejam em conflito nas relações conjugais ou intrafamiliares. As potenciais “vítimas” têm de ser informadas da existência de tal garantia legal. Os potenciais agressores devem ser devidamente “avisados” dos prejuízos que tais atos de *violensia* conferem às mulheres e dos riscos que estes podem lhes conferir.

As atividades de conscientização entram nessa seara na medida em que se mostram ferramentas para “fazer pensar”, fazer entender e reconhecer os direitos humanos das mulheres, a importância de se garantir a elas os mesmos direitos dos homens em todas as esferas da vida – como se pensa a partir de uma lógica moderna de atuação fragmentada (social, educacional, político-econômico etc.). Atividades como essa são as que a AMKV desenvolveu nos municípios de Bobonaro, Covalima, Manufahi e Viqueque entre 2011 e 2015. Nessas localidades seus interesses eram de promover a “conscientização” da população sobre os “prejuízos” dos costumes e da *kultura* que influenciariam diretamente na produção da *violensia domestika*. A justificativa para a necessidade de conscientização é a qualificação negativa das formas de socialidade/sociabilidade locais, e a transformação de tais formas de socialidades.

Uma vez que se estabeleça esse tipo de programa pode se falar em atividades nas quais se produzem mediações de sentidos modernos (os quais orientam as agências dessas ONGs) para com as comunidades por todo o país. Considerando a Feto Fantastiku que cria uma ponte entre a *kultura* e a igualdade, por exemplo, é possível ver como se fundamenta a timorização do discurso de condenação da *violensia domestika* e

de como a igualdade é positiva para os timorenses. Por outro lado a FOKUPERS ensina as *mitra* a recorrerem à justiça do Estado e ao direito positivo ao mesmo tempo em que empreende atividades de mediação entre as *mitra*, suas famílias e os representantes das comunidades, mediando mais que suas relações, os valores modernos de respeito aos direitos individuais das mulheres e também a legalidade do recurso à LKVD. Ao mesmo tempo em que reconhece a centralidade das lideranças locais na vida das comunidades, o que a FOKUPERS faz é, mais do que conferir autoridade às suas práticas, levá-los a entender e se familiarizar com a linguagem que passa orientar e dominar as esferas de vida e de socialidades pelo país, a das leis e do Estado.

Vem da AMKV, em suas atividades, o objetivo de autonomizar as mulheres timorenses, empoderando-as e as tornando menos dependentes de seus grupos familiares e de suas comunidades imediatas de pertencimento. Através de financiamento de microcrédito (como planejavam por em prática no ano de 2016) para engajar mulheres na produção e incremento de economias locais, buscava-se individualizar sua participação enquanto protagonistas, empreendedoras e menos dependentes (principalmente) de seus maridos. Ao fazer isso a *Assosiasaun* acredita que pode impactar na redução dos casos de *violensia domestika*, uma vez que considera que a dependência econômica das mulheres em relação aos maridos é uma das chaves de leitura (junto de todas as outras que caracterizam o “outro” timorense) para explicar a existência e a prevalência da *violensia domestika*. Isso pode ser melhor observado através dos objetivos que justificavam a atividade realizada em Suai, denominada “*Fetonia partisipasaun iha aspeitu ekonomia sai importante ba família*” apresentada no capítulo 3.

Por último, as atividades da FOKUPERS em seu cuidado com as *mitra* através das atividades de assessoria jurídico-legal e de assistência em diversas esferas (garantia de abrigo, atendimento de saúde e até o fornecimento de recursos financeiros e alimentícios) permitem refletir sobre diferentes possibilidades de transformação de condutas e percepções de atores sociais que se envolvem com a *violensia domestika* em Timor-Leste. Nas atividades de assistência legal, as *mitra* eram apresentadas e familiarizadas à linguagem judicial do direito e dos tribunais uma vez que estejam como lesadas em processos penais de *violensia domestika*. Nas sessões de orientação no setor de Assistência Legal, as *mitra* participam de atividades pedagógicas nas quais aprendem suas posições de lesadas nos casos e são ensinadas sobre o que e sobre como contar

aos/as juízes/as as formas pelas quais se deram as agressões que sofreram. Também são nessas atividades que são explicadas as partes e os papéis dos atores naquele cenário: quem é o Ministério Público e o que faz, quem é o defensor público e o que faz e como o Juiz, aquele que irá decidir, se baseia para dar seu parecer sobre os casos.

Através das atividades da FOKUPERS, não só as de assistência legal como também nas de assistência às vítimas no abrigo, é possível perceber como as mulheres são conscientizadas sobre a importância de se levar os casos judiciais adiante e de se recorrer à justiça do Estado para tratar das violências às quais forem submetidas ou tiverem conhecimento de que outras mulheres estejam passando pelo mesmo. Se retomamos o caso da jovem de Lospalos que foi narrado no capítulo 5, perceberemos como isso se deu através do aconselhamento de Guiomar para que ela não considerasse o pedido de seus familiares e prosseguisse com seu depoimento de acusação contra o abuso cometido por seu pai.

As atividades de mediação da FOKUPERS não se encerram nas *mitra* que recebem sua assistência. Ela estende sua influência ainda para a própria família da *mitra* e para a comunidade da qual ela é original. Com o marido “perpetrador”, a família dela e dele, e com representantes de lideranças locais (chefes de aldeia, *suku* e *lia na'ins*) estabelecem-se os acordos de garantia da segurança e dos direitos daquela mulher para que ela não seja novamente agredida e que caso aja essa reincidência, aquela mulher tenha como recorrer às lideranças locais e à justiça do Estado. O chefe de *suku* e o chefe de aldeia devem então servir como esse braço do Estado que está pronto a atender e garantir os direitos da mulher em situação de violência nas comunidades. Ao reunir aqueles atores para “reintegrar” a mulher à sua família e à comunidade de origem⁸⁵ a FOKUPERS empreende uma mediação em nome da legalidade, na qual opera como representante dos interesses que o Estado garante às mulheres, isto é, os seus direitos individuais. Aos líderes comunitários cabe o papel de representar a esfera da *kultura* e da “tradição”, sem, entretanto, lhes ser dado o espaço para interferirem nos direitos daquela mulher.

⁸⁵ Refiro-me a “comunidade de origem” por entender que, uma vez que a FOKUPERS estabelece uma relação de parceria com as *mitra* e que todas elas juntas da equipe da ONG formam uma comunidade na Uma Mahon, é interessante fazer a distinção entre a comunidade em que aquelas mulheres vivem ao lado de seu marido e de seus familiares e aquela que elas deixam ao saírem do abrigo e deixarem de estar sob os “cuidados da FOKUPERS”, como afirma a diretora Judite (ver capítulo 5, caso *O Soldado*).

Alguns efeitos

Com várias dessas atividades – principalmente as da AMKV e da FOKUPERS – criam-se diferentes níveis nos quais as mulheres devem se tornar independentes da família, da comunidade e da *kultura*, tornando-se mais autônomas e comungando de sentidos modernos sobre sua existência e atuação enquanto indivíduo. No percurso em que tais organizações se dispõem a empreender essa tarefa, algumas de suas principais interlocutoras, as mulheres, podem cair na “dependência” do Estado e/ou do novo ator que vem se consolidando neste campo de atuação política, que é a sociedade civil. No caso das *mitra* da Uma Mahon isso se percebe quando elas são isoladas, limitadas e tuteladas dentro do abrigo e quem passa a “tomar de conta” delas é a sociedade civil em seu governo da *violensia domestika*, não mais a família que, em tese e de acordo com as formas de socialidade locais, deveria ser a responsável por cuidar dos interesses das pessoas⁸⁶. Uma vez que são integradas àquele espaço, não cabe aos familiares ter acesso a elas, nem interferir na construção discursiva que elas mobilizarão em suas interlocuções com os juízes durante o julgamento. É a FOKUPERS que passa a se responsabilizar pela *mitra* e que, durante as atividades em que busca transpor sentidos para modernização de suas personas e condutas, permite reconhecer aspectos limitadores de agência impostos às *mitra* com quem estabelece suas relações de *parceria*.

Isso nos leva a necessidade de se fazer algumas considerações sobre o lugar limítrofe das mulheres com quem conversei na Uma Mahon em relação aos seus grupos familiares. A importância de se remeter aos grupos familiares aos quais aquelas mulheres pertencem (ou não) deve-se ao fato de que, na construção das pessoas em Timor-Leste, ser alguém é ter com quem contar. Silva e Simião (2016) analisam isso por meio da dualidade dívida-dáviva para indicar como estabelecer débitos e fazer reconhecer dívidas com outras pessoas e grupos é fundamental para se constituir enquanto sujeito, enquanto pessoa plena. Simião (2015) já remetia a isso na resolução

⁸⁶ Não poderia deixar de notar, mesmo que brevemente sobre essa questão acerca da tutela das mulheres que recebem abrigo pela FOKUPERS. Esse tema é discutido por autores que tratam da aplicação da Lei Maria da Penha no Brasil. As críticas ao recurso à lei 11.340/06 e à judicialização da violência doméstica tem apontado para certos “efeitos colaterais” na aplicação dessa medida legal que acabam por produzir consequências inesperadas na busca por garantir justiça às mulheres em situação de violência doméstica. Esse é um de meus interesses futuros para refletir algumas das implicações da adoção das duas medidas legais (LKVD e lei Maria da Penha).

de conflitos para dizer que, na resolução ou mediação de um caso de *violensia domestika*, seria inviável (como no caso de João e Rosa) considerar aquelas pessoas enquanto indivíduos isolados e partes independentes numa contenda a ser resolvida. Ambos trataram de inserir os *katuas* de suas famílias na resolução daquela contenda (Ibid., p. 310). Isso ajuda a reconhecer como em Timor-Leste, lidar com casos de *violensia domestika* não se trata apenas de indivíduos isolados ou “avulsos” no mundo. Isso nos ajuda a pensar a situação das *mitra* com quem conversei na Uma Mahon em dezembro de 2015.

Apesar de os esforços da FOKUPERS em tratá-las como indivíduos, percebe-se como a impossibilidade de acionar suas redes de dependência (mais do que a ausência destas redes em si), faz com que elas fiquem em situação de notável desamparo. Nenhuma das quatro mulheres com quem conversei, cujos casos eram de *violensia domestika*, poderia ou tinha um rede familiar para acionar. Essas redes, como argumentam Silva e Simião (2016), são de extrema importância para a construção da pessoa em Timor-Leste. As trajetórias das mulheres da Uma Mahon, apresentadas nesse trabalho, indicam bem a importância dessas redes (e de sua ausência) na resolução de conflitos. Augusta, que não era timorense e estava sozinha no país, certamente não tinha a quem recorrer, nem mesmo aos parentes de seu marido que nunca a reconheceram enquanto sua mulher, nem enquanto pessoa. Odete, que em seu relato não faz menção aos seus parentes, também não contava com o apoio da família de seu marido. Fernanda e Julia , em seus relatos indicam também a ausência de pessoas a quem recorrer. A primeira, apesar de casada com Júlio (rapaz de Ermera), se recusava a viver com a família do marido. Por essa razão seus pais adotivos não a apoiavam por saber que sua atitude de desconsideração com a família do marido, poderia lhes trazer problemas futuros. Julia , por sua vez, também indica omissão de seus familiares em estabelecer relações e negociações com a família de seu ex-namorado policial.

Com essas considerações não quero dizer, de modo algum, que todas as mulheres afetadas pela *violensia domestika* em Timor-Leste não tenham uma rede familiar para acionar, e se encontram “avulsas” em suas relações de dependência e/ou de dívida-dádiva. Entretanto, o fato de muitas *mitras* encontrarem-se em posição liminar sugere que as redes de apoio modernas tendem a alcançar, prioritariamente, mulheres já desconectadas de redes de reciprocidade. Mais do que isso, essa rede de novo tipo pode colidir, em alguns momentos, com expectativas de reciprocidade dos familiares,

indicando algumas fragilidades nos discursos universalizantes produzidos e adotados por organizações não governamentais no que diz respeito, principalmente, às razões para a existência da *violensia domestika*.

Ao nos aproximarmos dos discursos das *mitra*, nos concentrando em seus relatos de *violensia domestika*, o que fica claro é que suas experiências apontam para uma lacuna entre o que elas mesmas contam e os discursos produzidos pelas ONGs no que se refere à caracterização do que sejam as causas para a existência de tal forma de violência. Em nenhum daqueles relatos o isolamento geográfico, o analfabetismo, o consumo de álcool, a pobreza ou ainda a *kultura* aparecia como possível justificativa para as agressões que aquelas mulheres sofreram de seus companheiros, diferentemente do que fazem pensar as ONGs ao construírem sua objetificação da *violensia domestika*. Na verdade, na mobilização discursiva daquelas *mitra*, alguns dos discursos genéricos produzidos ou adotados no campo da sociedade civil para justificar as experiências de violência vividas por elas, pouco se aplicariam. A partir dos relatos obtidos com elas, no período em que estive em campo, o que estas apontam é para questões contextuais e relacionais para conferir significado aos problemas responsáveis por desencadear as agressões e o tratamento que elas sofreram.

Como fica claro no caso de Julia , por exemplo, muitos dos problemas que ela teve com o namorado deveram-se aos desentendimentos entre ela, sua sogra e cunhadas. No caso de Fernanda, quando era agredida fisicamente por Júlio, isso também é significativo, já que ela se recusava a aceitar alguns preponderantes das hierarquias etárias que estipulam os trabalhos que cabem a cada indivíduo, mesmo que se tratem de pessoas do mesmo gênero, como era o caso dela e de sua sogra. Fernanda se incomodava com o fato de ter de trabalhar nas plantações enquanto sua sogra não fazia o mesmo e ainda ficava com o dinheiro do salário que Júlio, seu marido, ganhava no trabalho de Dili. Sua insatisfação com a relação que tinha de estabelecer com a sogra foi a responsável por muitas das agressões físicas que recebeu do marido enquanto estivera casada em Ermera. Os casos de algumas *mitra*, como Fernanda e Julia , são interessantes para indicar que as razões contextuais e relacionais para explicar a *violensia domestika* podem diferir consideravelmente das causas presentes nos discursos universalizantes das ONGs, que justificam essa *violensia* como consequência do consumo de álcool, da ignorância e da *kultura*. Esses casos são ainda interessantes para

questionar o modelo atomizado de brigas causadas pelos conflitos entre “marido e mulher”, como indica o vídeo da Feto Fantastiku.

A consolidação da *sociedade civil* e a transposição da modernidade

Todas essas ações e agendas particulares às diferentes ONGs com as quais dialoguei até aqui, corroboram para a interpretação de que essas organizações estão envolvidas e são protagonistas em processos de transposição da modernidade em Timor-Leste, conforme proposto por Silva (2014). Essa transposição se dá na medida em que tentam se inserir nas pessoas formas de reconhecimento e de condutas mais ou menos centradas nas ideias de individualidades e de respeito aos direitos humanos (principalmente os das mulheres).

Seja na defesa dos preponderantes do direito positivo, através do apoio necessário às *mitra* para levarem adiante seus casos nos tribunais, garantindo o cumprimento da LKVD naqueles casos e pressionando para a aplicação da lei também em outros (como faz a FOKUPERS ao acompanhar casos aleatórios nos tribunais, prática recorrente entre as ONGs), ou ainda na reorientação pedagógica de comportamentos através de diferentes instrumentos, colocam-se em práticas recursos para modernizar sujeitos e condutas, contribuindo para a transposição da modernidade. Entretanto essa não é a única esfera de modernização que se empreende quando falamos desse campo ou governo da *violensia domestika* em Timor-Leste.

Em suas últimas considerações a respeito da formação de uma sociedade civil leste-timorense, observada densamente entre 2002 e 2003, Daniel Simião já apontava o processo de construção desta arena da participação político-social estando consideravelmente ligada aos objetivos de promoção da igualdade de gênero que passava pela transformação dos reconhecimentos locais sobre as agressões cometidas no universo familiar (2015, p. 324). Como bem notou o autor, a despeito das limitações temporais da pesquisa de campo, já era possível evidenciar, poucos anos após a reconstrução da democracia no país, as

“dinâmicas próprias da constituição de um campo social específico, organizado em torno de algumas ideias-valor e que mobiliza diferentes atores institucionais do Estado e de fora dele na construção de uma

agenda política que equacione diferentes sentidos para gênero e justiça” (Ibid.:324).

Tratando da transformação que se evidenciava na aglutinação de atores isolados nas primeiras organizações que se mobilizavam por uma agenda de promoção da igualdade e do combate ao que se construía de valores sobre *violensia domestika*, Simião já notava como se constituía uma força da sociedade civil a partir das primeiras organizações e das parcerias estabelecidas com o Estado por meio do GPI. Era este Gabinete o responsável por celebrar “eventos, campanhas, consultas e pesquisas que envolviam aqueles diferentes atores em objetivos comuns, sempre com recursos do projeto de cooperação com o FNUAP/Nações Unidas” (Ibid). Para além de promover eventos e aglutinar atores que não compunham a esfera do Estado, aquele gabinete, como mostra o autor, contribuía fortemente para a instituição “na agenda política timorense” de discursos igualitaristas fundamentados na ideia de que homens e mulheres eram indivíduos iguais perante o Estado/lei e perante suas próprias comunidades. Neste empreendimento de instituição de uma agenda política sobre a igualdade de gênero, constituía-se a transformação de sentidos, ou melhor, a instituição de uma moralidade que condenava o ato das agressões físicas cometidas em ambiente doméstico/intrafamiliar⁸⁷.

O que observamos mais recentemente – a partir dos registros etnográficos produzidos em Timor-Leste a respeito deste mesmo campo de agentes de uma sociedade civil engajada com as questões de gênero e com a *violensia domestika* – é que essa arena de participação política e de mobilização de atores sociais se mostra de forma mais consolidada, mais aglutinada e com novos e diferentes níveis de participação ao lado da esfera do Estado. Uma das principais diferenças a serem notadas é a transformação do GPI em Secretaria de Estado, o que, como aponta Marília, a Diretora executiva da FOKUPERS (cf. Cap. 1) dá um novo status de importância para a “agenda do gênero”, uma vez que, mais do que um gabinete do primeiro ministro, a Secretaria de Estado passa a ter representação no Conselho de Ministros do país, levando as questões e pautas sobre igualdade de gênero e combate a *violencia domestika* a um novo patamar.

⁸⁷ Simião não queria demonstrar que as agressões físicas em ambiente doméstico eram amplamente aceitáveis, estimuladas, e aceitas com passividade ou satisfação, entretanto as problematizações que envolviam a questão eram outras. Havia um sentido, uma razão e contextos em que uso da força era aceitável, que era mais comumente, o uso feito para adequar comportamentos.

Juntamente com a “elevação de status” do Gabinete a Secretaria de Estado, outras transformações se evidenciam na consolidação da parceria entre Estado e sociedade civil, o que pode ser notado a partir da maior integração entre os agentes que atuam no combate a *violensia domestika* como no caso da campanha dos 16 dias de ativismo, citada no capítulo 2. Aquela situação é representativa de como agora, ações mobilizadoras e aglutinadoras, que ficavam a cargo do GPI, são realizadas pela SEM e, diferente do que se mostrava no início da década passada, agora é esta Secretaria (junto ao MSS) a grande responsável por mobilizar esses atores, fazendo isso a partir de seus próprios recursos. Aquela reunião que acompanhei em novembro de 2015, indicou bem como uma sociedade civil leste timorense, engajada na agenda do gênero, se mostrava mais consolidada, uma vez que representações de diversas ONGs, proponentes de atividades, lotaram uma sala na SEM para discutir com as anfitriãs daquela Secretaria os planos de atividade e projetos para um evento transnacional que ganharia corpo e sangue em Timor-Leste. A partir do que Simião notou sobre a função mobilizadora do GPI em 2003, financiado pelo FNUAP da ONU, mostra-se agora uma esfera ainda mais autônoma do Estado leste-timorense, uma vez que quem organiza/mobiliza os atores e muitos dos recursos destinados à atuação da sociedade civil é esta Secretaria, parte da estrutura burocrática de governo da República Democrática de Timor-Leste.

Considerações finais

A partir do exposto é possível reconhecermos a constituição de um campo mais consolidado que se apresenta enquanto sociedade civil em Timor-Leste. Hoje esse campo se mostra capaz de mobilizar agentes e recursos das mais variadas origens o que pode ser percebido: pelo financiamento e contribuições do governo leste-timorense e de organizações internacionais para as atividades de disseminação sobre a igualdade de gênero e combate à *violensia domestika*; pelos programas de cooperação para o desenvolvimento de serviços de atendimento policial e de justiça para mulheres que vivenciam casos de *violensia domestika* ou sexual (PDPTL, estabelecido com a Polícia Federal australiana) que estabelecem parcerias com ONGs locais; e pelas próprias ações de organizações não governamentais que se integram e estabelecem parcerias entre si para empreenderem suas agendas.

Nas ações destes atores da sociedade civil estão em jogo diferentes investimentos e empreendimentos de desenvolvimento de ações para transformar sujeitos, condutas, concepções e interações a partir de lógicas modernas de sociabilidades, que veem nas formas locais de socialidades algumas das explicações para a existência da *violensia domestika*. Percebe-se ainda como essa sociedade civil tem levado adiante o processo de invenção da *violensia domestika* e como isso também tem se consolidado uma vez que ela se vale da produção de saberes que se pretendem hegemônicos sobre essa categoria; da produção e reorientação de leituras do mundo, adequadas aos valores de igualdade e de respeito aos direitos das mulheres, que devem ser disseminados para a população; e, por fim, do adestramento e domesticação de condutas.

Ao nos voltarmos para algumas atividades propostas por ONGs, é possível argumentar sobre como elas se estruturam e se organizam enquanto mediadoras ou transpositoras de sentidos modernos a partir do momento em que mobilizam categorias como igualdade entre indivíduos (homens e mulheres), ao primarem pelo recurso à justiça do Estado e a defesa do direito positivo, e ao afirmarem o respeito aos direitos humanos das mulheres, à sua liberdade e à sua autonomia. Ao mesmo tempo, se a existência de uma sociedade civil organizada é pressuposto para a construção de um Estado realmente moderno e democrático, pode-se dizer que este é um cenário que se estabelece e se coloca em curso anos após a independência de Timor-Leste.

Deste modo, ao tomar para si esses discursos modernos, (produtores da individualidade, valor basilar da modernidade) e basear-se nele para empreender suas atividades de transformação e domesticação de condutas, essa sociedade civil comprometida com as questões de gênero consolida também a sua existência enquanto esfera de participação política para além do Estado.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Cia das Letras. São Paulo. 2008.

ASIA FOUNDATION. “**Ami Sei Vitima Beibeik**”: Looking to the needs of domestic violence victims. 2012

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. Sistema Penal e Violência de Gênero: análise sociojurídica da Lei 11.340/06. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 113-135, jan./abr. 2008

BA FUTURU. Media Release: NGO Ba Futuru launches new fetu fantastiku short filme. [2013]. Disponível em: http://bafuturu.org/publications/Guide_Post_Article_-_Feto_Fantastiku_launch.pdf. Acesso em 21/07/2016.

DEBERT, Guita Grin, e OLIVEIRA, Marcella Beraldo. Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a “violência doméstica”. **Cadernos pagu** (29), julho-dezembro de 2007:305-337

DUMONT, Louis. **O Individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Jorge Zahar. Rio de Janeiro. 1993

_____ **A sociedade dos indivíduos**. Jorge Zahar. Rio de Janeiro. 1994.

FERREIRA, Andreza Carvalho. **Transformações do Tais e transformações pelo Tais**. Entre tecidos tradicionais, mulheres leste-timorenses e conversas com Ofélia. Monografia de graduação. DAN/UnB. 2015.

FOKUPERS. **Domestic Violence: when my home is no longer a safe place for me**. 2012a

_____ **Bride Price and Domestic Violence in Timor Leste**: A comparative study of married-in and married-out cultures in four districts. 2012b

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo. Ed Martins Fontes, 1999.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. 1. Ed. Rio de Janeiro. LTC, 2008.

GIDDENS, Anthony. **As consequências das modernidade**. São Paulo. Editora Unesp.1991.

HUNT, Janet. Building a new civil society: NGOs in East Timor. **New Community Quarterly**. Vol. 2. N. 1. 2004.

JANNISA, Gudmund. Towars a Civil Society: the long and arduous struggle of East Timor. Apresentado no seminário **East Timor: nationbuilding in the 21st Century**. Utrikespolitiska Institutet. The Swedish Insitute of International Affairs. Estocolomo, 21 de maio, 2002.

JSMP. **Law Agains Domestic Violence: Obstacles to implementation three years on**. 2013.

MOORE, Henrietta. The problem of explaining violence in the social sciences. In: HARVEY, Penelope; GOW, Peter (Coord.). **Sex and violence: issues in representation and experence**. Grã Bretanha: Routledge, 1994. p. 138-155

OLIVEIRA, Luis Roberto Cardoso de. Existe violência sem agressão moral?. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 23 n. 67 junho de 2008.

PASINATO, Wânia. Lei Maria da Penha Novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos?. **Civitas**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 216-232, maio-ago. 2010.

_____ Delegacias de Defesa da Mulher e Juizados Especiais Criminais: mulheres, violência e acesso à justiça. Apresentado no **XXVIII ANPOCS**. Caxambu, Minas Gerais, 26 a 28 de outubro. 2004.

RIFIOTIS, Theophilos. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a “violência conjugal” e a “violência intrafamiliar”. **Kátalysis**. Florianópolis Vol. 2 n 2, 2008.

_____ Judicialização dos direitos humanos, lutas por reconhecimento e políticas públicas no Brasil: configurações de sujeito. **Revista de antropologia USP**. São Paulo, 2014, v. 57 nº 1.

SILVA, Kelly. O Governo da e pela Kultura. Complexos locais de governança na formação do Estado em Timor-Leste. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. v 104, 2014. p. 123-150.

SILVA, Kelly; SIMIÃO, Daniel. Coping with “traditions”: The analysis of East-Timorese nation building from the perspective of a certain anthropology made in Brazil. **Vibrant** 9.1. 2012. Disponível em www.scielo.br/pdf/vb/v9n1/13.pdf Acesso em 03 de Agosto de 2016.

_____ Person as debt: personhood, social networks and the role of debt in East Timor. Apresentação oral no 14th **EASA Biennial Conference**. Milão, 2016.

SIMIÃO, Daniel Schroeter. **As Donas da Palavra, gênero, justiça e a invenção da violência doméstica em Timor Leste**. 1. ed. Brasília, DF, 2015.

_____ Sensibilidade Jurídica e Respeito às Diferenças: cultura, controle e negociação de sentidos em práticas judiciais no Brasil e em Timor-Leste. **Anuário Antropológico**, v. 39, p. 237-260. 2014.

TIMOR-LESTE. Lei Kontra Violensia Domestika, 7 de Julho de 2010.

TIMOR-LESTE. Decreto 7 de 2007 Cria a Secretaria de Estado para Promoção da Igualdade, 5 de Setembro de 2007.